



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**

**COTIDIANO E MODO DE VIDA DOS REASSENTADOS DO CANELA,
EM PALMAS-TO, 15 ANOS APÓS O DESLOCAMENTO
COMPULSÓRIO**

Ari Armando Schulz

Palmas/TO
Maio/2016

**COTIDIANO E MODO DE VIDA DOS REASSENTADOS DO CANELA,
EM PALMAS-TO, 15 ANOS APÓS O DESLOCAMENTO
COMPULSÓRIO**

**Ari Armando Schulz
Mestrando**

**Dr. José Ramiro Lamadrid Marón
Orientador**

Pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, como requisito final para obtenção de grau de Mestre em Ciências do Ambiente.

**COTIDIANO E MODO DE VIDA DOS REASSENTADOS DO CANELA,
EM PALMAS-TO, 15 ANOS APÓS O DESLOCAMENTO
COMPULSÓRIO**

Ari Armando Schulz

Palmas, 19 de Maio de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Dr. José Ramiro Lamadrid Marón – UFT

Dr. Lucas Barbosa e Souza – UFT

Dr^a Conceição Aparecida Previero - ULBRA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S388c Schulz, Ari Armando.
COTIDIANO E MODO DE VIDA DOS REASSENTADOS DO
CANELA, EM PALMAS-TO, 15 ANOS APÓS O DESLOCAMENTO
COMPULSÓRIO. / Ari Armando Schulz. – Palmas, TO, 2016.
134 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Ciências do Ambiente, 2016.

Orientador: José Ramiro Lamadrid Marón

1. Modo de vida. 2. Comunidade canela. 3. Ribeirinho. 4. Rio
Tocantins. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DEDICATÓRIA

A Deus, que me concede a vida e me sustenta.

A família que é a base de tudo.

Aos mestres e amigos, por tudo.

AGRADECIMENTOS

À comunidade Canela, que me acolheu e contribuiu grandemente com este trabalho, fornecendo informações essenciais.

Ao meu orientador Dr. José Lamadrid Marón, sempre disposto a trocar ideias e dar dicas para melhorar o trabalho, em especial, pelas cobranças e correções necessárias.

À UFT pela oportunidade de poder obter este grau acadêmico, dentro de um ambiente tão qualificado e renomado.

A todos os professores que participaram deste processo de construção.

Aos familiares e amigos pela compreensão nos momentos ausentes ao longo destes dois anos.

RESUMO

SCHULZ, Ari Armando. **Cotidiano e modo de vida dos reassentados do Canela, em Palmas-TO, 15 anos após o deslocamento compulsório**. Mestrado em Ciências do Ambiente. UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2016.

O foco deste estudo foram os antigos moradores do povoado Canela, que ficava localizado a margem direita do Rio Tocantins, em Palmas-TO. Esta comunidade, com a formação do reservatório da usina hidrelétrica do Lajeado, em 2001, foi reassentada na zona urbana de Palmas, mais precisamente na Quadra 508 Norte. Através de um estudo de caso esta dissertação buscou analisar a dinâmica recente de construção e reconstrução do cotidiano e modo de vida de comunidades tradicionais, através do estudo do deslocamento de uma comunidade, a do Canela, originalmente ribeirinho. Tal povoado, reassentado em novo contexto urbano – a cidade de Palmas –, reinventa, reconstrói e luta pela preservação de características que assegurem a sua identidade de comunidade. Um modo de vida construído ao longo de um século e meio e que identificava este povoado como uma comunidade ribeirinha é bruscamente interrompido pela formação do reservatório da UHE, inundando as terras onde esta população vivia. Este fato levou a uma série de reivindicações desta comunidade, tanto em relação às suas condições materiais de existência, quanto em relação ao que ela acredita ser a reestruturação do seu modo de vida e da sua identidade. Após 15 anos do reassentamento, percebeu-se que muitas foram as perdas e que muitas reivindicações até hoje não foram atendidas. A comunidade ribeirinha é hoje um grupo de pessoas que se vê “engolido” pela vida urbana, sem ter sido preparado para enfrentar os desafios que este novo modo de vida exige. Saudade, insatisfação, falta de perspectivas para o futuro são os sentimentos que mais são perceptíveis na comunidade estudada. Isto confirma a complexidade e profundidade dos impactos causados pelos grandes empreendimentos, tudo em nome das necessidades demandadas pelo “desenvolvimento” e pelo “progresso”.

Palavras chave: Modo de Vida, Comunidade Canela, Ribeirinho., Rio Tocantins.

ABSTRACT

SCHULZ, Ari Armando. **Cotidiano e modo de vida dos reassentados do Canela, em Palmas-TO, 15 anos após o deslocamento compulsório.** Mestrado em Ciências do Ambiente. UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2016.

The focus of this study were the ancient Canela's villagers, located on the right bank of the Rio Tocantins, Palmas - TO. The community, with the formation of the reservoir of the hydroelectric plant of Lajeado, in 2001, was resettled in the urban area of Palmas, more precisely in the Quadra 508 north. This paper is an effort in the quest for understanding the recent dynamics of construction and reconstruction of the daily way of life, and community tradition through the study of a town's relocation, a town shuttle, originally riverside. Such village, resettled in new urban context - the city of Palmas -, reinvents, rebuild and fight for the preservation of features that ensure your community identity. The daily way of life built over a century and a half and the village's identity as a riverine community is suddenly interrupt by the formation of HPP reservoir, flooding the lands where this people lived. This event led to a number of claims of this community, related to their welfare, as well as what they believe to be the restructuring of its way of life and identity. After 15 years of resettlement, they noticed that many of their losses and claims were not take care off. The riverside community is today a group of people who see themselves "swallowed" and forced to merge into the urban life, without being prepared to face the challenges that this new way of life would demand. Longing, dissatisfaction, lack of prospect for the future are the feelings that are more noticeable in the studied community. This confirms the complexity and depth of the impacts of large projects, all in the name of needs demands for "development" and "progress".

Keywords: Way of Life, Community Canela , Riverside, Tocantins River.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOC	Associação dos Moradores do Canela
ARSE	Área Residencial Sudeste
ARNE	Área residencial Noroeste
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CEULP/ULBRA	Centro Universitário Luterano de Palmas – Universidade Luterana do Brasil
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COMSAÚDE	Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
GIAMA	Associação Grupo Ipê Amarelo de Conscientização e Luta Pela Livre Orientação Sexual
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
INVESTCO S.A.	Empresa formada pelo Consórcio que tem como acionistas controladores as seguintes empresas: EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A.
ELETRONORTE	Centrais elétricas do Norte do Brasil S.A.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Sem Terra
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PBA	Programa Básico Ambiental
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos

SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01 – Casa de Joaquim Batista no Povoado Canela
- Figura 02 – Casa de Dona Noca no Povoado Canela
- Figura 03 – Vista parcial do Povoado canela
- Figura 04 – Festejo do Divino no povoado Canela
- Figura 05 – Missa de encerramento do festejo do Divino
- Figura 06 – Dona Noca, matriarca do povoado
- Figura 07 – Professora Maria de Lourdes
- Figura 08 – Senhor Joaquim Batista
- Figura 09 – Raimundo da Rabeca
- Figura 10 – Barracão de palha, local de eventos e festividades
- Figura 11 – Barracão do Povoado por ocasião da reunião que definiu a detalhes construção de Palmas
- Figura 12 – Vista parcial do Povoado já com a avenida principal asfaltada
- Figura 13 – Praia da Graciosa, as margens do Rio Tocantins em 1997
- Figura 14 – Palacinho, primeira sede do governo do estado em Palmas
- Figura 15 – Barragem da usina do Lajeado
- Figura 16 – Inauguração da UHE em 2001
- Figura 17 – Mapa dos reassentamentos em torno do reservatório da UHE
- Figura 18 – Ilha do Canela, no meio do reservatório da UHE
- Figura 19 – Visita dos moradores do Canela a Quadra 508 norte
- Figura 20 – Uma das entradas da Quadra 508 norte
- Figura 21 – Área central da Quadra 508 norte
- Figura 22 – Residência da senhora Leonízia na Quadra 508 norte
- Figura 23 – Quadra onde foi reassentada a comunidade Canela
- Figura 24 – Foliões saudando a bandeira do Divino
- Figura 25 – Devotos saudando a bandeira do Divino
- Figura 26 – Igreja Católica e condomínio residencial
- Figura 27 – Rua principal do festejo na Quadra 508 norte
- Figura 28 – Colégio Daniel Batista, lembrança do Canela
- Figura 29 – Vista aérea da Quadra 508 norte em fevereiro de 2016
- Figura 30 – Residencial San Pietro na Quadra 508 norte

Figura 31 – Residencial Trianon da Quadra 508 norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O SURGIMENTO E A CONSTRUÇÃO DE UM COTIDIANO	21
1.1 A CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E DE PALMAS.....	48
2 UM COTIDIANO INTERROMPIDO PELO “DESENVOLVIMENTO”	53
2.1 O DISCURSO DOS GOVERNANTES E EMPREENDEDORES.....	56
2.2 A CONSTRUÇÃO DA UHE DO LAJEADO NA MÍDIA.....	63
2.3 A DESAPROPRIAÇÃO E O CONCEITO DE LUGAR	67
2.4 OS IMPACTOS SOBRE O CANELA	73
2.5 O ADEUS AO POVOADO CANELA	77
3 A RECONSTRUÇÃO DE UM COTIDIANO	79
3.1 A NOVA “CASA”	80
3.2 UM NOVO PADRÃO DE TRABALHO E CONSUMO	89
3.3 AS NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	91
3.4 A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DA TRADIÇÃO RELIGIOSA.....	95
3.5 O DUALISMO: DA NOSTALGIA AO OTIMISMO	107
4 O COTIDIANO DA COMUNIDADE CANELA E SUAS PERSPECTIVAS.....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124

INTRODUÇÃO

Estudar o cotidiano e o modo de vida de uma comunidade é buscar compreendê-la e apreendê-la nas suas mais diferentes formas e aspectos. Nesta busca, três perspectivas precisam ser consideradas: a busca do real e da realidade; a totalidade da estruturação e desestruturação da vida social; e a possibilidade da vida cotidiana enquanto motora de transformações sociais (CARVALHO, 1996, p. 21). Esta vida cotidiana, esta vida de todos os dias e de todas as pessoas, se apresenta e é percebida nas suas múltiplas e diversas formas, facetas e modalidades.

Estudos com esta perspectiva são um esforço na busca pela compreensão da dinâmica recente de construção e reconstrução que ocorre no cotidiano e modo de vida de comunidades que sofrem deslocamento compulsório. No caso específico deste estudo, o foco será a comunidade Canela, originalmente ribeirinha e rural, que, em razão da construção da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, de Lajeado-TO, em 2001, foi reassentada em contexto urbano – na cidade de Palmas-TO. Esta comunidade sofreu um grande impacto e uma alteração drástica no seu cotidiano e precisou se reinventar como uma comunidade e reconstruir seu modo de vida. Apesar de se conceber a importância estratégica do aproveitamento hidrelétrico para geração de energia, precisa ser considerado mais seriamente o fato de que a implantação desses empreendimentos desencadeia significativas alterações na dinâmica dos ecossistemas aquáticos e terrestres, e que causa diversos e profundos impactos sociais. O mais significativo deles é o deslocamento compulsório de populações rurais e urbanas instaladas na faixa de inundação e no entorno dos reservatórios. Estas comunidades sofrem profundas alterações e, em alguns casos, até podem deixar de existir enquanto comunidades. (PINHEIRO, 2007, p. 32).

Entende-se que estudos desta natureza se justificam e possuem relevância por ainda não haver um grau de conhecimento satisfatório de como ocorre esta reconstrução e de como está atualmente o cotidiano e o modo de vida da comunidade Canela. Após 15 anos do deslocamento compulsório, até que ponto os membros desta comunidade estão conseguindo manter vínculos de identidade no que diz respeito, sobretudo, à preservação e cultivo de festas e eventos culturais e

religiosos que regiam, norteavam e davam sentido ao cotidiano e a vida no seu lugar de origem. Em outras palavras, a mudança de local acarretou consequências no modo de vida que afetaram significativamente a relação entre os seus habitantes, destes com os novos vizinhos e também o cultivo das vivências e dos antigos valores. Estas questões, extremamente relevantes para a vida das pessoas, muitas vezes são analisadas de modo superficial e insatisfatório e nem consideradas como relevantes pelos projetos hidroelétricos e/ou de outra natureza.

O cotidiano e o modo de vida são uma construção diária e constante. Vários fatores influenciam nesta construção e vários elementos o compõem. Conhecer o cotidiano é conhecer a sociedade e sua constante construção e transformação.

O deslocamento compulsório foi determinante para que a comunidade Canela reconstruísse e remodelasse seu cotidiano e modo de vida a fim de buscar a sobrevivência e a adaptação ao contexto social em que foi inserida, sem contudo perder totalmente a sua identidade de comunidade ribeirinha.

Assim, este estudo teve como alvo a análise do cotidiano e do modo de vida dos reassentados do povoado Canela, em Palmas-TO, com a finalidade de identificar aspectos que foram preservados (readaptados) e outros que foram perdidos no comportamento, nas tradições e na cultura dos moradores do antigo povoado Canela; Também buscou-se analisar as transformações experienciadas por esta comunidade ribeirinha ao ser transformada compulsoriamente numa comunidade urbana; E ainda, conhecer e descrever a reconstrução do cotidiano e modo de vida da comunidade Canela, 15 anos após o deslocamento para o setor urbano de Palmas-TO.

Muitos autores, ao longo do século XX, têm se debruçado sobre a temática conceitual e as problemáticas que envolvem o cotidiano e modo de vida. Importante destacar que vários destes autores fazem análises diferenciadas sobre este conceito, cada um a partir dos seus pressupostos, experiências de vida e contexto histórico. Entretanto, todos os estudos e abordagens desta temática indicam a complexidade, profundidade, a paradoxalidade e ambiguidade que a envolvem (CARVALHO, 1996, p. 15). Nesta revisão sobre este conceito serão apresentadas algumas construções de Heller (1992) e Lefebvre (1991), além de outros autores que analisam as suas construções.

Para Agnes Heller, o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica. O cotidiano está presente em todos os aspectos da vida das pessoas,

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Na vida cotidiana colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se nem de longe em toda a sua intensidade (HELLER, 1992, p. 17).

Para autora, a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica. Nela o homem inteiro é ligado às atividades que executa mediante suas capacidades e habilidades. Para ela, a vida cotidiana ocorre no conjunto de relações entre o homem e a sociedade, estabelecidas em qualquer lugar. O cotidiano é composto pela organização do trabalho e da vida privada, pelo lazer e descanso, pelas atividades sociais organizadas e pelo intercâmbio que há com o meio em que vive e tudo isto dentro de determinado tempo histórico. Todos estes aspectos da vida cotidiana formam o modo de vida de uma comunidade (HELLER, 1992, p.18-19).

Assim, pode-se dizer que a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo que é simultaneamente ser particular e ser social. É nesta cotidianidade que o indivíduo retira e produz suas necessidades e assegura a sua reprodução particular, por meio da assimilação das relações sociais hierarquicamente estabelecidas, tanto as que são consideradas imprescindíveis para a vida em sociedade como as que são opcionais. Desta forma se estabelece a vida cotidiana, onde essas atividades se desenvolvem de forma espontânea e natural, sem que o homem tenha consciência do processo através do qual as assimila (HELLER, 1992, p. 20).

Numa outra abordagem, Henri Lefebvre discorre e expõe o cotidiano como um conceito filosófico específico de nossa sociedade e de nossa época. Conhecendo o cotidiano é possível conhecer a sociedade e situá-la no contexto mais amplo e global.

Tratando-se de cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os

fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial [...] o conceito torna-se o fio condutor para conhecer a sociedade, situando o cotidiano no global (LEFEBVRE, 1991, p. 35).

O banal do dia-a-dia, o “insignificante”, é incorporado à vida, transformando-se em categoria de estudo capaz de contribuir para a elucidação do mundo moderno. Este é o caminho percorrido para a investigação do cotidiano, pois requer uma análise crítica que envolve o confronto entre as reflexões sobre o mundo abstrato e o que efetivamente ocorre da vida real. É na vida cotidiana que acontecem as verdadeiras criações, as ideias, os valores, os costumes e os sentimentos. Os sentimentos expressam-se no cotidiano. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre, que se vive ou sobrevive. A reprodução das antigas relações, e das novas relações são geradas no cotidiano. Esse movimento dialético torna-se atividade criadora no momento em que há evocação de existências distantes, emoções perdidas, produção e reprodução. O estudo do cotidiano se faz na mediação da esfera política e econômica, onde o social propicia a apreensão da totalidade, mostrando sua dualidade, sua miséria e riqueza, os ganhos e as perdas, do real e do idealizado (LEFEBVRE, 1991, p. 18-27).

O cotidiano se torna perceptível nas atividades desenvolvidas e vivenciadas pelo homem a partir de sua condição como ser individual e ser social. Isto ocorre numa dimensão espacial, num lugar. Nesta realidade do espaço (lugar) é que a vida cotidiana acontece e é ali que se desenvolve a sua identidade e se estabelece um vínculo com o lugar.

O lugar inicialmente para geografia ligava-se a ideia de *habitat*, associada à localização, diferenciação de áreas como definia Vidal de La Blache, mas hoje tal conceito ganha outra dimensão, pois o lugar é a concreta manifestação do habitar humano. O significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem a outra. Pois o que começa como um espaço qualquer, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e estabelecemos com ele uma relação de sentimento e lhe atribuímos valores. O espaço transforma-se em lugar quando se torna familiar, quando estabelecemos uma relação afetiva com ele e lhe damos significado. Lugar

é o espaço ao qual atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação (TUAN, 1983).

A vida cotidiana produz o lugar mundial e simultaneamente produz o lugar do cotidiano. Na realidade, o lugar pode existir em muitas escalas e modos de ser diferentes. No extremo de uma escala, o lugar preferido da casa é um lugar inserido num lugar maior que seria o bairro onde a casa se localiza, em outro, toda uma cidade. O lugar não é o particular, mas é nele que se produz a identidade e a concretização das relações sociais (TUAN, 1983).

Assim, falar do cotidiano de um lugar, seja a rua, a praça, o bairro, nos remete à investigação das diferentes situações sociais vividas diariamente pelos seus moradores e nos leva a procurar elementos que justifiquem as diversas relações estabelecidas entre os grupos sociais a partir do trabalho, dos costumes, das tradições, dos valores, por meio das relações de vizinhança e da reprodução de relações das mais variadas. Sobre esta concepção do lugar na vida cotidiana, Santos coloca em sua reflexão, que o espaço banal, por ele tratado por cotidiano é o espaço da ação, pois:

[...] no lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. [...] o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 258).

Nesta abordagem, o lugar precisa ser analisado e compreendido a partir do particular, mas ampliando-se ao processo de globalização. Onde ocorre a expansão dos lugares e dos indivíduos, pois é através da globalização que se consegue compreender os diferentes aspectos da realidade contemporânea. Hoje o mundo pode ser visto a partir do lugar e através deste é possível trabalhar o espaço tentando apreender sua totalidade (sistema-mundo), já que o movimento globalizador captura todas as variáveis que o compõe (o ser humano, as instituições, o meio, as relações de trabalho, a infraestrutura). Mas é no lugar que se tem dinamicidade, onde ocorre à experiência vivida, cheia de conteúdos, onde se faz e refaz o cotidiano, onde acontece a reprodução da vida privada e social. Assim,

reconhece-se que é no lugar que a vida se realiza em todas suas dimensões (CARLOS, 1996, p.19-20).

A relação com o espaço vivido realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num dado momento histórico. Assim, “o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 1996, p.26). Desta forma pode-se pensar o cotidiano como o espaço onde o local e o mundial se realizam no conjunto de afetos e nas diferentes modalidades do viver, próprias a cada habitante e de uma comunidade.

Nesta complexidade do cotidiano com o lugar do vivido que se encontra a população deste estudo. População esta que teve o seu cotidiano alterado drasticamente com o deslocamento compulsório e o desafio de estabelecer uma nova relação com um espaço estranho e construir os vínculos de lugar.

O presente estudo realizou uma análise e abordagem qualitativa dos fatos levantados, pois não objetivou estabelecer quantitativo numérico, mas sim conhecer mais profundamente uma realidade social. Quanto aos objetivos foi de caráter exploratório tendo como finalidade explicitar e aumentar o grau de conhecimento a respeito da problemática em questão. Quanto aos procedimentos realizou-se uma revisão bibliográfica e um estudo de caso, pois o presente estudo ocupou-se de uma unidade social, para investigá-la, buscando um amplo e detalhado conhecimento da mesma (GIL, 1946, p. 58).

Conforme já mencionado anteriormente, o foco deste estudo foram os antigos moradores do povoado Canela, que ficava localizado a margem direita do Rio Tocantins, em Palmas-TO. Esta comunidade, com a formação do reservatório da usina do Lajeado, em 2001, foi reassentada na zona urbana de Palmas, mais precisamente na Quadra 508 Norte.

Foram selecionados 10 participantes dentre às famílias reassentadas na quadra 508 Norte, buscando diversidade na idade, na escolaridade e na situação social e econômica. A amostragem foi composta por pessoas de mais de 35 anos, pois estes possuem um período considerável de vivência no antigo povoado Canela e uma melhor compreensão do significado das readaptações e reconstruções que

ocorreram nesta comunidade após este deslocamento compulsório. Quanto à escolha do número de participantes, Minayo (2001, p. 22) afirma que o critério de representatividade da amostragem na pesquisa qualitativa não é numérico como na pesquisa quantitativa. A quantidade de pessoas entrevistadas deve, no entanto, permitir que haja a reincidência de informações ou saturação dos dados, situação que ocorre quando nenhuma informação nova é acrescentada com a continuidade do processo de pesquisa. A continuação da pesquisa torna-se, portanto, pouco produtiva ou até mesmo inútil, dependendo do período de insistência na continuidade. Mas a grande dificuldade é saber o quão grande será esse número. Alguns pesquisadores afirmam que a melhor maneira de definir é pesquisando, isto é, o pesquisador saberá quando suas entrevistas ainda estão acrescentando informações a seu estudo. Esta linha de pensamento pautou também este estudo.

A coleta de informações e dados para este estudo se deu através da utilização de entrevista, histórias de vida, observações e registros. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na sua íntegra. E estabeleceu-se uma convivência e contato constante com esta comunidade, através visitas, participação em eventos e momentos formais para as entrevistas. “Para se estudar o cotidiano, não bastam observações, visitas, entrevistas ou conversas pontuais. É preciso ‘estar’ no cotidiano para apreendê-lo em sua densidade e em sua intensidade” (SILVA, 2009, p. 18).

Os sujeitos deste estudo foram abordados e contatados através da agente de saúde da quadra que identificou e apresentou o pesquisador às famílias do antigo Canela. A partir desta apresentação inicial as famílias foram esclarecidas sobre o trabalho e um integrante da família foi convidado a fazer parte do estudo fornecendo os dados conforme consta nos instrumentos de coleta de dados. Várias pessoas não quiseram fazer parte do estudo, pois não desejam mais falar sobre o antigo Canela, não querem mais trazer a tona lembrança que produzem sentimentos que causam sofrimento, bem como não desejam relembrar todo processo confuso das negociações da desapropriação e da transferência para a cidade.

Os dados coletados foram transcritos e analisados usando-se a metodologia da Análise de Discurso, que segundo Orlandi (2009, p. 60-63), busca a compreensão de como um objeto simbólico ou fenômeno produz sentidos e de como

ele está envolto de significância para e pelos sujeitos. Assim buscou-se estabelecer pontos de convergências e divergências nos relatos, entrevistas, observações e eventos vivenciados. Após isto foi realizada uma análise descritiva das informações coletadas, das observações feitas e da convivência com a comunidade nos eventos e celebrações, comparando e referenciando com a literatura existente.

Este estudo foi desenvolvido, observando-se o que preconiza a resolução CNS 466/12 e suas normas operacionais para pesquisas que envolvam seres humanos. Para tal, o projeto foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (Anexo II) e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Todas as imagens usadas também tiveram o consentimento dos participantes e/ou a autorização da Fundação Cultural de Palmas (Anexo I).

CAPÍTULO I

1. O SURGIMENTO E A CONSTRUÇÃO DE UM COTIDIANO

Pretende-se neste capítulo realizar um esforço na busca pela compreensão da dinâmica da construção do cotidiano e modo de vida do povoado Canela, em Palmas-Tocantins, desde o seu surgimento até o seu deslocamento compulsório. O cotidiano é aqui concebido como referência à vida de todos os dias e de todos os homens de um determinado tempo/lugar, referindo-se às atividades rotineiras e banais, que expressam e fundamentam um modo de existência. Assim, a vida cotidiana é como “aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias (inclusive) os sonhos, desejos, insatisfações, angústias, opressão, mas também segurança” (CARVALHO, 1996, p.23).

A comunidade em foco neste estudo é classificada como uma comunidade ribeirinha. As comunidades ribeirinhas são identificadas como um tipo de população tradicional, orientadas por valores que regem um modelo de comportamento comunitário com relação aos recursos naturais. O termo ribeirinho, normalmente pode ser entendido como uma gama da população que permaneceu às margens dos rios, em muitos casos bastante isolados, a margem das políticas públicas e sociais, destoando imensamente dos projetos agropolíticos e de debates nacionais ou internacionais (LIMA, 2004, p. 13).

O ribeirinho enquanto categoria de modo de vida e organização social pode ser identificado a partir de elementos, tais como: estilo de vida, aproveitamento e exploração de recursos naturais, ocupação e apropriação do território, identidade cultural e simbólica, crenças e valores. Compreender o modo de vida e o cotidiano das populações ribeirinhas implica, inicialmente, na análise histórica da formação dos grupos que compõem estas comunidades. A necessidade de sobrevivência que levou o homem, desde os primórdios da civilização, a fixar-se na natureza fez surgir certos padrões e ritmos que o adaptaram às novas formas de atividades (plantar, colher, caçar) que confrontaram, enfrentaram, alteraram e modificaram a relação entre ele e os componentes naturais (floresta, solo, animais, água). Dessa forma, a

natureza representa o símbolo de sua inspiração, codificado e utilizado como forma de vida peculiar dos sujeitos (BATISTA, 2011, p. 03).

Bourdieu (2007, p.10) reafirma esta ideia do poder que o simbólico exerce na vida das pessoas e da sociedade, quando diz que:

[...] os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução de ordem social [...]

Para Heller (2008, p.34), o saber popular está vinculado à vida cotidiana, o que significa que a “vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do conhecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”. Para a mesma autora a vida cotidiana é a formação e a reprodução do próprio indivíduo e, conseqüentemente, da própria sociedade, através das objetivações. Esse processo se caracteriza por reprodução, o que pressupõe uma ação do homem sobre o objeto (espaço), transformando-o para seu uso e benefício. A vida cotidiana, portanto, é a vida do sujeito em todos os seus aspectos, sua individualidade, sua personalidade e seu viver como ser social que é. Nela coloca-se em funcionamento todos seus sentidos, suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, suas ideias e ideologias.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] é um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres.[...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível... (CERTEAU, 1996, p.31).

Falar do cotidiano é falar de relações que se constroem nas tramas do dia a dia e se materializam enquanto instrumento de identidade de determinado grupo social. Mais do que ressaltar os fazeres que marcam nossas dinâmicas pessoais e coletivas do dia a dia, como nossas rotinas e andanças, o cotidiano nos aponta para uma perspectiva de reflexão sobre as concepções que emergem dessas rotinas,

onde novos pontos de vista se abrem e novos conhecimentos históricos são produzidos. Neste sentido, Pais (2003) enfatiza que,

[...] o cotidiano não é apenas o espaço de realização de atividades repetitivas: é também um lugar de inovação. A vida cotidiana não é apenas feita de rebotalho. A própria recusa do cotidiano (a festa, as viagens, as férias...) é a sua reorganização e transformação. O cotidiano banal, trivial, repetitivo, faz parte de um outro cotidiano (p.78).

Um outro cotidiano que se apresenta na maioria das vezes como algo banal, sem importância, mas, que é capaz de revelar o extraordinário nas múltiplas faces da vida, e nesse processo “*deve ser tomado como fio condutor do conhecimento da sociedade*” (PAIS, 2003 p. 74).

Pais (2003, p.28), ao questionar o que se passa no cotidiano, destaca que normalmente se costuma dizer que o cotidiano é o que se passa todo dia; que no cotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Neste caso o cotidiano seria o que se passa no dia a dia como se nada estivesse acontecendo. Mas ao analisarmos mais cuidadosamente as modalidades que caracterizam ou representam a vida que ocorre no cotidiano, nos damos conta de que é nos aspectos frívolos e corriqueiros da vida social, naquilo que aparenta nada de novo do cotidiano, é nisto que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a sua própria ruptura e transformação. Especialmente quando este cotidiano for analisado numa visão holística.

Partindo destas concepções, queremos analisar o surgimento e a construção do modo de vida da comunidade Canela. O povoado surgiu no século XIX, mais precisamente na década de 50, com a chegada da família Batista, o senhor Olímpio Batista de Araújo e senhora Maria de Albuquerque, fundadores do povoado, quando esta região, atualmente pertencente ao estado do Tocantins, ainda fazia parte do norte goiano. Alguns anos depois ocorreu um crescimento com a chegada das famílias Lima e Santana. No início, os moradores eram poucos e o crescimento da população veio de casamentos entre parentes. Desta forma, a comunidade era formada em sua maioria por membros que possuíam algum laço familiar (PARRIÃO, 2011, p.41). Inicialmente esta comunidade pertencia ao município de Porto Nacional, distante aproximadamente 60 Km, de onde buscavam suprimentos básico para sua

vida. Estas viagens para Porto Nacional inicialmente eram feitas através do Rio Tocantins e demandavam aproximadamente dois dias para percorrer cada trecho. Em 1989 o povoado passou a pertencer ao município de Taquaruçu e posteriormente, em 1990 o povoado do Canela passou a integrar o município de Palmas, do qual se tornou um distrito (SANTOS, 2015, p. 43).

Por volta de 1858, o Sr. Olimpio Batista de Araújo e sua família deslocaram-se da região de Tocantínia em busca de novos pastos para o rebanho e fizeram o seu primeiro assentamento no lugar denominado Canela, onde hoje é o reservatório da usina hidrelétrica. Margeando a direita do rio, sempre em busca de novos pastos, utilizaram primeiramente a área onde se desenvolveu a comunidade Canela, apenas como lugar de pastagens. Com relação ao surgimento do povoado Canela o senhor Joaquim Batista, de 90 anos e neto dos fundadores do povoado, afirma:

Olimpo Batista de Araújo era meu avô. Pai de meu pai...Esse pedacinho que sei é que esse pedaço de terra do Canela foi meu avô Olimpo quem comprou na mão de uma mulher chamada Maria, e o outro nome eu não sei, de Alunquerque eu acho, o sobrenome dela. Maria, parece da Conceição Alunquerque. Era uma coisa assim... Meu avô, eu sei contar da Tocantínia pra cá. Quando ele veio pro Canela foi da Tocantínia. Daí pra lá eu não sei, acho que ele veio do Maranhão (ENTREVISTA, 12.10.2014).

Essa data corresponde à chegada do primeiro morador do lugar. Como nos explica Souza (2001, p. 2), nos “Registros do Povoado Canela” da Secretaria da Cultura do Estado, a formação da comunidade está vinculada ao processo de ocupação econômica da região, no final do século XIX, através da criação de gado. Os criadores vieram principalmente dos sertões da Bahia, Maranhão e Piauí, em busca de novos pastos que permitissem a criação de novos núcleos rurais e urbanos. A criação extensiva e a busca de novas pastagens para o gado, resultaram na formação de vários núcleos rurais e urbanos.

Com relação ao nome do povoado tem-se conhecimento do que relatam os moradores do antigo povoado, através da história oral. O senhor Joaquim, de 90 anos e morador mais idoso que ainda vive, diz que a origem desse nome provém de uma vaca que havia naquele lugar. Como a vaca cresceu muito, passaram a chamá-la de caneluda. Além de grande a vaca também era muito arisca e não permitia ser domada pelos vaqueiros, sendo a sua fama conhecida em toda região. Assim o povo

passou a chamar esta vaca de canela, nome que também passou a ser atribuído ao local. Ao longo da história do povoado ocorreram tentativas de alterar o nome do povoado para Palestina e posteriormente para Graciolândia, mas as tentativas foram frustradas, pois o nome Canela já estava consolidado e fazia parte do cotidiano dos moradores do povoado e da região (CÉU DE CANELA, 2014).

De acordo com dados do Almanaque do Tocantins (2000), o povoado localizava-se à margem direita do Rio Tocantins, a 10 Km do centro de Palmas, com uma área territorial de 70 alqueires. Em sua infraestrutura, além das casas simples dos moradores, havia um posto telefônico, escola municipal e estadual, um posto de saúde, uma igreja católica e o barracão de palha, conhecido como barracão da esperança (ALMANAQUE DO TOCANTINS, v 8, 2000). No período final de sua existência como povoado do Canela a população chegou a 91 famílias que totalizam aproximadamente 370 pessoas. Nesta localidade, ninguém possuía título de propriedade, muito embora uma parcela dos moradores detinha direito de posse (EIA, 1996, p.110).

Figura 01: Casa de Joaquim Batista no povoado Canela



Fonte: Acervo/ex morador do Canela

FIGURA 02: Casa de Dona Noca no Povoado Canela.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas.

Inicialmente a economia do povoado era basicamente de subsistência, onde cultivavam o que era básico e fundamental para a sobrevivência e a produção era assegurada graças às vazantes do Rio Tocantins, que na época das chuvas inundava as terras a sua margem e ao voltar ao seu leito normal as deixava férteis. Plantava-se de tudo o que era necessário para o sustento do povoado, como: arroz, feijão, milho, abóbora, hortaliças e frutas das mais variadas espécies. O povoado era marcante por suas enormes mangueiras e outras árvores frutíferas. Todas as casas eram bem simples, possuíam seu pomar e a área do povoado era muito arborizada, conforme pode ser observado nas figuras 01, 02 e 03. A pesca artesanal era outra fonte rica de subsistência, pois o rio oferecia variedade e quantidade abundante de peixes. Também havia criação de galinhas caipiras, porcos e gado para obter o leite e também a carne. O cultivo do fumo também foi muito importante para o povoado em certo período, pois era produzido, beneficiado e vendido para que pudessem comprar os produtos essenciais para a vida e que não era possível produzir no local. Este fumo beneficiado era levado para Porto Nacional, onde era trocado por

produtos como o óleo de cozinha, sal, combustível para as lamparinas, entre outros gêneros básicos para a vida.

Figura 03: Vista parcial do povoado Canela na década de 90.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

Nos primeiros anos de existência do povoado, por não haver estradas e tampouco meios de transporte adequados, a viagem para Porto Nacional (distante 60 Km) era feita com pequenos barcos pelo rio Tocantins. Estes barcos eram movidos a remos e varas. A viagem durava dois dias e meio para ir rio acima e um dia para retornar. Já havia no meio do caminho pontos de apoio onde os viajantes paravam para jantar e dormir. Segundo a moradora Maria de Lourdes Lima, de 60 anos, esta viagem era uma aventura interessante e agradável, apesar das dificuldades e perigos que a mesma oferecia. Até serem abertas estradas e aparecerem linhas de ônibus que faziam o trajeto Tocantínia-Porto Nacional, o rio era a estrada através da qual se resolvia todos os negócios, faziam as compras e encontravam algum recurso em caso de alguma enfermidade mais grave (Entrevista, 28.02.2015). Percebe-se que a relação dos moradores com o rio era muito grande, pois este oferecia e representava muito para eles.

A história do povoado Canela é marcada por alguns fatos e eventos que impactaram fortemente o cotidiano dos seus moradores e que ficaram na memória de muitos e foram passados através das gerações. Um fato que alterou o cotidiano dos moradores por algum tempo, foi a passagem da Coluna Prestes, que aconteceu por volta de 1925. Este foi um movimento revolucionário liderado por Luis Carlos Prestes na década de 1920. Cerca de 1.500 homens, entre militares e simpatizantes, lutaram por dois anos e três meses, percorrendo cerca de 25.000 km pelo interior do território brasileiro. No percurso, a Coluna esteve no antigo Norte Goiano como mostra o texto de Liberato Póvoa: “Depois de demorar-se alguns dias em Arraias, onde foi recebida com banda de música e missa campal, demora-se pouco em Natividade, sob o mesmo clima de compreensão, e segue para Porto Nacional, passando assim pelos espaços geográficos da hoje capital Palmas”. (PÓVOA, 1999, p. 76). O fato é lembrado por muitos com orgulho tornando-se um marco na história do povoado, apesar de ter causado apreensão e medo nos moradores que habitavam o povoado naquele período histórico.

O Canela seguia o ritmo do rio Tocantins, uma das bases de sustentação do povoado. Da irrigação dos seus roçados e hortas, do lugar de puba da mandioca para o fabrico da farinha, o rio também fornecia o peixe. Os moradores praticavam a pesca artesanal com anzol, durante todo o ano. Pescavam a “cachorra”, “mandi-moela”, “barbado”, “piauí” e outros. No período da seca, quando as águas estavam mais claras, os moradores faziam a “pesca de loca”, onde capturavam com as mãos o peixe “cari”, escondido nas tocas. Essa pesca era feita durante a noite usando uma lanterna para focar os peixes. A relação dos moradores do Canela com as águas fazia parte do seu cotidiano, pois o rio servia como estrada, especialmente até a década de 1960, quando foram construídas estradas que ofereceram um acesso mais fácil e rápido para as cidades mais próximas, Porto Nacional e Tocantínia. Assim, o rio Tocantins serviu como importante marco na construção de sua identidade enquanto comunidade ribeirinha (PARRIÃO, 2011, p.44).

Entretanto, este rio, tão importante e presente na vida destes moradores, gerou outro fato marcante na história do povoado. A enchente de 1980, a maior registrada na história do antigo norte goiano. Esta enchente obrigou todos os moradores do povoado a deixarem suas casas e buscarem refúgio em fazendas que

ficavam localizadas em lugares mais altos. Todas as construções, com exceção da igreja e da escola, foram destruídas nesta enchente por não possuírem um alicerce e uma estrutura adequada. A senhora Maria de Lourdes, de 60 anos, relata este episódio com emoção, dizendo:

Eu morava lá, eu saí de lá assim, da porta da calçada de minha casa de canoa, a gente saiu de canoa. Gente, foi a coisa mais triste que eu já vi na minha vida, foi aquilo lá. Porque assim, quando começou aquela chuva que não parava, não parava, as casas lá tudo a maioria era tudo de adobe, né... E não tinha nenhuma que tinha um alicerce assim de uma pedra cambia, de nada não, era só botar aquele adobe lá. Aí quando começou a molhar, eu sei que quando começou a cair a primeira casa, aí a gente começou a assombrar. Aí quando começou a cair a primeira, quem morava assim do lado mais próximo do córrego lá do Jalapão, hum, foi quase tudo assim, com três dias já tinha acabado, caído tudo. Aí como lá a maioria das casas eles enfincavam aqueles esteios pra fazer aquela cobertura, aí caía as paredes tudo, ficava a cobertura. E aqueles que fez só com adobe mesmo sem aqueles esteios lá, hum... Caiu tudo, perdeu tudo. Eu sei que, pra encurtar, pra encurtar a história, ficou a escola e a igreja que não caiu. Ficou essas duas únicas coisas que não caíram. Minha casa mesmo caiu, caiu tudo. Nós fomos pra uma fazenda do meu sogro. Quando a gente chegou lá num dia, no outro dia de noite o Córrego Porteira represou também com o rio, já correu com a gente de lá, a gente teve que ir pra fazenda do meu cunhado que era lá o Mato Seco, que é também nessa região de Luzimangues, que já fica bem lá mais pra frente. E aí quando tava com quarenta dias a gente voltou. O rio baixou, era lama demais, era um fedor que ninguém aguentava. E aí a gente foi pra casa de um amigo que tinha, que era lá no Pratinha...E aí foi mexer pra levantar a casa nossa. E aí já foi fazer, fez de tijolinho e tudo, mas botou o esteio também, né... Fez as paredes de tijolo, mas colocou o esteio, não fez mais sem o esteio. E daquele tempo voltaram ainda poucas famílias pra morar lá...Eu lembrava de seis famílias só que voltou, os outros não quiseram voltar mais não. Aí recomeçou. Aí ficou uns tempos assim só com a gente e dali uns três anos recomeçou. Aí quando começou falar dessa divisa do Estado e aí que ia ser verdade mesmo... Foi uma especulação, só não encheu, não encheu mesmo demais porque eles já seguravam aquilo né...Mas mesmo assim ainda aumentou muita gente. Quando a gente foi, quando começou essa negociação lá da Investco já tinha parece que era noventa e sete famílias. (ENTREVISTA, 28.02.2015).

Com esta enchente inicia uma nova fase do povoado do Canela, inclusive com alguns dos antigos moradores não retornado mais e outros novos chegando para formar o povoado novamente.

Assim, a vida cotidiana dos moradores do povoado Canela, no seu período norte goiano, é caracterizado pelas atividades realizadas diariamente, como: lavar

roupa no rio ou em algum dos riachos próximos, fazer comida, pescar, cultivar as pequenas roças, hortas e pomar, cuidar dos porcos, galinhas, patos, gado bovino, etc., neste sentido ocorre uma relação harmônica e também prazerosa com a natureza e com a comunidade. Neste sentido, Heller (1992, p. 18) explica que o homem nasce já inserido na cotidianidade, amadurece adquirindo todas as habilidades indispensáveis para a vida cotidiana. Essa relação do homem com a natureza, ou seja, a forma de apropriação do modo como vivem e, atribuem significados, têm influência e interação com as necessidades do dia a dia.

De acordo com depoimentos dos moradores, a vida cotidiana no Canela quando ainda referida ao espaço de origem, era marcada pela solidariedade entre os moradores, com uma forte noção de pertencimento e cooperação entre os membros da comunidade. Sem querer negar os conflitos internos que certamente existiam, podemos perceber essa rede de solidariedade, quando os moradores afirmam que a ajuda mútua era uma prática comum entre eles, seja em momentos de dificuldades, como doenças, por exemplo, ou nos momentos festivos. De modo geral, essa solidariedade é atribuída à religiosidade das pessoas dessa comunidade, mas também precisa ser atribuído ao fato de que havia fortes laços familiares entre a maioria dos moradores. Estudos antropológicos têm mostrado que a religiosidade popular é um componente forte que se encontra presente no comportamento das pessoas em comunidades simples. A vida, nesses casos, está permeada por uma religiosidade que vai além da simples prática de orações e presença em templos, mas se encontra pulverizada nas ações cotidianas através de rituais e palavras recorrentes (OLIVEIRA, 1999, p. 43).

A senhora Maria do Socorro de Araújo, de 54 anos, que morou boa parte de sua vida na comunidade do Canela, descreve desta forma a vida no local,

Olha, a vida lá era bem tranquila né...Depois começou a escola, já foi vindo outras pessoas, foi crescendo a comunidade. Aí tornou totalmente diferente daquela vida que eu cheguei né...Que era apenas seis famílias. Aí se tornou uma vida bem tranquila, a gente tinha uma tranquilidade grande naquela comunidade...Muito tranquila, convivência de irmão, a gente vivia como se fosse verdadeira família. Pra começar ali tava toda a minha família né... Alguns eram meus parentes...A única pessoa que não era da família era Maria Rodrigues, a senhora que morava do outro lado da rua, assim da esquerda e uma outra pessoa que morava do outro lado do ribeirão, que era o ribeirão chamado Jalapão, essa outra pessoa. O restante tudo era

parente. Então a gente vivia como uma grande família naquele lugar muito tranquilo, anoitecia, amanhecia apenas o barulho do gado, quinhentas cabeças de gado ali dentro, com poucas famílias não tinha outra coisa pra gente ouvir a não ser o barulho do gado. Mas era bem gostoso ouvir o barulho da natureza, ouvir o gado berrar todos os dias pela manhã aí meu marido saía pro curral, era bem legal...eu tenho saudade daquele tempo (ENTREVISTA, 05.03.2015).

O sentido de comunidade aparece nesta fala como estratégia fundamental de sobrevivência, especialmente como forma de superar as precárias condições materiais e de infraestrutura que fazem com que essas pessoas resolvam seus problemas com iniciativas próprias. Além deste sentido familiar dado à comunidade, percebemos nas visões e interpretações dos moradores, a tentativa de dotar o Canela de um caráter de identidade com o espaço ribeirinho.

Neste contexto, nota-se na descrição dos moradores muitas lembranças e saudades do tempo vivido nesta comunidade. Lembranças das brincadeiras simples e interioranas da infância; de uma juventude bem vivida e aproveitada; da cultura produzida e incorporada no modo de vida de cada pessoa. Lembranças como as descritas pela jovem senhora Luciana Ribeiro de Araújo, de 35 anos, que nasceu e viveu seus primeiros 20 anos neste povoado,

Bom, lá tinha muito córrego né... As brincadeiras nossas era diferente dessas brincadeiras de hoje que até eu estranho né... Nossa brincadeira era de subir em árvore, brincar de esconda, a noite a gente juntava aquele tanto de menina tudo da mesma idade, ia brincar, ia jogar bolada, jogar queimada que hoje em dia a gente quase não vê mais essas coisas né... Aí depois nos ia pro córrego banhar, nossa diversão lá era essa, não era igual essas brincadeiras de hoje esquisitas né... Desses jogos de hoje. (ENTREVISTA, 25.02.2015)

Bem como o relato da senhora Maria de Lourdes,

Muita...Muita lembrança ainda. Eu lembro assim que a gente brincava muito, né, brincava muito de roda, brincava de berlinda, brincava de boneca, brincava de casinha. Lá era uma comunidade assim, bem arborizada, assim, só não tinha árvore assim bem no centrinho do distrito, mas assim, que era um círculo, fazia as casas assim circulando e cada quintal daquele era um pomar muito grande. E ali a gente brincava assim, aos domingos a gente brincava que esquecia, né...Fazia casinha naqueles galhos de pé de manga, fazia piquenique. Então assim, foi uma infância bem marcante (ENTREVISTA, 28/02/2015).

A juventude dos que lá passaram esta fase importante da vida, também deixou na memória recordações e lembranças, que os 15 anos passados longe do local onde ficava o povoado, não apagaram e que são relembrados com nostalgia e saudades. Luciana de Araújo descreve um pouco desta época, de como eram as festas e diversões no povoado e em outras comunidades,

Ah, lá tinha muita festa boa, eu gostava muito de festa, ixé! Lá tinha três salão de festa, aí tinha... Não era assim frequentemente festa todos finais de semana, mas tinha os festejos de Julho e tinha os festejos de Outubro né... Que é Santa Terezinha. Aí a gente já ficava contando nos dedos. Ai meu Deus, mês de Julho vem aí, aí já começava a comprar roupa bem antes né... Pra guardar pra usar naquela festa. Aí vinha aqueles tocador e fazia aquelas festas, o pessoal vinha de longe, fazia barraca. Os familiares que passavam tempo sem ver a gente ia, tudo ficava na casa da gente. A gente fazia bolo naqueles fogão caipira né... Aqueles fogão, forno caipira, fazia, passava era semanas e semanas fazendo bolo antes das festas pra guardar nas latas pra esperar o pessoal chegar. Aí chegava e aí tinha a festa. Era dia e noite sem parar. Aí nós dançava, era aquela festa assim sadia sabe? Que você dançava, não via uma briga, entendeu? Não é igual, hoje em dia a gente não vê mais isso. Eu sinto muita falta porque tinha muita festa boa. Tinha do outro lado do rio onde nós ia pras festa, falava assim, "tal dia vai ter uma festa do outro lado do rio". Menino, nós ia era dezessete, dezoito quilômetros de pé atrás de festa, mas compensava. Dançava ate o sol sair. (ENTREVISTA, 25.02.2015)

Do mesmo modo, Maria de Lourdes destaca alguns aspectos e as boas lembranças deste período,

Na minha juventude também...Eu tive uma juventude assim, quero dizer assim, muito assim restrita, porque eu... Meu pai não morava lá, meu pai morava numa fazenda da minha madrinha, que era justamente no distrito do Canela, né...Porque o distrito do Canela era muito grande. E eu fui pra lá pra morar com ela pra estudar. E assim...E ele era aquele pai muito ciumento, né...Assim, quando eu vinha passar férias na casa deles, eu quase não tinha assim oportunidade de sair porque a gente... Ele morava em fazenda e assim, era muito difícil o acesso pra gente ir em alguma coisa. E lá no Canela eu participava das coisas, mas não de todas, porque a ordem dele pra minha madrinha era muito severa, né...E ela gostava de cumprir aquilo que ele pedia. Então foi assim um pouco restrito, mas foi uma infância boa porque os meus amigos, as minhas amigas de infância eram todas pessoas assim, confiável, eram pessoas assim que realmente a gente sabia que era amigo de verdade. Não era assim amigo de faz de conta, né...Até mesmo assim quando uma tinha um problema, o outro também se doía por aquilo que a colega tava passando, né... Então eu fui, participei de algumas festas, mas não era muito, não eram todas que eu ia, que ate

mesmo que nem deveria, né... E passei também, eu passei muito pouco na minha infância (ENTREVISTA, 28.02.2015)

O povoado também era marcado por traços culturais fortes. A cultura do povoado Canela era a religiosidade que reunia a comunidade para festejar os santos responsáveis pela vida e por graças recebidas. Como praticamente a totalidade dos moradores eram adeptos da religião católica, estes eventos uniam cada vez mais a comunidade, dando a ela um aspecto de uma grande família. O festejo mais tradicional é a festa do Divino, comemorada no mês de julho. Esta festa no calendário eclesiástico é comemorada normalmente nos meses de abril ou maio, dependendo da data da Páscoa e sempre vinculado a data do Pentecostes. Entretanto, nesta comunidade acontecia no segundo final de semana de julho, pois este era o único final de semana do ano que o padre vinha para dirigir a celebração cültica. A festa do Divino começou em 1947 com Daniel Batista, que realizou a primeira festa sozinho e com ausência de personagens tradicionais do ritual, como a rainha, o capitão do mastro e o imperador. Após esta data o festejo foi ganhando corpo e maior participação da comunidade chegando a mobilizar jovens, adultos e crianças, e até foliões de municípios como Porto Nacional, Tocantínia e Lajeado. Com o passar do tempo o povoado foi aglomerando foliões dos municípios vizinhos para as danças que também eram tradição entre os moradores, como a sússia e a catira. O senhor Joaquim Batista também se recorda das rodas de São Gonçalo, santo ao qual confiavam a proteção das mulheres durante o trabalho de parto (MENESES, 2006, p. 4).

Nos anos seguintes, ao início deste festejo na comunidade, houve a junção da festa do Divino com a festa de comemoração a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade. A data do festejo era definida mediante um acordo entre a comunidade e a Igreja Católica local. No Canela, nove dias antes da festa do rei de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e do imperador do Divino Espírito Santo, aconteciam novenas diariamente. A cada dia, uma família se encarregava de realizar uma novena, rezando o terço na igreja. Nos primeiros dias de festa, eram levantados os mastros. O de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no primeiro dia, ao lado direito da igreja. O mastro era enfeitado com bandeirolas nas cores azul e branca. O mastro do Divino ficava à esquerda com bandeiras

vermelhas. Antes do levantamento dos mastros, acontecia a festa do capitão. Esta começava com a escolha da madeira para o mastro, que era levada para o povoado e escondida pelo capitão. Os moradores do local saíam à sua procura e, se encontrassem a madeira, o capitão teria que pagar toda a cachaça consumida pelos participantes enquanto preparavam o mastro. A missa de coroação do rei e da rainha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e do imperador do Divino Espírito Santo antecedia as festas do capitão do mastro. Os rituais são semelhantes. A corte do ano anterior sai em cortejo até a casa do novo rei ou imperador, que o espera para seguirem juntos à igreja. O cortejo era iluminado com velas, seguido por banda de música. Os participantes cantam e soltam fogos de artifício em homenagem aos seus santos. Sempre à frente do cortejo vai o alferes portando a bandeira do divino, o símbolo do Espírito Santo na condução do seu povo. O padre espera a corte e seus súditos à porta da igreja. O casal real acompanhado pelo capitão do mastro se ajoelha na entrada do templo para ser abençoado. O padre joga água benta sobre eles, transferindo a coroa de um rei ou imperador para outro. Só então podem entrar na igreja (conforme figura 04). Todos os representantes da corte, rei, imperador e capitão do mastro, após o ritual religioso, oferecem uma recepção festiva à comunidade com muita comida, bebida e danças (SANTOS, 2015, p. 74).

Esta festa secular, com comidas, bebidas e danças, acontecia sempre no Barracão da Esperança que havia no Canela e atualmente ocorre no salão comunitário que foi construído ao lado da igreja. Esta festa durava a noite inteira no local de origem da comunidade, mas atualmente, em virtude das restrições da vida urbana, entre elas a questão da música alta e do barulho, o encerramento acontece em torno das 2 horas da madrugada.

Figura 04: Missa de encerramento da Festa do Divino, com seus personagens.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

Maria de Lourdes, líder da comunidade e que atualmente ainda continua organizando as principais festividades, com o objetivo de preservá-las, fala de como surgiu a festa do Divino e também os festejos da padroeira da comunidade e de como estes eventos eram marcantes na vida do povoado (conforme figura 05). Ela diz,

Olha, os festejos era uma coisa assim que marcava muito a nossa comunidade. A gente, o Canela era uma comunidade assim de uma religiosidade muito grande. A gente tinha novenas assim. Como era uma região difícil, que naquela época assim, e ela por ser uma comunidade praticamente toda católica...Então a gente via padre uma vez por ano, porque...era um só em Porto pra atender essa região de lá ate Paraíso, até Cristalândia, até não sei aonde. Essa região era muito grande, e eles também naquele tempo andavam era montando a cavalo. Então era uma vez no ano. Mês de Julho eles tiravam pra ser a desobriga, aí ele vinha, celebrava a festa do Divino no Canela no segundo final de semana de Julho e esse resto de mês já era a desobriga pra andar a região todinha, ia fazer batizado, ia fazer casamento, celebrar. E essa festa do Divino ela era uma festa assim o marco mais forte. Foi uma festa assim que foi criada através de uma brincadeira, que foi criada através de um piquenique que seu Daniel fez com a família dele, e esse piquenique foi feito uma vez na época de São João. E lá diz que eles fizeram a fogueira e levantaram aquele mastro de

São João. E aí disse que quando foi no ano seguinte eles falou, “não, esse ano vamos levantar o mastro e vamos colocar um capitão”. Aí colocaram o capitão. Esse capitão é pra levantar o mastro e derrubar. E assim colocaram esse capitão. Quando foi no terceiro ano, aí já colocou o capitão e colocou rainha. Eu sei que aí entre eles conversaram e falou, “porque que agora a gente não continua mesmo assim fazer isso de verdade?” Aí combinaram e a festa continuou de verdade, cada ano ela crescia. Aí já passaram pra dois mastros, o mastro do Divino e o mastro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tem o Rei e Rainha, Imperador, Capitão do Mastro, Capitão de Nossa Senhora. E aquela festa ela era assim praticamente um encontro de família e de amigos, porque às vezes assim, pessoas que ficavam um ano inteiro ou dois anos sem se verem, quando era naquela festa, todo mundo já sabia que era o segundo final de semana de julho, o ano inteiro já se preparavam. Quem já morava longe, já dizia: “não, eu vou me preparar pra pegar minhas férias nesse tempo ou trocar no serviço, ou de qualquer jeito eu quero a folga nesse tempo”. Então reunia assim todo mundo pra fazer aquela festa. Era festa assim de muita alegria, uma festa de paz, uma festa assim de unidade, que desde que eu me conheci de meus seis anos que eu já conheci essa festa acontecendo, e que nunca vi falar na vida que saísse uma pessoa de lá baleada, nem esfaqueada, nem apanhado. Era festa mesmo pra brincar, festa de paz, né... E assim foi toda vida e tá sendo até hoje. Só que hoje já tá tudo resumido, agora não tem mais como fazer isso, levantar o mastro ainda, mas é lá atrás da igreja e o percurso é só de lá, ali pra frente, porque aquilo ali é o que é nosso hoje, da igreja, não tem como ta andando por causa dos fios, que Deus o livre bater num fio daquele ali e ter um problema, né... Mas o povo enche o saco até quando solta foguete. É muito complicado. Então a gente ta tocando, enquanto der pra tocar. Porque eu acho assim que é uma coisa muito bonita, muito...A gente deve conservar porque é uma coisa que a gente trouxe de lá, teve muita resistência aqui no início pra gente continuar, mas graças a Deus já acabou com isso, então eu acho que agora a gente tem mais é que conservar”. (ENTREVISTA, 28.02.2015)

Bernadete Batista de Araújo, de 63 anos, filhada da Dona Noca, uma das personagens mais marcantes da história do Canela (da qual falaremos mais adiante), também falou sobre este traço cultural marcante do povoado,

Participava. Fui Rainha lá uma vez. Minha mãe foi até...Meu pai foi o primeiro Rei, primeiro festeiro, minha mãe foi Rainha lá acho que foi umas duas ou três vezes, minha irmã, eu fui Rainha uma vez também, meu irmão foi Capitão. Assim, a gente participava, né, das festas lá, era muito gostoso. Do Divino. Porque a festa do Divino assim, Divino e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Aí tem o Rei e a Rainha de Nossa Senhora e o Capitão do Mastro, aí levanta aquele mastro, aí o Capitão vai sentado lá, aí eles vão puxando aquele mastro...Mais lindo do mundo, né?! Aí depois, no outro dia, tem a festa do Divino, que é o Imperador, o Capitão do Divino e o... É... Só o Imperador e o Capitão do Divino. Aí faz aquela festa boa também, aquela

feita de forró também, almoço no outro dia e aí arrocha o dia todinho (ENTREVISTA, 24.02.2015).

Figura 05: Festa do Divino no povoado Canela.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

Os habitantes do povoado eram constituídos por pessoas de aquisição financeira limitada, mas de grande criatividade. No decorrer dos anos, os destaques foram surgindo à medida que a convivência e a organização do povoado iam se estabelecendo. Personalidades importantes que exerceram liderança e marcaram a vida da comunidade. Entre eles dona Noca, dona Maria de Lourdes, Joaquim Batista e o senhor Nascimento da Rabeca. Dona Noca (Figura 06) é a forma com que, carinhosamente, os moradores da comunidade se referem a pessoa que respeitam como matriarca. Seu nome é Joana Batista de Araújo, ela nasceu em 24 de julho de 1914. Ela foi testemunha ocular dos grandes acontecimentos que marcaram o povoado. Já era uma pré-adolescente quando ocorreu a passagem da Coluna Prestes; viveu a inundação do povoado devido à cheia do rio Tocantins e viu o surgimento do Estado e também presenciou a reunião entre as lideranças do Estado para a definição do local onde hoje é Palmas; e era a moradora mais antiga ainda

viva por ocasião do deslocamento e a inundação das terras do povoado. Esta pessoa marcante do Canela faleceu no dia 31 de janeiro de 2006, depois de ter vivido ainda por cinco anos na quadra 508 Norte, em Palmas. Ela vivia sob os cuidados dos filhos, mas recebia o carinho de todos os antigos moradores e tendo o respeito até dos mais novos integrantes da comunidade. Todos reconhecem a importância que ela teve para a história do povoado e para a vida de muita gente pra quem ela já foi até curandeira.

Figura 06: Dona Noca, matriarca do povoado.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

Outra moradora respeitada pela comunidade é Maria de Lourdes (figura 07); nasceu no Canela e foi a primeira professora da Escola Municipal Daniel Batista, local onde trabalhou até a desapropriação do povoado. No processo de indenização dos moradores, Maria de Lourdes foi uma das principais intermediadoras, visto que ocupava na época o cargo de presidente da associação de moradores do extinto distrito. Proprietária do Barracão da Esperança, é admirada pela maioria das pessoas da comunidade pelo esforço que sempre mostrou ter quando se tratou da instrução e do incentivo aos estudos de todas as crianças, adolescentes e adultos. Recebeu do senhor Daniel Batista (esposo de Dona Noca) a missão de organizar e dar continuidade aos festejos característicos da comunidade, tarefa esta que ela continua cumprindo fielmente até a presente data.

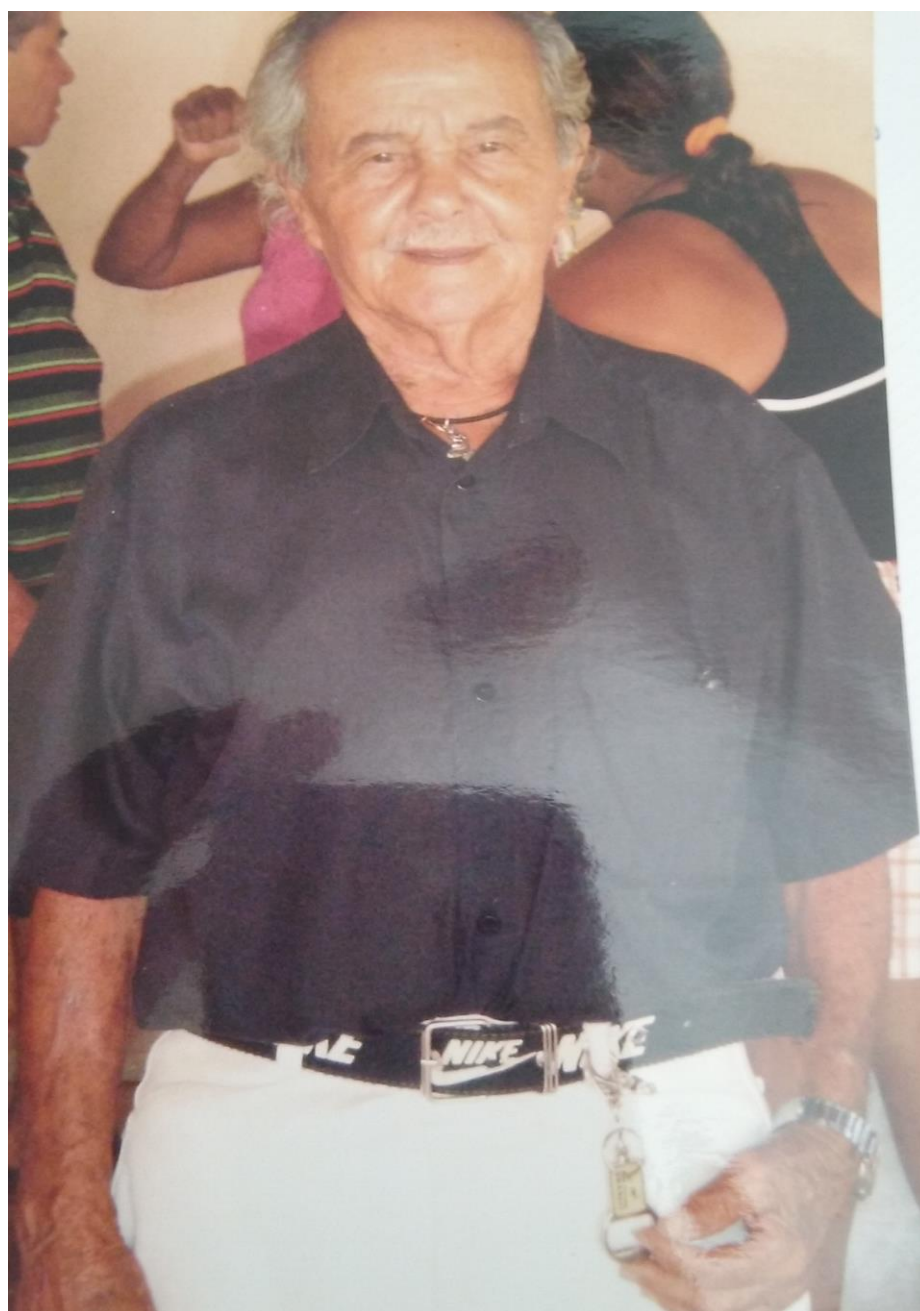
Figura 07: Professora Maria de Lourdes



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

O senhor Joaquim Batista (Figura 08), nascido no dia 17 de abril de 1925, é neto do fundador do povoado e irmão de Dona Noca. É atualmente o ex morador do Canela mais idoso ainda vivo, possui vivências e experiências riquíssimas na comunidade, bem como de todo o processo de transferência para a zona urbana e a reconstrução do modo de vida no atual ambiente de moradia.

Figura 08: Senhor Joaquim Batista



Fonte: Acervo/Ex morador do Canela

O senhor Raimundo Nascimento de Aguiar (Figura 09), nascido em 1924, em Taquara, município de Santa Filomena, no Estado do Piauí, é outro membro de importância para a memória do povoado. Veio para o norte de Goiás aos oito anos de idade. Aprendeu com o pai a fabricar e a tocar a rabeca, instrumento musical, fabricado com madeira de buriti, que foi anexado ao seu nome, formando o nome artístico do músico que ficou conhecido a partir das festas realizadas no povoado Canela. Nascimento da Rabeca foi símbolo da 1ª Fecoarte (Feira de Artesanato, Folclore e Comidas Típicas do Tocantins) e viveu durante muitos anos no Canela. Morreu aos 72 anos. O artista tem o respeito e um lugar na memória das pessoas, pois muitos aprenderam a dar os primeiros passos de danças ao som de sua rabeca em festas dançantes improvisadas no vilarejo e muitos momentos do povoado se tornaram mais animados e divertidos pela sua arte.

Figura 09: Raimundo da Rabeca – 1ª FECOARTE



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

Ao falarem sobre a vida no Canela, a maioria dos ex moradores deste povoado ressaltam que o que mais gostavam de lá e do que mais sentem falta é da tranquilidade do lugar, da fartura dos frutos, do rio, da roça e do clima. Dizem que plantavam de tudo e não precisavam comprar quase nada fora da comunidade. Realidade muito diferente da vivida atualmente.

Os moradores contam também, com orgulho, que o primeiro time de futebol que se tornou profissional e que representava a capital em competições estaduais e nacionais, o Palmas Futebol e Regatas, foi criado em de 31 de janeiro de 1997, utilizando a documentação da Sociedade Esportiva Canela, que teve origem entre os moradores do Canela, onde era comum, aos domingos pela manhã, se juntarem para a famosa “pelada”, com a participação de uma torcida que era formada pelos moradores e a vizinhança.

Figura 10: Barracão de palha, local de eventos e festividades.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

O jogo terminava sempre com um animado almoço no barracão (Figura 10) da comunidade. Esse galpão, feito de palha, madeira e adobe, foi tombado pelo Patrimônio Histórico da Secretaria Estadual de Cultura, Decreto de Lei Estadual n.

431, de 28 de julho de 1992, sendo o mesmo revogado pela Lei n. 1171 de 02 de agosto de 2000, tendo em vista a formação do reservatório sobre o rio Tocantins por conta da Usina Hidrelétrica (SANTOS, 2015, p.59). Um importante local que marcou a história de Palmas e que foi perdido, em nome do interesse do capital. Num estado e numa cidade onde a história é, de muitos modos, forjada, isso representa uma perda grandiosa e irreparável.

O referido barracão (Figura 11) serviu de lugar para várias reuniões, eventos e festividades, sendo uma delas lembrada por muitas pessoas, por ser marcante e histórica: a primeira reunião para definir detalhes sobre a construção da capital Palmas, realizada no dia 29 de janeiro de 1989, pelo então governador do recém-criado estado, Siqueira Campos. Na ocasião, muitas promessas foram feitas por ele e expectativas criadas, segundo os moradores.

Figura 11: Barracão do Povoado por ocasião da reunião para criação de Palmas.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

A criação e construção de Palmas proporcionou um enorme impulso no crescimento do povoado e influenciou grandemente no cotidiano da comunidade. Pode-se dizer que este evento inicia uma nova etapa para este povoado ribeirinho, pois a partir deste fato o Canela se tornou distrito e base de lazer para grande parte

da população que veio habitar a mais nova Capital do Brasil, tendo em vista que era situada às margens do Rio Tocantins, assim como uma opção de moradia para as pessoas que gostavam de ficar mais próximas da natureza. Outro momento de crescimento foi com a chegada de pessoas que sabiam da indenização das terras e casas que seria feito pelo consórcio Investco, empresa responsável pela construção da Usina. Assim, pessoas foram instalar-se lá com o intuito de lucrar com a venda das terras e casas. De acordo com dona Maria de Lourdes Abreu Lima, professora e presidente da Associação dos Moradores na época, este foi um período de intensa movimentação de pessoas no vilarejo, a população quase triplicou.

Figura 12: Vista parcial do povoado Canela já com a avenida principal asfaltada.



Fonte: Acervo/Fundação Cultura de Palmas

O povoado Canela tinha sua particularidade na simplicidade de suas coisas e de sua gente. Os moradores viviam de forma bastante harmônica, visto que, quase na sua totalidade, eram de uma mesma família. A arquitetura local era rústica, feita em sua maioria de alvenaria, mas com algumas sendo de cobertura de palha e paredes com enchimento de barro ou madeira. Essas residências não possuíam muros, somente os prédios públicos tinham esta demarcação. Entretanto, na última

década de existência do povoado, a avenida principal já possuía pavimentação asfáltica, conforme pode ser visto na figura 12.

A comunidade se orgulha do fato de que seu barracão de palha que foi escolhido pelo então governador Wilson Siqueira Campos, após a instalação do Governo Estadual, para sediar a reunião que decidiu onde seria instalada a Capital do Estado. Várias autoridades estiveram no dia 29 de janeiro de 1989 decidindo os próximos passos para o futuro do estado do Tocantins. O senhor Joaquim Batista, atualmente com 90 anos, e morador mais antigo do Canela, que ainda está vivo, também vivenciou este encontro histórico para tratar sobre a construção de Palmas. Com orgulho ele diz,

Sim, eu tava lá dentro parecendo talo de jaca. Ele veio de avião pro Canela. O último voo que eles deram foi no Canela. Ele veio de Tocantínia mais a comitiva dele. Uns dois ou três ônibus cheio de gente. Ele chegou e pousou lá no Canela. E aí ele deixou o pessoal lá e foi voar. Sobrevoando as áreas. Faltava três áreas. Canela, Mangue e outro. Eram três áreas. Aí foram e voaram lá de helicóptero e vieram e pousaram. Aí reunimos todos lá num galpão que tinha lá. Todo pessoal reuniu lá, todo pessoal do Canela mais a comitiva dele. Aí foram faz a reunião lá pra ver o que ficava. Ele foi pedir a opinião de cada um. Ele pousou mas não falou nada. Aí falaram, falaram, falaram querendo localizar aonde ele já tinha voado tudo. Ele já sabia da opinião de cada um, aí ele falou: “mas eu ainda não dei minha opinião. Já visitamos este estado do Tocantins todinho e eu nunca dei minha opinião, vou dar hoje. Minha opinião é essa, nós vamos fazer o estado do Tocantins é aqui nesse lugar. Aqui foi que eu encontrei todas as características, nessa terra aqui pra fazer o estado do Tocantins. Agora quero a opinião de cada um de vocês. Só ali tinha mais dezoito deputados que andavam mais ele e gente demais que tinha vindo mais ele. E o pessoal daqui, o pessoal do Canela, não falou nada. Só os companheiros dele é que foram dialogar uns com os outros. Pra ver onde ficava. Aí não combinaram, uns eram de acordo outros não eram. Ele levantou aqui, bem no meio do povo e disse: “Ah vocês não querem não. Agora quer vocês queiram ou não, eu vou fazer ela mesmo que seja no meio do rio. E vai ser aqui mesmo. Lembro como se fosse hoje, eu tava bem assim pertinho dele, quando ele falou (ENTREVISTA, 10.12.2014).

Após a reunião, o Canela passou a ser ponto de apoio para as pessoas que vieram trabalhar na construção civil. Essas pessoas tinham no povoado uma opção de lazer e de refúgio nos finais de semana, visto que o mesmo era o local mais próximo onde residiam famílias já habituadas ao local. A população do Canela viu Palmas nascer com a celebração da primeira Missa (para a qual dona Noca e seu Daniel foram convidados especiais, como os primeiros moradores de Palmas), e

crescer ao longo dos anos com as obras luxuosas até então não conhecidas por boa parte dos moradores, até a chegada do suposto “progresso”. Para a população do pequeno vilarejo, a instalação da Capital significava uma esperança de melhorias, mais recursos e o fim do esquecimento e do descaso que sofriam enquanto Norte de Goiás. Entretanto este aparente “progresso” tornou por apressar o fim daquele povoado e seu cotidiano e modo de vida pacato de comunidade ribeirinha.

O senhor Ademar Vitorassi, de 60 anos, que residia no Canela no período da construção de Palmas, fala desta aparente vantagem que se transformou em prejuízo para a grande maioria da comunidade

Bom, seria ótimo de uma forma assim aproveitável né, mas pra o povo de lá não foi aproveitável ir pra capital. Não foi porque ali na permuta uma permuta convencedora pra um habitat que não é igual de dentro de Palmas. Dentro de Palmas há uma legislação, há uma regulamentação entendeu, a cumprir. E lá no Canela não tinha essa exigência municipal, né? Então lá tinha mais espaço, mais natural, de mais liberdade, mais sem custo. A vida lá era melhor do que aqui dentro de Palmas. Bom, particularmente pra uns pode ser bom, não pra todos né, entendeu? Seria bom se a pessoa tivesse preparada pra Palmas, eles não foram preparados pra Palmas, o impacto foi inviável porque eles não foram reabilitados...Pra essa convivência dessa sociedade, entendeu? Então na verdade se perguntarem pras pessoas foi ruim, mas da teoria, da tese assim focada na sociedade, seria bom Palmas né?! Porque há implantação de recursos mais perto né, mais próximo né? Naquela época tudo era longe, tudo era longe. No modo geral não foi boa porque as pessoas não tinham uma ciência do quê que leva as consequências de uma permuta, de um habitat pro outro né? Eles não (...) visavam imediato o dinheiro, dinheiro era insignificante, acabava, e é o que aconteceu, acabou e ficou sem nada né? Dentro do Canela tinha toda a infraestrutura que era valorizada igual Palmas. O Canela era a mesma coisa que um braço de Palmas, um pedaço de coração que saiu de dentro da pessoa, melhor dizendo (ENTREVISTA, 19.02.2015).

Mais tarde, após Palmas estar consolidada, o povoado era passagem de turistas que iam se divertir na Praia da Graciosa (Figura 13), quando a mesma surgia devido a seca, na margem oposta do Rio Tocantins e era o grande atrativo nas temporadas de férias para os moradores de Palmas e da região. Durante o restante do ano, os moradores da capital se refugiavam nas piscinas do balneário Pratinha, que recebeu este nome por localizar-se às margens do córrego Prata, que ficava próximo do povoado.

Figura: Praia da Graciosa, as margens do Rio Tocantins em 1997



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

Na época de praia, os moradores do povoado aproveitavam para aumentar suas rendas, trabalhando na construção de barracas de praias, reforma e pintura de barcos, como canoieiros na travessia do rio, como cozinheiros e garçons. Os moradores também forneciam mandioca e hortaliças, como coentro (cheiro-verde), cebolinha, alface, couve e pimenta de cheiro para os feirantes de Palmas.

A comunidade Canela viu Palmas nascer com a celebração da primeira Missa e crescer ao longo dos anos com as obras imponentes e modernas até então não conhecidas por boa parte dos moradores, até a chegada do que era chamado “progresso” mas que resultou na extinção do povoado com a construção da UHE (MENESES, 2006, p.5).

Entretanto, com a eminência da formação do reservatório da hidrelétrica do Lajeado, todos os moradores do povoado tiveram que deixar suas casas, suas terras, o rio, as ligações afetivas com o lugar, e foram compulsoriamente remanejados, dividindo a população em dois núcleos principais: um na área urbana de Palmas, mais precisamente a Quadra 508 Norte, antiga ARNE 64 (Área Residencial Noroeste) – Plano Urbanístico – (grupo este escolhido para fazer parte deste estudo) e o outro grupo no setor Santa Bárbara, bairro que fica fora do Plano Piloto da capital. Este deslocamento, que iniciou no ano 2000 e foi concluído até abril de 2001, causou profundas transformações no cotidiano e modo de vida dos

membros desta comunidade. Assim o antigo povoado Canela ficou somente na lembrança e fisicamente numa pequena ilha que não foi submersa e que está no meio do lago (SANTOS, 2015, p.43).

Assim, analisando o histórico desta comunidade podemos destacar três fases bem distintas: a primeira, que vai de sua fundação, na década de 1850, até à construção da capital, Palmas, em 1990; a segunda, correspondente ao período em que se tornou distrito da capital, durando 10 anos (1990-2000); e a fase atual, quando sua área física foi inundada pelo reservatório formado em consequência da construção da hidrelétrica de Lajeado, ficando, então, boa parte da sua população, incorporada à área urbana de Palmas. Ocorre que nessa última fase da história desta comunidade há uma convivência direta com a população da capital e tudo o que envolve a vida na área urbana, o que influencia diretamente no cotidiano e modo de vida desta população.

1.1 - CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E DE PALMAS

A Constituição Federal de 1988 autorizou a criação do estado do Tocantins, que foi instalado oficialmente em janeiro de 1989 com a instituição do governo estadual. Na ocasião a cidade de Miracema do Norte foi escolhida provisoriamente para sediar o governo estadual, para posterior aprovação pela Assembleia Constituinte de um local definitivo para instalação do governo Estado e a para ser a capital. Na ocasião, havia três cidades que possuíam a pretensão de se tornar a capital do estado, sendo elas: Araguaína, Gurupi, e Porto Nacional. Entretanto, outra possibilidade foi colocada em pauta, a da construção de uma capital para o novo Estado. O deputado Federal José Wilson Siqueira Campos, em janeiro de 1989, sobrevoou a região do Mangues, povoado Canela, e percebeu que seria possível que aquela região se tornasse a mais nova capital do mais novo Estado. Planejou-se, então, uma nova cidade, que seria impulsora do desenvolvimento para todo o Estado, que veio a ser a cidade de Palmas. (BAZOLLI, 2007, p. 82)

As cidades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional possuíam certa liderança na economia do Estado e disputavam a vaga de capital provisória. Muitas discussões ocorreram envolvendo esta temática e os mais variados interesses de forças políticas locais estavam em jogo, mas, por decisão do Presidente da

República José Sarney, através do decreto nº 97.215 de 13/12/1988, Miracema do Norte (que mais tarde passou a se chamar Miracema do Tocantins), que nem estava na disputa, foi a escolhida e tornou-se a capital provisória, enquanto a nova cidade seria construída, em posição centralizada no mapa do Tocantins. O discurso dos gestores era de que a localização escolhida para Palmas representava um ponto de convergência relevante da gestão político-administrativa do Estado, estando estrategicamente localizada no centro geográfico de Tocantins. O que fica evidente é um forte coronelismo político presente e atuante em todas estas tomadas de decisões.

Afirma Brito:

A construção de Palmas na porção leste do rio Tocantins não foi aleatória, obedeceu a certos interesses políticos e forma de desenvolver o Estado a partir de sua capital. No dia 29 de janeiro ficou definida a área entre o rio Tocantins e a serra do Lajeado para a construção da nova capital, sendo aprovada em plenária na Assembleia Constituinte em fevereiro de 1989, e publicado no Diário Oficial em 16 de maio de 1989, através do decreto nº 006 de 09 de fevereiro de 1989. (BRITO, 2009. p. 86).

Brito também constata que,

Construir a capital nas margens do rio Tocantins foi mais do que uma estratégia de desenvolvimento da antiga região leste do Tocantins – Polígono do Ouro, foi também costurar relações de dominação do território por meio da consolidação de uma rede urbana, pela eficiência de serviços especializados e, concomitantemente estender sua dominação pela banda oeste por meio da prestação de serviços, e também, pela eficiência de um transporte multimodal. (BRITO, 2009. p. 86).

Na perspectiva dos dirigentes e gestores que compunham o grupo de idealizadores e projetistas desta nova cidade, ela deveria ser localizada geograficamente no centro do Estado, para impulsionar o desenvolvimento igualitário do mesmo. Assim, a atual Capital ocupa a porção mais central do Estado, situando-se a 973 km ao norte da Capital do país, Brasília.

Figura 14: Palacinho – Primeira sede do governo do estado em Palmas.



Fonte: Acervo/Fundação Cultural de Palmas

De um modo geral se falava na chegada do progresso e, com ele, maior assistência à saúde, serviço diário de ônibus, asfalto, água encanada etc. Inclusive nessa época, já se cogitava a construção de uma usina hidrelétrica que supostamente poderia beneficiar toda a população do estado, pois o projeto da construção da UHE é anterior a própria criação do Estado. A promessa era de melhorias na qualidade de vida da população através do progresso advindo com a construção da capital (Figura 14) e da usina hidrelétrica, trazendo uma melhor infraestrutura e mais oportunidades.

Obviamente que nem todos concordavam com a construção da nova capital. Sobre esse aspecto, e em relação à oposição que se declarava contra a criação dessa nova cidade, Siqueira Campos comentou:

Meus adversários políticos são adversários do Tocantins. Não temos nenhuma cidade com infraestrutura para sediar uma capital. Você percebe as dificuldades que temos com Miracema. Sei que todas as cidades querem sediar a Capital e isso é muito positivo porque demonstra nosso animo e nosso desejo de desenvolvimento, mas a nova cidade está planejada como

uma das alavancas para o desenvolvimento do Estado. Ela está situada no Ponto mais central do nosso território. (ACAMPORA, 2004, p. 169).

Para se criar a capital do Tocantins, Palmas, o município de Taquaruçu teve que abrir mão do seu status de município, para somar-se à câmara e à prefeitura de Palmas, para as quais todo seu corpo parlamentar foi transferido. Taquaruçu tornou-se assim distrito de Palmas, provisoriamente, segundo o discurso da época. Mas o que deveria ser algo provisório estende-se até os dias atuais.

Portanto, como era de se esperar, a construção da capital Palmas trouxe mudanças significativas para a vida na comunidade Canela. Um exemplo disso é o serviço público que se tornou uma nova fonte de emprego e renda para alguns dos seus moradores. Nos primeiros anos, depois da construção de Palmas, o Canela tornou-se um centro de lazer para os moradores da capital e fornecedor de produtos como hortaliças e frutas para as feiras.

Aparentemente a vida no povoado poderia ter novas perspectivas e tudo isso ser até um ganho para o lugar. Entretanto, os anos deste aparente progresso e desta aparente melhoria para os moradores, foram na verdade os últimos anos de existência da comunidade, fato este que os governantes da época da criação do Estado já sabiam perfeitamente e que a própria comunidade já ouvira falar, mas que na sua ingenuidade custava acreditar. Alguns moradores nem acreditavam na possibilidade de um represamento tamanho que pudesse alagar todo aquele lugar, devido ao fato de nunca terem visto uma obra desta magnitude.

Com a efetiva realização da obra e a inevitável transferência, percebe-se que as dificuldades de adaptação ao novo meio se traduzem basicamente na falta de trabalho, nas condições das moradias, nos meios de transportes, além da falta de lazer, de uma convivência mais próxima e intensa com os vizinhos e a ausência das festas espontâneas que aconteciam no povoado, e principalmente a festa ao Divino Espírito Santo, que foi interrompida por alguns anos, sendo retomada somente em 2005, mas com várias limitações e alterações. O processo de transferência foi penoso e constrangedor causando surpresa para uma população que se sentia impotente e ao mesmo tempo deslumbrada diante das novidades e mudanças. Essas novidades podem ser traduzidas muitas vezes como ganhos, como reparação, em detrimento de muitas perdas sofridas pela comunidade ao sair das

margens do rio com o qual estavam acostumados. Mas pode, também, significar perdas, frustrações, nostalgia e sofrimento.

Uma comunidade, um cotidiano e modo de vida ribeirinho, construído ao longo de um século e meio, chega ao fim. O Canela ribeirinho deixa de existir em prol do “desenvolvimento”. Uma usina assola mais uma comunidade, que tem agora o desafio da reconstrução do seu modo de vida e lutar pela preservação de traços fundamentais da sua identidade.

CAPÍTULO II

2- UM COTIDIANO INTERROMPIDO PELO “DESENVOLVIMENTO”

Como foi abordado no capítulo anterior, a construção de um modo de vida e do cotidiano é um processo que ocorre na interação do homem com o homem e deste com o meio em que habita. Esta pode ser uma construção de décadas e até de séculos (PENA, 2014, p. 15).

Neste sentido, o modo de vida da comunidade ribeirinha do povoado do Canela, bem como o seu cotidiano foi uma construção de mais de um século e meio, mas que em virtude de projetos que supostamente trariam o “progresso” e o “desenvolvimento” foi bruscamente interrompido. Todo o legado de riquezas históricas, culturas e religiosas desta comunidade está ameaçado e prestes a ter o seu fim decretado, em virtude deste deslocamento compulsório em ambiente totalmente diferente do habitual.

Vivemos numa sociedade fortemente marcada pela ideologia do consumismo do capitalismo ocidental. E esta ideologia consumista já está entranhada em todos nós, seja com maior ou menor intensidade. O espírito de que o poder de consumo é o ápice da sociedade e onde a arte de consumir é o padrão para a vida; onde impera a ideia de que quanto mais se consome, maior se torna o desenvolvimento econômico do país. A regra máxima é consumir para que se possa produzir mais e produzir para que haja mais opções de consumo.

Para que este sistema se mantenha vivo e crescente é fundamental que aquilo que for produzido não dure muito e que os consumidores sempre estejam motivados a consumir cada vez mais novidades que são lançadas no mercado.

Este sistema de produção e consumo demanda cada vez mais fontes de energia, que por sua vez causam sempre mais degradação ambiental, usam de forma cada vez mais intensa os recursos naturais que são finitos e afetam social e culturalmente o ser humano. Esta demanda fez com que a maioria dos países do mundo, em especial, após a Segunda Guerra Mundial, buscassem alternativas para aumentar a sua produção de energia afim de que este desenvolvimento econômico e tecnológico pudesse ser mantido “a todo vapor” (BAUMAN, 2001, p. 67).

O Brasil também não ficou de fora desta corrida pela produção energética e se concentrou basicamente na energia hidráulica. A partir de 1900 a energia hidrelétrica superou aquela produzida por termoelétricas. E, segundo Bauer e Mesquita (2008, p. 24), entre 1950 e 2005 mais de 200 mil famílias foram desapropriadas e realocadas por causa da construção de barragens, para por em funcionamento aproximadamente 150 usinas hidrelétricas. E toda extração de energia da natureza traz impactos ambientais, sociais e culturais.

É uma nova sociedade de consumo, que Bauman descreve desta forma,

“O mundo cheio de possibilidades é como uma mesa de bufê com tantos pratos deliciosos que nem o mais dedicado comensal poderia esperar provar de todos. Os comensais são os consumidores, e a mais custosa e irritante das tarefas que se pode pôr diante de um consumidor é a necessidade de estabelecer prioridades: a necessidade de dispensar algumas opções inexploradas e abandoná-las. A infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha” (BAUMAN, 2001, p.75).

Neste contexto de produção e consumo, não podemos esquecer de algumas questões básicas. Primeiro, toda produção demanda energia. Segundo, a produção de energia gera impactos. Terceiro, o consumo gera resíduos. Esta reflexão e realidade não aparecem nas propagandas de consumo e na desenfreada busca pelo avanço e progresso da “humanidade”. Neste trabalho queremos especialmente refletir e pesquisar sobre as duas primeiras questões elencadas acima.

A demanda de energia fez com que o Brasil se preocupasse, a partir de 1970, com a necessidade de mais geração de energia. O foco passou a ser dado para a geração de energia oriunda de Hidrelétricas, em virtude da abundância de recursos hídricos para tal. Com o tempo os recursos e possibilidades das regiões sul e sudeste ficaram escassos e a ênfase passou para a região norte, chegando ao mais novo estado da união, o estado do Tocantins.

Apesar da importância estratégica dos aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia, a implantação desses empreendimentos desencadeia significativas alterações na dinâmica dos ecossistemas aquáticos e terrestres, e gera diversos impactos sociais. O mais significativo deles é o deslocamento compulsório

de populações rurais e urbanas instaladas na faixa de inundação e no entorno dos reservatórios (PINHEIRO, 2007, p. 31).

O relatório da Comissão Mundial de Barragens, apresentado em 2000, aponta que entre 1950 e aquele ano, 80 milhões de pessoas em quase todos os países do mundo foram deslocadas devido a implantação de grandes represas. No Brasil, o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) estima que, até 2005, cerca de um milhão de pessoas haviam sido retiradas de suas propriedades, moradias e locais de trabalho, em todas as regiões do país. Apesar deste quadro, o setor elétrico brasileiro não dispõe ou não publica dados consolidados que indiquem a quantidade ou a estimativa de pessoas afetadas pelas hidrelétricas.

O elevado número de pessoas deslocadas de seus lugares e os profundos impactos que isto causa nas condições de vida dos grupos sociais afetados, excede ao que pode ser mensurado ou avaliado monetariamente, pois além de desencadear o êxodo rural e acentuar os problemas urbanos, causa problemas e perdas ambientais, sociais e culturais inestimáveis e irremediáveis. Se a construção de Usinas Hidrelétricas é importante para a geração de eletricidade e desenvolvimento do país, por outro lado gera impactos ambientais e sociais. Algumas dessas consequências sociais negativas ocorridas com as populações deslocadas são: a perda de laços comunitários, alagamento de áreas produtivas e desaparecimento de comunidades inteiras.

Com a implantação da UHE Luís Eduardo Magalhães e a formação do reservatório no ano de 2001, uma grande área foi alagada. O reservatório se estende por aproximadamente 180 km, apresentando um espelho de 630 km², aproximadamente 75.000 ha distribuídos em cinco municípios: Miracema do Tocantins (71 Km²), Lajeado (27 Km²), Palmas (175 Km²), Porto Nacional (400 Km²) e Brejinho de Nazaré (77 Km²). O alagamento, dentre outros danos, implicou no desaparecimento das praias naturais do Rio Tocantins, apesar da criação de algumas praias artificiais, enquanto medidas compensatórias. Este efeito foi particularmente sentido no município de Palmas e Porto Nacional - TO, que eram polos turísticos tradicionais da região antes do alagamento. Também desapareceram, com a formação do lago, povoados, comunidades, bairros dos quais seus moradores tiveram que ser remanejados (ZITZKE, 2007, p. 132-138).

2.1 - O DISCURSO DOS GOVERNANTES E EMPREENDEDORES

Aproximadamente 95% da matriz energética brasileira constitui-se, atualmente, de energia gerada a partir de hidrelétricas, gerando diversos interesses que fazem parte da construção das hidrelétricas, como os interesses econômicos e sociais, a valorização de terras, os sistemas de irrigação, o surgimento de novas atividades econômicas, a indenização e a compensação ambiental. A obtenção desta energia ocorre com o aproveitamento do potencial hidráulico de determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório.

Os primeiros estudos para a instalação de grandes usinas no Brasil iniciaram na década de 1960, quando houve o primeiro levantamento do potencial hidrelétrico na região do Tocantins. A Eletrobrás possui estudos que datam de 1972. Já em 1974, é a Eletronorte que passa a coordenar estudos nesta perspectiva. Com a criação do Estado do Tocantins, a empresa de energia do estado, na época denominada Celtins, assume os estudos a partir de 1995 e já os direciona para o Projeto Lajeado, onde posteriormente seria a construção da barragem. A usina de Lajeado teve a sua pedra fundamental lançada em 03 de julho de 1998, quando foi batizada com o nome de Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao filho de Antonio Carlos Magalhães, ex-deputado federal da Bahia, falecido naquele ano, sendo inaugurada oficialmente em 05 de outubro 2001 (ZITZKE, 2007, p. 158).

Sobre estes estudos e a construção da usina a ex-moradora do povoado do Canela testifica que a comunidade tinha conhecimento destes “boatos”, mas que acredita que isto nunca aconteceria. Ela afirma que,

Olha, quando eu fiquei sabendo, a primeira notícia que eu tive dessa usina, que a gente futuramente ia sair de lá, foi no dia que aconteceu a primeira reunião pra escolha do local da capital, de Palmas. Essa reunião foi feita lá na minha casa, lá no meu barracão. Foi 29 de Novembro de 89. Então com aquele tanto de gente que tinha ali, nesse dia eu fiz almoço pra trezentos e cinquenta pessoas. Eu ouvi ate um médico, Doutor Antônio Coelho, ele falou assim, eu ouvi ele falando pra uma pessoa, disse, “olha, que dó, que comunidade boa pra se viver, tão calmo, um lugar bonito mas que dá dó que futuramente isso aqui vai ficar debaixo d’água, porque já tramita um projeto aí que vai ser construída uma usina aqui no Rio Tocantins, ali no Lajeado e essa região aqui vai ficar toda inundada”. Aí eu ouvi aquilo aí eu fiquei curiosa, aí eu voltei e perguntei pra ele. Eu falei, “mas isso que o

senhor ta falando aí é verdade?', ele falou, "é, é verdade". Aí quando foi...Isso antes já tinha passado umas pessoas que andavam no rio, de motor no rio e dormiu lá em casa um dia e falando que tava fazendo uma pesquisa no rio pra futura construção de uma barragem. Mas aí também eles não sabiam onde que ia ser. Mas aquilo eu nunca me preocupei. Quando eu ouvi Doutor Antônio falar aquilo, eu peguei, aí liguei uma coisa com a outra, né... Eu falei, meu Deus, pois não é que, parece que o trem é verdade? Aí passou aquele tempo, tudo, é certo que isso foi em 89, quando foi em 96 começou a tentação, aí começou. Aí já foi uma equipe lá, e aí falou que realmente aquilo ia ficar inundado e que eles já estavam ali fazendo uma visita, que a gente não era mais pra ampliar a casa, a gente não era mais pra construir novas casas. Não, assim, queriam bloquear tudo, né... E aí eu perguntei, "mas pra quando que vai ser esse trem?". Falou, "não, a previsão de tirar vocês daqui é em 2001". Eu falei, "mas bonito, nós estamos em 96 pra sair em 2001? Vocês querem proibir a gente melhorar ate um banheiro na casa da gente? Mas isso aí nunca. Pelo menos na minha casa eu vou ser bem sincera com vocês, na minha casa eu não vou deixar de fazer uma coisa que eu vejo que vai me dar um prejuízo ou causar um acidente por causa de proibição de vocês não, que vocês que estão precisando e que querem tirar, que preparem o bolso". Aí quando foi em 1997 eles já começaram a cadastrar o povo. (ENTREVISTA, 28.02.2015)

A usina Luís Eduardo Magalhães – Lajeado - foi construída pela Investco S/A, consórcio formado pelo Grupo REDE, EDP, CEB, CMS Energy. A construção da barragem ocorreu num período bastante reduzido, levando apenas 39 meses do início da obra até a inauguração. Este empreendimento supostamente era propagado como o símbolo da independência energética do estado em relação ao resto do país. A usina está localizada nos municípios de Lajeado e Miracema, sua potência total é de 902,5MW, formando um lago artificial com extensão de 180 km. O enchimento do reservatório ocorreu durante os meses de maio a dezembro do ano de 2001, quando foi acionada a primeira unidade geradora, sendo que as quatro turbinas restantes entraram em funcionamento somente no ano seguinte (SANTOS, 2015, p. 108).

Lajeado e Miracema são dois pequenos municípios vizinhos, que estão localizados no interior do estado do Tocantins, respectivamente a 50 e 70km de capital Palmas. Conforme o IBGE, no ano de 2014, a população estimada do primeiro município era de 2.991 e a do segundo de 19.934 habitantes.

Grandes empreendimentos como este da construção de usinas hidrelétricas, inevitavelmente causam impacto sobre o meio ambiente e sobre a população (figura 15). Com o objetivo de minimizá-los, segundo preconizado por lei, foram elaborados por técnicos da Investco e da Themag - levando em consideração os estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA) da Usina de Lajeado, em abril de 1998

–, dois Projetos Básicos Ambientais, PBAs. O primeiro, trata do monitoramento dos remanejamentos populacionais que objetivava acompanhar e avaliar o desempenho dos projetos de reassentamentos urbano e rural; e o segundo, de remanejamento da população considerada especificamente urbana, visando sua realocação para áreas de características urbanas que seriam necessárias às obras de construção da usina. Estavam incluídas áreas como a da comunidade Canela (município de Palmas), além de Lajeado (município de Miracema), Vila Graciosa e Pinheirópolis (município de Porto Nacional) e parte do perímetro urbano da cidade de Porto Nacional (ZITZKE, 2007, 166).

Figura 15: Barragem da Usina do Lajeado



Fonte: www.investco.com.br

De acordo com informações colhidas junto ao site da empresa responsável pela execução da obra, o empreendimento teve ações pioneiras no que diz respeito aos investimentos ambientais. Segundo esta fonte houve um investimento de mais de 200 milhões de reais, distribuídos em trinta e quatro programas ambientais, visando amenizar os impactos e reduzir os danos. A UHE Luís Eduardo Magalhães foi o primeiro empreendimento construído à luz da nova legislação ambiental, o que significou o uso mais racional dos recursos naturais. A água do reservatório, por exemplo, foi monitorada e estudada. Cientistas projetaram e apontaram soluções para que o lago tivesse vida saudável, sendo também instrumento propulsor de

desenvolvimento para a região. Os estudos não ficaram somente nas águas do Rio Tocantins. Foram realizadas ainda pesquisas nas áreas de flora (a dominante na área da barragem é o cerrado) e fauna, ictiofauna (fauna de peixes), botos e quelônios. Um convênio realizado com o Museu de Arqueologia da USP viabilizou também o rastreamento da história local com levantamentos arqueológicos, análise do lençol freático e encostas, além do desenvolver um trabalho intenso para desmatar e depois reflorestar as margens do reservatório (SANTOS, 2015, p. 112).

Todo este belo discurso e promessas grandiosas não são vislumbrados na prática após quinze anos da construção deste empreendimento, pois na prática percebe-se que muitas destas ações estabelecidas e projetadas não se concretizaram ou foram abandonadas após a conclusão da usina. O que vemos hoje é um reservatório onde cada vez menos botos são vistos e muitas outras espécies da nossa flora e fauna também foram afetados negativamente. Ouve-se em relatos extraoficiais que as águas do reservatório estão extremamente poluídas, grande parte em decorrências de materiais que estão se decompondo no fundo das águas e que deveria ter sido removido antes da formação do reservatório.

Existem atualmente 11 usinas hidrelétricas em operação ao longo do rio Tocantins, entre os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, além de várias outras pequenas centrais elétricas. São elas: Serra da Mesa (GO), Cana Brava (GO), São Salvador (TO), Pau D'Arco (TO), Peixe/Angical (TO), Ipueiras (TO), Luis Eduardo Magalhães (Lajeado-TO), Tupiratins (TO), Estreito (TO-MA), Serra Quebrada (TO) e Tucuruí (PA). Esta preocupação em gerar mais energia foi provocada pelo processo de “desenvolvimento” pelo qual o país tem passado nos últimos anos e o conseqüente aumento no consumo, tanto industrial quanto residencial. Como o potencial hídrico das demais regiões do Brasil está comprometido e escasso, os governantes voltaram sua atenção para a região norte, por contar com grande volume de águas e com grandes rios. Diante deste potencial hídrico da região é normal que haja mais projetos hidrelétricos sendo elaborados e executados para o norte do país, e, em especial para o nosso estado pelo seu potencial energético (ZITZKE, 2007, p. 109). Entretanto, é importante lembrar que a região norte, apesar de possuir um grande potencial hídrico, possui uma característica geográfica que faz com que os represamentos sejam imensos e área

muito maiores sejam inundadas para que se atinja um potencial de produção de energia, o que aumenta os impactos.

De acordo com técnicos do setor elétrico, o processo de aproveitamento de recursos hídricos tem várias etapas: o inventário da bacia hidrográfica, em que são apresentados os melhores locais para a construção das barragens; o estudo de viabilidade técnico-econômica de cada local; o projeto de engenharia de cada usina; o projeto executivo, detalhando obras, equipamentos e a construção. Entre a decisão de se construir uma usina e o início de seu funcionamento, normalmente, decorre um período de aproximadamente mais de 15 anos, algo que não ocorreu no caso da usina do Lajeado (HELM, 2003, p. 113).

Apresentando o Tocantins como potencial de produção e exportação de energia e justificando a construção de usinas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do estado, especialmente com seu uso múltiplo, ou seja, o aproveitamento para navegação, irrigação, abastecimento, lazer, turismo, e principalmente, é claro, da própria geração de energia, os governantes da época usaram de todos os artifícios e discursos para concretizar este projeto, mesmo diante das críticas e da oposição de órgãos ambientais.

Na tentativa de minimizar os impactos e as críticas foi apresentado um projeto de responsabilidade social da Investco que seria executado até o ano de 2006, oferecendo acompanhamento aos reassentados através de visitas anuais que atendessem a realocação e monitoramento populacional previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) da empresa, ou seja, uma tentativa de dar assistência às famílias, mapeando as suas reivindicações para suprir suas necessidades básicas. De acordo com este Projeto de Reassentamento Urbano da “Vila Canela”, como é denominada a comunidade Canela nos documentos da empresa, o baixo índice de desenvolvimento do estado é ocasionado pela precariedade de infraestrutura, pela fragilidade dos setores econômicos e pela ineficiência na canalização dos benefícios oriundos da criação do estado, contribuindo assim para um aumento da população periférica nos centros urbanos sem possibilidade de inserção de mão de obra no mercado de trabalho e um conseqüente retrocesso nas condições sociais da população. Nesta perspectiva a implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães garantiria o abastecimento energético do estado, possibilitando o

desenvolvimento econômico da região através do fomento da industrialização e incrementação de serviços no estado (SANTOS, 2015, p. 115).

De acordo com levantamento feito em 1996 e registrado no PBA – Projeto Básico Ambiental, antes da construção da barragem na “Vila Canela” foram identificadas 91 famílias como as que seriam atingidas pela formação do reservatório da barragem. Constatou-se que a maioria de seus chefes exerciam atividades de caráter tipicamente urbano. Havia 14 cuja atividade principal era de agricultor/lavrador. Na pesquisa adicional, verificou-se que apenas 8 chefes continuavam ligados a algum tipo de atividade rural, sendo que, destes, 4 são proprietários rurais que utilizavam mão de obra familiar, produzindo para consumo próprio no local de moradia. Apenas um entre eles vendia seus excedentes de produção no Canela e Palmas e dois exerciam, como atividade para complementação de renda, a função de vigias da escola local do povoado. Um quinto dos proprietários rurais possuíam outro empreendimento rural a 2 km do povoado, onde criavam gado utilizando mão de obra assalariada e vendiam bezerros para atravessadores. Os demais (3) eram empregados temporários em chácaras agrícolas da própria Vila Canela. Dos 12 funcionários públicos identificados no último levantamento (1996), 7 trabalhavam em Palmas e os demais no próprio povoado, sendo 3 professores, 1 guarda noturno da escola e 1 funcionário do Posto de Saúde. A Vila Canela ocupava uma área de 70 alqueires, possuía escola, um posto de saúde, posto telefônico e um cartório. Possuía energia elétrica mas não havia fornecimento de água encanada e nem esgoto coletivo. A água utilizada era proveniente de poços e o esgoto composto por fossas sépticas ou rudimentares. A Vila Canela ficava próxima à Praia da Graciosa, o que proporcionava oportunidade para pequenas atividades ligadas à área de lazer. Possuía como atividade tradicional a Festa do Divino, que era realizada no segundo final de semana do mês de julho. Quanto à expectativa de mudança foram consultadas 36 famílias; 12 queriam ser indenizadas e as demais preferiram a realocação, sendo 7 para área rural e 17 para área urbana (FERREIRA, 2001, p. 85).

Na época foi cogitada a possibilidade de uma divisão da população como solução para a sua realocação, estando, de um lado, os moradores mais tradicionais e conservadores, que optariam por uma “Nova Canela” em área rural e, de outro, os

moradores mais novos e abertos a mudanças, cuja vida e trabalho já os vinculava mais diretamente à cidade de Palmas.

Os estudos apresentados pela empresa construtora da usina procuram mostrar o Canela como uma comunidade desarticulada e desunida, possuindo uma maior interação com os estímulos urbanos do que propriamente rurais e que as tentativas de se condenar a barragem como se ela estivesse causando um impacto destruidor sobre o povoado, poderiam não ser tão evidentes e corretos. Um dos objetivos de tais estudos foi tentar apresentar como falsas as alegações de que esta tivesse sido uma comunidade solidária, homogênea e cheia de tradições e uma ligação forte com a terra e o rio. Para os moradores do antigo Canela, a versão de que esta seria uma comunidade desestruturada, traduziria muito mais a fase pós-deslocamento, do que propriamente a fase anterior, como procura estabelecer o documento do consórcio construtor da usina. Estudo realizado por Zitzke (2007), também contrapõe este discurso e versão apresentado pelo empreendedor, mostrando que os meios de sobrevivência predominantes destas famílias estavam ligados ao plantio de roça e pequena criação de animais e a pesca. Era alto o grau de dependência das famílias em relação aos recursos naturais, especialmente em relação ao rio e seu entorno. Ele afirma,

A história das atividades produtivas dessas populações constitui-se um reflexo das formas de relações entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo. As especificidades da agricultura e da atividade pesqueira contribuíram para a construção de um conjunto de valores, onde o rio assume um papel fundamental na elaboração do conjunto de saberes destas populações. A pequena economia familiar de várzea, caracterizada por atividades de extrativismo vegetal (frutos e plantas do cerrado) e animal (pesca), entraram em decadência a partir da implantação da hidrelétrica e da implementação de uma política desenvolvimentista com a reedição do discurso da integração nacional, a partir da criação do estado do Tocantins, em 1988. A atividade agrícola estava intimamente relacionada ao regime hídrico do rio, baseando seu calendário no ciclo das vazantes e enchentes, representando um estreito vínculo do morador ribeirinho com o tempo da natureza (ZITZKE, 2007, p. 139).

Documentos de estudos feitos na época estabelecem que os impactos sofridos pelas populações com a remoção seriam dirimidos com Plano de Divulgação de Informações sobre o Empreendimento, o qual transmitiria as informações e esclareceria as dúvidas que se apresentem na comunidade, sob o princípio de que o maior fator de preocupação e ansiedade é a falta de

conhecimento sobre o empreendimento e sobre as soluções a serem adotadas, nas quais se inclui a participação da população afetada. Foram estabelecidos impactos reversíveis e irreversíveis. Os impactos reversíveis podem ser minimizados na medida em que a população esteja esclarecida em suas dúvidas e se defina o seu destino; os transtornos à população pela circulação de veículos e o aumento do custo de vida cessarão com o fim das obras; as fontes de alimentação e renda da população serão restituídas com a retomada as atividades normais nas áreas de reassentamento. Por outro lado, considera-se impactos irreversíveis aqueles que não têm possibilidade de serem reconstituídos no tempo, como a inundação de terras, o deslocamento da população e as perdas imateriais. (THEMAG, 1997, p. 15).

Este belo discurso de documentos bem elaborados, quanto aos seus objetivos, efetivamente permaneceu apenas no discurso e não se concretizaram na realidade vivida pela população atingida. Estes estudos não consideraram que em comunidades rurais, de modo especial, há algo além de uma unidade produtiva, há relações familiares de afetividade, há culturas enraizadas, há uma história de gerações. O sentimento de vínculo e pertencimento à terra estão evidenciados em tudo que os rodeia. Deste modo pode-se ressaltar que o processo de compensação para com esses reassentados, muitas vezes, se torna impossível devido ao sentimento, ao apego com o lugar, que é algo subjetivo, ou seja, que não pode ser mensurado monetariamente e nem pago.

2.2 - A CONSTRUÇÃO DA UHE LAJEADO NA MÍDIA

Em pouco mais de vinte e cinco anos é notória a transformação pela qual passou a região que compreende atualmente o estado do Tocantins. Muitas construções e projetos sendo executados simultaneamente. Mudanças ocorrendo no espaço físico praticamente diariamente. “Um canteiro de obras” em cada espaço vazio. Novidades de todas as ordens. Alterações que traziam novas perspectivas de futuro para a população, a partir dos discursos promissores dos gestores e da mídia.

Nos jornais de circulação do estado de Tocantins, há algumas matérias importantes sobre o tema em questão, desde as primeiras notícias sobre a criação do reservatório até o reassentamento das comunidades ribeirinhas em outros locais.

Em sua maioria as matérias e reportagens dizem respeito às mudanças na vida da população através da implantação de grandes projetos que, em tese, proporcionariam mais empregos e conseqüentemente melhor qualidade de vida para a população, ainda mais que o estado é o mais novo da federação e a construção da sua capital é recente, sendo de interesse da divulgação de propagandas dos governos, tanto federal como estadual, sobre os investimentos e empreendimentos vindos para o estado (SANTOS, 2015, p. 117).

Na busca realizada nos dois principais jornais locais, encontram-se matérias e reportagens publicadas que correspondem às primeiras notícias sobre a criação da Usina Hidrelétrica de Lajeado desde 1997, até o seu funcionamento pleno no ano de 2002. O Jornal do Tocantins, que é o maior jornal em circulação no Estado, inicialmente era publicado como semanal, passando a ser diário posteriormente. Neste jornal, assim como em todo o grupo que compõe o sistema de comunicação Jaime Câmara, que envolve um canal de televisão e uma emissora de rádio, além do jornal impresso, constata-se uma ênfase maior a favor da construção da usina. Dentre as matérias pesquisadas, poucas tratam de críticas feitas à empresa que construiu a usina, denunciando temas como a falta de justiça nas indenizações e os riscos para a população com o enchimento do reservatório.

O Jornal Primeira Página, por sua vez, era, na época, um jornal quinzenal editado em Palmas, com circulação no Estado. Neste, as matérias verificadas também correspondem às primeiras notícias sobre a criação da Usina Hidrelétrica de Lajeado, de 1997 a 2002. Percebe-se, pelas notícias veiculadas, que esse jornal demonstra uma visão um pouco mais crítica no tratamento das questões relacionadas ao empreendimento. Nas publicações encontradas, várias possuem um conteúdo com uma tendência mais crítica, nas quais o tom de denúncia fica mais notório. Na maioria dessas matérias, o discurso diz respeito às reivindicações por falta de justiça para com a população impactada pela construção da usina ou pela falta de transparência por parte da Investco no trato com a população atingida, baixos salários e até denúncia de trabalho escravo.

Por ocasião da inauguração da usina, em 2001 (figura 16), várias matérias replicavam o discurso do consórcio construtor, que dava uma demonstração do empreendimento como o auge das transformações ocorridas depois da criação do

estado. Notícias estas sempre evidenciando o progresso e desenvolvimento, enaltecendo a grandeza das construções e, ao mesmo tempo, os benefícios que tudo isso traria para a população. Seguem alguns exemplos destas manchetes: “*O lago que vai mudar o cenário tocantinense*”, em 18 de fevereiro de 2001; “*Testemunhando o progresso*”, em 05 de outubro de 2001, é uma edição especial em comemoração aos 13 anos do Tocantins que segue a linha da anterior, sendo que, neste caso, trata-se diretamente das festividades com a presença do presidente Fernando Henrique para a inauguração de duas importantes obras para o estado: a UHE e o aeroporto Lysias Rodrigues em Palmas; No dia seguinte à inauguração da usina, o mesmo jornal noticiou: “*O Tocantins vai inundar o Brasil de eletricidade*”, em 06 de outubro de 2001. O título da matéria é uma frase pronunciada pelo presidente Fernando Henrique no discurso de inauguração da usina. O discurso do presidente destaca que a construção da usina “só foi possível em virtude da união de esforços, da vontade e da competência dos brasileiros que vieram para o Tocantins”, e depois complementa dizendo que “O Tocantins virou mar, virou mundo e vai inundar o Brasil de eletricidade” (SANTOS, 2015, p. 119).

Figura 16 – O presidente Fernando Henrique e o governador Siqueira Campos por ocasião da inauguração da UHE em 2001.



Fonte: Jornal do Tocantins em 06/10/2001

Apenas após a inauguração da Usina de Lajeado aparecem notícias destacando pontos negativos e cobrando justiça. O Jornal do Tocantins, no dia 21 de outubro de 2001, trouxe uma matéria intitulada, “*Usina do Lajeado: Ribeirinhos buscam solução na justiça*”. Esta matéria coloca a luta por justiça nas indenizações. A matéria relata que “*os impactados não aceitaram o tratamento dispensado pelo Consórcio Investco, responsável pela construção da UHE, e nem chegaram à solução jurídica*” (Jornal do Tocantins, 21.10.2001).

No que se refere à comunidade Canela, outra matéria do Jornal Primeira Página, intitulada “*Famílias serão indenizadas*”, publicada no período de 29/04 a 04/05/1998, mostra que os moradores teriam a liberdade de escolher entre Palmas, Paraíso, Porto Nacional e região. A promessa era de que ao final das negociações as construções do Canela seriam indenizadas e demolidas. Entretanto, passados 15 anos ainda encontramos moradores que não receberam as indenizações das suas propriedades, que não possuem a escritura da casa e as condições estruturais da quadra ainda são precárias como afirma a senhora Terezinha, de 62 anos, que viveu boa parte de sua vida no Canela.

...lá existiu vários tipos de negociação. Existiu primeiro dos comerciantes que eles tiraram primeiro todo mundo, os comerciantes, parece que eles diz assim, “não, a força maior do comércio, vamos tirar logo, porque aí já fraqueia os outro”. Aí existiu depois a negociação de remover sabe, construir aqui. Aí foi o tempo que olharam essa quadra e escolheram cinquenta terrenos, aí entraram de acordo, quiseram, aí existiu essa negociação. Quando existiu essa negociação nós já tinha negociado sabe, os comerciante tudo já tinha negociado, jogado fora o que tinha por falta de orientação, por falta de conhecimento das lei sabe? Depois existiu a outra negociação igual eu to falando que criaram associação, aí botaram pé na parede que não saíam, aí eles tiveram que pagar o que eles queriam sabe? Teve gente que veio de lá com cento e vinte mil, cento e oitenta mil sabe, ao qual os primeiros, quem tinha os mesmos terrenos eles pagaram cinco mil reais, os primeiros que negociaram... tem gente hoje sofrendo em Paraíso, tem gente hoje nas Aurenny, tem gente que foi embora pra tudo quanto é lado sabe, do Tocantins porque o dinheiro não dava... Falta de união sabe, é de um ajudar o outro. Então lá a negociação foi feita dessa forma.... Hoje o que a pessoa mais reclama, que você bate na tecla todo dia que você quer é asfalto nessa quadra. Isso aqui é terrível sabe, na época da poeira ...Inclusive, esse asfalto dessa quadra no papel ele ta pronto... ta aí até hoje empurrando com a barriga, um prefeito entra, não, na época da campanha sobre no palanque, e vai ser feito o asfalto, depois passa, nem aqui o poder público vem pra ver o sofrimento sabe, das pessoas aqui. Além de tudo vem a doença, vem tudo sabe, a pessoa não tem nada que para limpa. É terrível pra ser uma quadra toda construída, no centro da cidade, isso é uma vergonha para poder público sabe, uma pouca vergonha existir ainda pessoas sofrendo aqui dentro e que contribuem, todo ano paga IPTU... Vive

aí sofrendo, o povo sofrendo com a poeira, quando no verão é poeira, no inverno é lama, que mais antes fosse lama a vida inteira. (ENTREVISTA, 25.02.2015)

Obviamente que várias denúncias sobre os impactos causados pela construção da usina de Lajeado, no Tocantins, foram realizadas e advertências foram feitas por críticos e ambientalistas que se posicionavam contrários a construção desta e de outras usinas hidrelétricas no Brasil. Assim como temos visto em outros empreendimentos da mesma natureza, o caso mais recente que foi o da construção da Usina de Belo Monte. De um lado, o governo usa todas as artimanhas e estratégias para mostrar a viabilidade e necessidade da construção e diz estar sempre aberto ao diálogo com a população atingida, procurando a todo custo prosseguir com a obra, enquanto que, do outro lado, temos a luta das lideranças de comunidades indígenas e ribeirinhas que, por sua vez, queixam-se da falta de diálogo por parte do governo e alegam que serão desalojadas, e que todo o ecossistema da região será alterado causando danos irreversíveis à natureza, por isso a necessidade de barrar o processo de construção. Mas já sabemos o final desta história também, pois também esta obra está em fase de conclusão e de operação inicial e apesar de todas as oposições e manifestações em breve estará concluída e funcionando com sua capacidade total, causando muitas desapropriações e deslocamentos compulsórios.

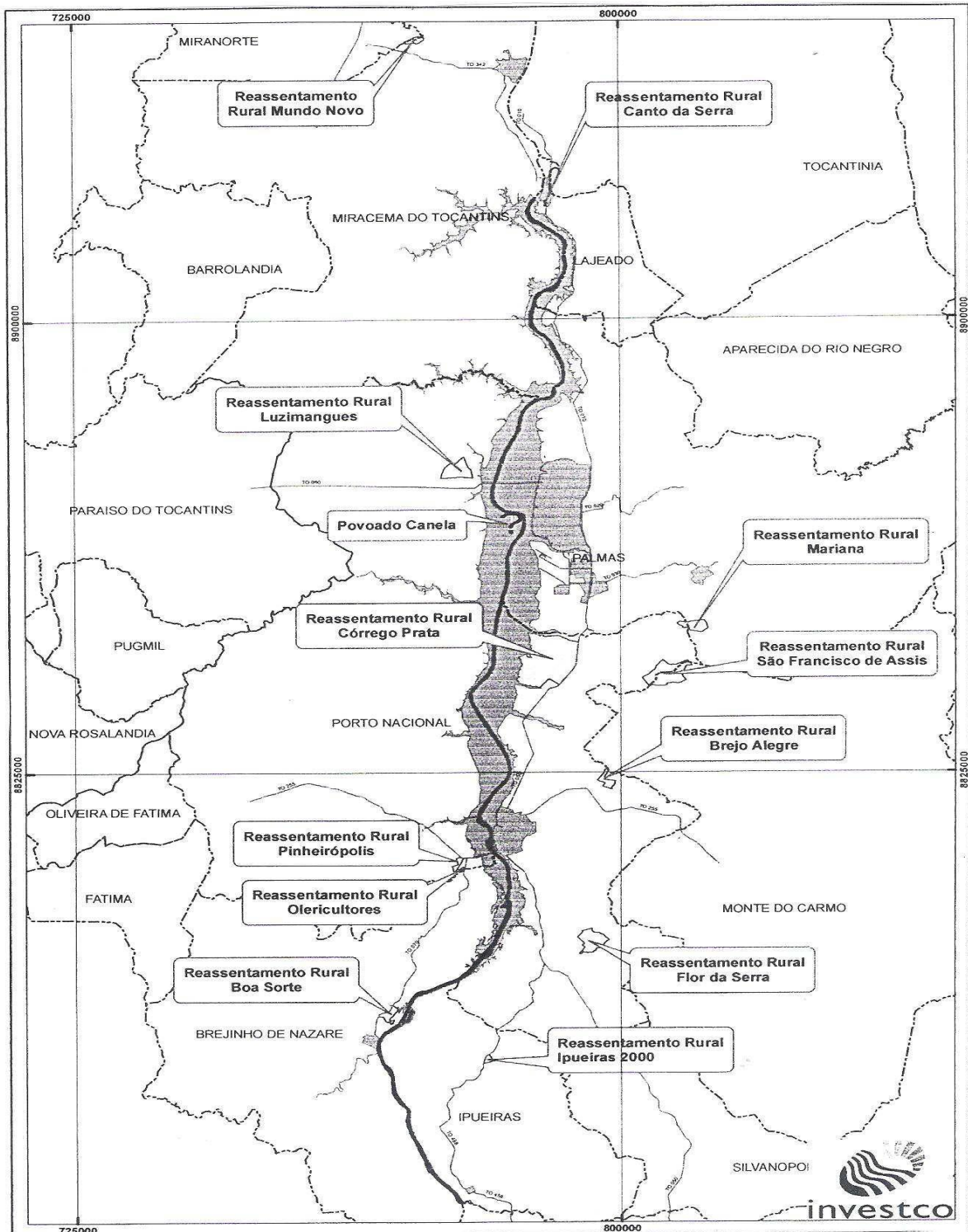
2.3 - A DESAPROPRIAÇÃO E O CONCEITO DE LUGAR

O fenômeno da transferência de comunidades ribeirinhas para outros espaços, não é recente. Se por um lado, o Estado justifica a construção de usinas hidrelétricas como uma necessidade de ampliação da carga de distribuição de energia, atendendo novas demandas do país, por outro lado, os estudos têm mostrado que muitos são os impactos sofridos por essas populações, impactos e perdas culturais, sociais e econômicos, além de sérios danos sofridos ao meio ambiente.

Os dados do relatório da Investco apontam para a existência de 22 reassentamentos na região que foi inundada pela formação do reservatório, sendo

estes divididos entre urbanos e rurais. O mapa a seguir apresenta um demonstrativo dos reassentamentos em torno da região de Palmas.

Figura 17: Mapa dos reassentamentos em torno do reservatório da UHE



Percebe-se que a maioria das análises feitas de comunidades desapropriadas devido a construções de hidrelétricas no Brasil, levam em consideração basicamente os impactos socioeconômicos sofridos pelos seus membros. Não que estes não sejam importantes, mas é premente enfatizar também os aspectos culturais e políticos presentes na memória, nas tradições e no modo de vida destas comunidades. Nesta perspectiva, os aspectos simbólicos e imateriais são fundamentais para a compreensão da reconstrução da identidade e do modo de vida da comunidade Canela ao longo de sua trajetória, levando em consideração o novo território no qual ela se reestrutura a partir do seu deslocamento para o espaço urbano de Palmas.

A concepção muitas vezes apresentada e defendida neste sentido é na perspectiva do mito da desterritorialização, é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território; que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. (HAESBAERT, 2004, p. 16).

Território, no entanto, pode ser também um espaço de identidade ou, pode-se dizer, um espaço de identificações. Nesta ótica, o território pode ser imaginário, um espaço cultural de identificações ou de pertencimento, um espaço político, um lugar de poder, um lugar de vivências e ritos, expressando valores e crenças. É a partir dessas noções de territórios que é possível analisar a saída da comunidade Canela do local de origem como sendo consequência de um processo de deslocamento consentido, uma vez que é prometido para a sua população uma nova vida na zona urbana da capital, criando perspectivas diferentes e melhores das que tinham os moradores no seu antigo espaço de origem (MEDEIROS, 2009, p. 218).

O processo de transferência é penoso e constrangedor causando surpresa para uma população extasiada diante da novidade. Essas novidades podem ser traduzidas muitas vezes como ganhos, como reparação, em detrimento de muitas perdas sofridas pela comunidade ao sair das margens do rio com o qual estavam acostumados. Mas pode, também, significar frustrações, constrangimentos, perdas, dores, arrependimentos etc. Na visão de Medeiros (2009, p. 224), o encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos valores simbólicos e tradições vivenciados no local de origem. Assim, no novo espaço, surge

a necessidade de mudar o modo de ver o mundo interno e o mundo externo, dando espaço para o surgimento de novos valores que orientarão e permitirão que se organizem no novo ambiente e reestruturem seu novo modo de vida e suas vivências (ULBRA, 2009, p.132).

O papel e a atuação dos atores sociais que compõem essas comunidades é fundamental para analisarmos o estilo de vida dessas populações, e assim, compreendermos como se dá a construção, a desconstrução e a reconstrução do seu modo de vida e o estabelecimento dos seus traços de identidade dentro de um lugar histórico que envolve diferentes aspectos e situações.

Para a maioria população, até 1998, a saída do Canela não passava de comentários, verdadeiros boatos que apareciam em conversas aos domingos no Mangueiras Bar. As opiniões divergiam e intensificavam as expectativas por indenizações justas por parte da empresa. Os moradores relatam o impacto, o susto que ocorreu quando estes boatos se tornaram realidade. Muitos se precipitaram ao vender suas propriedades por um valor insignificante, fora dos valores de mercado. Alguns desses moradores, que venderam precipitadamente suas casas, em pouco tempo ficaram sem o dinheiro e procuraram ajuda financeira junto à empresa.

Olha, no momento assim que foi falado pra sair é um choque porque você não ta esperando né... A negociação não foi tão fácil, mas a gente conseguiu negociar não tão bem, mas conseguiu negociar. Alguns conseguiram mais do que mereciam, já outros receberam pouco e alguns ainda estão esperando receber até hoje, porque entraram na justiça (ENTREVISTA, 06.03.2015).

Luciana, 35 anos, que nasceu e foi criada no Canela, confirma

Bom, eu na verdade, foi um choque, mas quando eu fiquei sabendo assim que até ia aqueles homens fazer, dizendo eles que estavam fazendo os cadastros né...A base assim de quantas famílias tinham, disseram que lá ia ser inundado, pensei assim, "vai nada menino. Onde é que a água vai acabar com o Canela?". Eu não acreditava naquilo, aquilo ali pra mim eu nem acreditava. Mas quando eu vi mesmo assim que era verdade pra mim foi um choque. Até hoje eu não ainda assim, parece que eu nunca caí na real que eu mudei de lá do Canela, sabe? Porque às vezes eu to assim sentada aqui em casa e fecho assim os olhos, eu fico pensando, eu vejo o Canela inteiro na minha memória. Dá uma saudade né...Porque o lugar que a gente tinha assim uma liberdade grande demais (ENTREVISTA, 08.03.2015).

O processo de transferência territorial de uma comunidade é um processo penoso e que envolve fundamentalmente relações de poder. Os mais variados interesses aparecem na disputa por ganhos de vários tipos, tais como: terras, casas, dinheiro e melhores condições de trabalho e lazer, gerando conflitos e perdas na vida das pessoas, e as novas situações nem sempre são favoráveis ou condizentes com as expectativas.

Também é importante destacar que, segundo depoimentos de moradores, várias famílias foram morar no Canela, como uma forma de oportunismo, já no período próximo à transferência para a cidade, para se beneficiarem de novas moradias, causando um conflito no que diz respeito ao direito à propriedade, já que os que se encontravam há mais tempo eram proprietários das casas. Os moradores mais antigos do povoado usavam este argumento diante dos moradores mais recentes, dizendo que pertenciam ao “verdadeiro” povo do Canela, tanto que, alguns realmente conseguiram ficar numa localização mais central, mais privilegiada na cidade, em termos de infraestrutura, enquanto que outros foram reassentados numa região mais periférica. Sobre isso a professora Maria de Lourdes fala,

Aí quando começou falar dessa divisão do estado e aí que ia ser verdade mesmo... Mas aí no tempo da eleição continuou tendo votação lá porque lá tinha seção, né... A região do outro lado do rio tudo votava lá. Aí foi quando dividiu, teve aquela eleição em oitenta e oito né, que dividiu o estado, aí foi ligeiro. Foi uma especulação, só não encheu, não encheu mesmo demais porque eles já seguravam aquilo né... Colocou guarita da polícia lá pra não deixar, porque assim, a gente anoitecia ali, quando amanhecia tinha oito, dez caminhão de mudança pra descer lá. Assim, ia virar assim uma invasão assim de um dia pra outro né... E aí como lá eles já tinham previsão que ia ser inundado pela usina, o lago da usina, aí não podia deixar porque sabia que já ia dispor de muito recurso pra tirar o povo de lá né... Mas mesmo assim ainda aumentou muita gente. Quando a gente foi, quando começou essa negociação lá da Investco já tinha parece que era noventa e sete famílias, uma base de setecentas e tantas pessoas né... E sem falar assim do que assim, todo dia queria construir uma coisa, queria construir outra, mas aí foi, eles proibiram mesmo, às vezes começava, polícia chegava, derrubava, mas se tivesse deixado teria virado não sei nem o quê mesmo... A negociação, ela foi uma negociação muito injusta. Ela não foi uma negociação feita de direitos iguais porque mexer com gente é muito difícil, tinha gente que tava mesmo lá por especulação, a gente sabe disso, que foi mesmo pra pegar o dinheiro logo, né... E esse povo foi o que mais arruinou a negociação dos outros né... Esse povo que só queria vender logo e pegar o dinheiro, que era a pior maneira de negociar, era essa que pegava o dinheiro porque eles pagavam o valor de praça, não tinha condição (ENTREVISTA, 28.02.2015).

Nesses momentos, o sentido da identidade e do pertencimento à comunidade aflora de maneira bastante forte. Confirma-se assim o ponto de vista de Stuart Hall (1999, p. 51), quando sugere que uma identidade é um projeto político, um jogo de identificações e de negociações. A fronteira cultural que permite existir uma identidade é fruto da interação entre os membros de uma comunidade, e é essa identificação que dá o suporte para suas decisões, criando a legitimidade dos sentidos que justificam as ações das pessoas como representantes de uma determinada coletividade.

Assim, aqueles que possuíam realmente o vínculo de identidade com o povoado foram os que mais resistiram e buscaram mais direitos e justiça neste processo de indenizações. Este processo de resistência dessas populações, muitas vezes é organizado por movimentos sociais que visam ajudar na defesa dos direitos dessas populações. O MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens - tem sido reconhecidamente um movimento político sempre presente por ocasião de construções de usinas pelo país. A luta pelo direito à terra e à valorização do patrimônio cultural e imaterial, como parte da construção da identidade e do modo de vida destas comunidades. Este movimento também esteve presente nesta comunidade e auxiliou, através da mobilização e da conscientização dos seus moradores.

Apesar de existir uma associação de moradores do Canela (AMOC) e de ter havido resistência, percebe-se que foi mais uma resistência isolada, de indivíduos ou de pequenos grupos. Uma resistência organizada por parte dos moradores do Canela frente aos representantes da Investco, só vai acontecer depois da presença do MAB na comunidade, mesmo assim sem grandes resultados, devido à falta de coesão do grupo quanto a uma proposta única para a desapropriação e o reassentamento.

A falta de uma organização mais propositiva por parte dos moradores do Canela, e a própria estratégia de desarticulação e desmobilização usada pelo empreendedor, comparando com outros assentamentos, levou a perdas para a população, até mesmo porque muitos perceberam que continuar à beira do reservatório poderia não significar exatamente a mesma dinâmica da vida que eles

tinham no Canela, apesar de que poderia ter trazido menos estranhamento para parte dos moradores que não desejavam a mudança.

Outro fator que precisa ser levado em consideração é estar próximo da capital Palmas. Isto pode significar facilidades, mas também algumas desvantagens. Significa estar próximo do poder, no centro das decisões, junto ao cartão postal do estado. Palmas havia sido criada uma década antes da construção da usina. Tudo era novo. Há, portanto, uma convergência de fatores, problemas e choque de interesses que estava presente em meio ao jogo de negociações na perspectiva de um futuro marcado por incertezas, onde tudo seria novidade.

Esta disputa e luta pela conquista de benefícios materiais, como reparação e indenização, faz parte da busca por qualidade de vida e a valorização dos valores culturais de cada comunidade. Nesse processo, a identidade e o modo de vida “ameaçado” funciona como um importante recurso de barganha por melhores condições de vida e por oportunidades no local para o qual forem reassentados.

2.4 - OS IMPACTOS SOBRE O CANELA

Segundo Costa, que realizou uma análise dos impactos da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, a não observação dos aspectos socioculturais em projetos dessa natureza, traz prejuízos para ambos os lados, os desapropriados e para o próprio empreendedor. Esse processo estressante e traumatizante para as populações afetadas poderia ser evitado, se os interesses de empreendedores desse tipo de projeto não estivessem tão voltados meramente para as questões técnicas e econômicas (2003, p. 79).

Os impactos ambientais de hidrelétricas advindos das etapas de planejamento, construção e operação, bem como da formação de reservatórios, ocorrem pela modificação do ambiente natural para a geração de energia elétrica, através da utilização da energia potencial das quedas de água. O principal impacto, de um lado, é a própria modificação dos rios e cursos de água com a interrupção do seu curso natural e conseqüente modificação do regime hídrico, passando de águas correntes a águas paradas, o que acaba por transformar todo o meio ambiente do entorno. Por outro lado, os impactos sociais ocorrem em grande medida pela modificação da estrutura socioeconômica e cultural regional e local, causando

desequilíbrios em termos de mercado de trabalho, infraestrutura, organização e relação social e economia em geral. O impacto já tem início antes mesmo do período da construção, com especulações a respeito da obra, gerando incertezas e inseguranças (PAZ, 2006, p.32-40).

No Canela a situação não foi diferente. Os depoimentos dos moradores demonstram o choque de argumentos divergentes entre os discursos da empresa que construiu a usina e o processo de negociação para a indenização dos proprietários. As perdas financeiras aconteceram, assim como muitas foram as perdas no que se refere aos aspectos imateriais e aos valores culturais e sociais. O senhor Ademar Vitorassi, de 60 anos de idade, saiu do Paraná desapropriado pela construção da usina de Itaipu e veio residir no Tocantins. Morou no Canela os últimos 15 anos antes de acontecer a desapropriação deste povoado. Falando sobre as negociações, o tratamento dado aos moradores da comunidade e a sua situação pessoal, ele afirma:

Eu vejo isso aí porque eu sei o dia-a-dia de cada um particularmente, depois que saiu de lá, poucos foram preparados pra reintegração...E aqueles que mereciam não foram reconhecidos, restabelecidos, propriamente dito, falando assim. A desapropriação foi muito assim, visando interesse da empresa, do lago, com que as coisas acontecessem muito rápido e fazendo com que cumprisse um PBA, um PBA que na verdade não cumpriu na risca e havia muito assim, particularidade por empresas substabelecidas pra desocupar aquela área com um interesse de lesar os moradores lá e levar vantagem. Inclusive muitos foram coagidos lá, saíram precipitados, venderam barato, se arrependeram, mas não teve mais reconhecimento sobre isso aí... Foi um trauma, melhor dizendo, né, esses impactos. Porque a pessoa tem que ta equilibrada, tem que ta preparada. Eles não foram preparados pra isso, pra viver numa sociedade diferenciada.....eles fizeram por pressão psicológica, eles usaram umas pessoas, fizeram uma estimativa de uma compra, pressionaram, "se quiser isso aí quer, se não quiser você fica sem nada". E assim como fez com muitos que ta na justiça até hoje, que não pagaram entendeu, não remuneraram, pra intimidar a maioria. Então a maioria, eles conquistaram a maioria, conquistaram a liberdade de dar continuidade da liberação ambiental pra poder dar andamento no processo do interesse deles, entendeu? Eu acho que foi uso de muita má fé, de má fé, embora que alguns receberam até a mais do que o normal mas é uma exceção entendeu, pra poder puxar os outros entende...A minha saída foi um pouco forçada, porque eles não quiseram reconhecer certas regalias que eu tava com exercício, tem empresa lá ainda que falta receber indenização, entendeu, falta, falta receber terrenos lá, de lá entendeu? Então isso aí pra mim foi uma descapitalização porque Palmas valorizou tremendamente....Pagaram o preço de banana, como benfeitorias, considerada benfeitoria que tinha de mexerica e outras coisas mais, tudo assim benfeitorias em termos de piscicultura, tudo tem o valor e o valor

era muito insignificante.... Assim pra englobar a sociedade aqui eles tinham que ter concedido era uma ocupação de moradia aqui e uma área de lazer, uma área tipo um clube natural que seria pra sociedade do Canela, beira do rio, beira dum córrego, uma área assim de, equivalente lá, digamos lá uns quatro alqueires de terra com infraestrutura boa, campo de futebol que não tem, os meninos ficam jogando na praça entendeu, um clube mais fundamentado, entendeu, com um posto de saúde assistencial da prefeitura lá dentro entendeu, que era exclusivo da sociedade, um cotidiano, dia a dia familiar, que lá era uma família na verdade, entendeu? (ENTREVISTA, 19.02.2015).

Também falando sobre as negociações, sobre os valores da desapropriação, o senhor João Cruz, também morador e líder da comunidade do Canela diz num vídeo produzido por um projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins.

Teve reuniões e reuniões e mais reuniões, mas como o grupo visava lucros e mais lucros, então eles não tiveram assim aquela preocupação com o bem estar da comunidade, dos ribeirinhos que ali moravam. Então o que aconteceu, eles foram tentando enfraquecer este grupo, foram fazendo uma oferta para um e para outro, as vezes até com duras palavras, dizendo “olha não se compra sentimento, sentimento não tem valor, então o valor é esse que a empresa pagar. Se você receber bem, se não receber nós vamos depositar em juízo e o lago vai encher e depois você se vira na justiça.” Essa foi a história que aconteceu lá em algumas reuniões. Estamos aqui após o fechamento do lago, vai fazer 14 anos e cadê a infraestrutura e ela (a Investco) provou por A mais B para a associação dos municípios impactados que havia passado estes recursos e os gestores da época desviaram para outros setores, não sei para onde, até hoje não explicaram...a comunidade até hoje aguarda uma resposta dos órgãos competentes e fiscalizadores pelo grupo de construção e formação do lago (CEU DE CANELA, maio de 2014).

Passados 15 anos da transferência e deslocamento dessa comunidade por conta da criação da usina, ainda encontra-se reclamações pelo não cumprimento de promessas por parte da empresa. É possível, seguidamente, acompanhar na mídia reportagens desta comunidade da quadra 508 Norte de Palmas e de outras comunidades de reassentados ainda reivindicando promessas feitas na época e não cumpridas até a presente data. Normalmente as cobranças são direcionadas à Prefeitura que, por sua vez, atribui o problema à falta de assistência da empresa, ficando a população sem condições de resolver a situação.

De acordo com dona Lourdes, na quadra dos moradores do Canela em Palmas, a situação não é diferente:

A Investco ficou de dar uma assistência social até mesmo com acompanhamento dessas cestas para as pessoas mais carentes, parou de ter aquele atendimento da assistente social, isso foi logo no primeiro ano

que a gente veio pra cá, não teve mais e das cestas também não teve mais essa assistência. Agora as casas apareceram muitos problemas, tem muito problema mesmo, a gente precisou ir atrás da Naturatins, do Ministério Público, porque não é justo o que está acontecendo. É muita rachadura que esta acontecendo, as paredes vão fofando, os rodapés, tudo vai caindo aquela terra, parece que é falta de cimento na massa e outras, a madeira selou, o forro acaba de arrumar torna a quebrar tudo, então assim, tem trazido muito problema, é muito constrangimento pra gente hoje, as caixas d'água eles colocaram nem lugar, a casa forrada de gesso e eles colocaram num lugar que a gente lavar tem que destelhar uma parte da casa pra subir com aquele maior medo de estragar o forro que ta ali! Então são problemas que traz constrangimento pra comunidade hoje (ENTREVISTA, 28.02.2015).

O tipo de discurso utilizado pelos empreendedores da hidrelétrica no que se refere ao “progresso”, ao “desenvolvimento”, e à melhoria nas condições de vida, provocou maior ou menor apelo entre os moradores que seriam deslocados. Podemos perceber que os resultados apresentados nos relatórios da empresa nem sempre correspondem às condições reais vividas pelos moradores desde o momento em que começaram os primeiros contatos na comunidade para transferência para outro espaço. O processo de negociações gerou bastante estresse nos moradores, e chegou ao ápice quando foram definitivamente realocados no novo espaço destinado a eles em Palmas. Dona Noca, é o maior exemplo dessa situação. Em entrevista ao Jornal do Tocantins em fevereiro de 2006, ela desabafa sobre a falta que sentia do antigo Canela: “Eu sentia muita falta do meu quintal, tinha um montão de plantas, todas cheias de frutas, aqui já plantei depois que cheguei, mas ainda não deu nada, só o caju que é mais teimoso já deu uns dois; também sinto falta de andar pelas casas dos meus conhecidos, de ir à igreja, às festas, às folias do Divino...lá eu vivia entre meus filhos e meus amigos; podia andar de um lado para o outro; aqui não ando, fico plantada dentro de casa a vida toda”. Esta, que era a mais antiga moradora do Canela, faleceu no segundo semestre de 2006, depois de residir quase seis anos na área urbana de Palmas, sem conseguir uma boa adaptação ao novo ambiente (SANTOS, 2015, p. 127).

As dificuldades de adaptação ao novo meio se traduzem basicamente na falta de trabalho, nas condições das moradias, nos meios de transportes precários, a falta de infraestrutura urbana, como o asfalto, além das questões relacionadas ao lazer e as relações afetivas no que tange ao convívio com os vizinhos e a ausência parcial das brincadeiras e festividades que aconteciam no povoado.

2.5 – A ADEUS AO POVOADO CANELA

Para muitos moradores, sair do Canela foi uma oportunidade de crescimento financeiro e possibilidades de oferecer maior conforto à família. Apesar de muitos terem pensado desta forma, essa opinião não supera a das pessoas que viram na mudança do Canela para o centro de Palmas uma despedida difícil e um processo de adaptação trabalhoso, tanto para as crianças, como para os mais idosos. Para as crianças, as brincadeiras até tarde pelas ruas do distrito, a diversão nas peladas em meio ao sol da tarde, hoje são meras recordações saudosistas. Para os idosos, a faltas da conversa na calçada até mais tarde, da liberdade das casas sem muros, do clima mais fresco e da arborização local mudaram a qualidade de vida que tinham. Hoje, a maioria deles se vê obrigado a permanecer trancados nos quintais, com muros em volta das casas.

Dona Noca, personalidade de quem já falamos anteriormente, pelos relatos foi uma das pessoas que mais sofreu com a desapropriação e a mudança. Na ocasião de sua mudança, alguns moradores recordam a cena da matriarca em meio a lágrimas, abraçada a uma mangueira no fundo do quintal, árvore que ela mesma plantou, viu crescer e que alimentou seus filhos durante muitos anos. Assim como ela outros moradores também sentiram ao ter que deixar para traz o trabalho de toda uma vida dedicado a um lugar e a um modo de viver voltado basicamente para a subsistência familiar e comunitária.

Assim, no ano de 2001, até o final do mês de abril, todos os moradores do povoado tiveram que deixar suas casas, suas terras, o rio, as ligações afetivas com o lugar, as tradições e tudo mais que faziam parte da vida ribeirinha e foram remanejados para dois lugares, sendo um deles a área urbana de Palmas, mais precisamente a Quadra 508 Norte. O antigo povoado Canela ficou somente na lembrança e fisicamente numa pequena ilha que não foi submersa, conforme mostra a figura 18 e que permanece no meio do reservatório até hoje.

Figura 18: Ilha do Canela, no meio do reservatório da UHE



Fonte: Google imagens

CAPÍTULO III

3 - A RECONSTRUÇÃO DE UM COTIDIANO AO LONGO DE 15 ANOS

Assim inicia a terceira fase da história desta comunidade, que já completa 15 anos, a partir da transferência para o espaço urbano de Palmas e a transformação compulsória desta comunidade em uma comunidade urbana. Antes de ser transferida para o setor urbano de Palmas a comunidade do Canela conviveu dez anos com a cidade, praticamente como um bairro, mas no seu espaço original, próximo ao rio. Este período já marcou o povoado com mudanças bastante consideráveis, mas em nada comparáveis as que ocorreram posteriormente com a inauguração da usina e a transferência definitiva para o setor urbano de Palmas.

A auxiliar de enfermagem Maria de Fátima Sousa, que trabalhou com a comunidade nos últimos anos do povoado ribeirinho, atendendo no posto de saúde que havia no vilarejo, e que continua atualmente atendendo os moradores da comunidade Canela no posto de saúde da quadra 508 Norte, em Palmas, expressa um pouco de sua análise sobre os impactos sofridos pelos moradores e que sentimentos estas mudanças provocaram na vida das pessoas.

Tristeza, de revolta, sentimento mesmo de, de... Eu acho que muita gente ali ficou revoltada e muita gente sofreu tanto que muita gente morreu, né... No sentimento de largar aquelas terras, , que foi muito perdido pra eles. Eu acho que até eu que não tinha nada a ver lá, eu senti quando eu vim embora, aí que eu olhei o lago cheio, falei, gente, parece que esse... Sabe? Cortou uma vida, cortou o umbigo, tirou a raiz deles, acabou com a raiz das pessoas. É igual os índios, é você chegar lá, vamos fazer estrada na terra dos índios, você tira tudo, né... Isso acaba com a raiz deles, acaba com a herança, acaba com tudo... Vai ficar só na história, cada um vai seguir seu caminho e aí o que tá acontecendo é isso mesmo, né... Você ouve falar que existiu o Canela, mas assim, a gente não vê mais falar aquela essência que era, não tem mais não. Eu acho, no meu pensar não tem mais não. (ENTREVISTA, 07.03.2015).

Os desafios desta nova realidade desafiadora, vivenciada a partir de 2001, é alvo da análise deste capítulo. As novas realidades, as novas experiências e a luta para não deixar de ser a comunidade Canela. Buscar conhecer melhor este processo de construção ou reconstrução da identidade canelense depois da transferência da comunidade para o espaço urbano de Palmas, mais precisamente na quadra 508 Norte. Trata-se de compreender como os moradores do Canela se

organizam em seu cotidiano frente às novas demandas de trabalho/consumo, as novas condições de habitabilidade, o relacionamento com populações “estranhas” e frente a todas as questões desafiadoras que a vida na cidade lhes impôs. A festa ao Divino Espírito Santo é analisada neste novo contexto, como um dos principais fatores culturais e simbólicos de construção dessa identidade por fazer parte do conjunto de elementos que compõem a tradição do Canela, proporcionando a união e o vínculo entre os moradores em torno de uma causa comum que serviu como elemento identificador e diferenciador frente aos demais moradores da capital.

3.1 – A NOVA “CASA”

O local destinado para a instalação da comunidade Canela foi a quadra 508 Norte, no Plano Piloto da capital, quadra esta que corresponde a ARNE 64 de acordo com o endereçamento usado nos primeiros anos da cidade. A escolha desta quadra foi feita pelos próprios moradores (Figura 19), a partir de algumas opções oferecidas pelo consórcio construtor da usina do Lajeado. Segundo a senhora Maria de Jesus,

Aí começaram a convidar a gente pra ir olhar local, levaram até naquela quadra velha lá do lado do cemitério de Taquaralto, eles levaram a gente pra olhar, pra ver se queria escolher ali pra construir a comunidade. Aí ninguém quis aí levaram numa outra ali da região do Lago Sul, que era uma região que encharcava demais. A gente não quis também porque a gente viu que ali futuramente pra pessoas que não tinham uma condição financeira boa só iam procurar um problema. Aí trouxeram numa quadra que tem ali perto do Hipermercado Caçulinha, ali a gente até gostou, só que os lotes que ainda tinha lá não dava mais pra quantidade de famílias que queriam continuar junto, né... Sair juntos. Aí trouxeram nessa daqui e a gente escolheu essa daqui. Foi uma escolha da gente. Eles apresentaram e a gente escolheu. E foi assim, eu não digo que a escolha foi ruim, a escolha, essa quadra ela é uma quadra muito boa pra se morar. Ela é uma quadra calma demais, é uma quadra ainda que na gente não vê falar de arrombamento de casa, assim, o que se vê em televisão toda hora...E aqui a gente tem tido ainda muita sorte, não sei se é porque a maior parte das pessoas são todos conhecidos, né... De vez em quando um sai, o outro fica cuidando, de olho na casa do outro. Eu não sei ainda o porquê, mas que é uma quadra muito boa pra se morar é, isso aí é (ENTREVISTA, 28.02.2015).

Figura 19: Visita dos moradores do Canela a quadra 508 Norte.



Fonte: Acervo/Ex morador do Canela

Entretanto, nem toda a população do povoado foi transferida para o mesmo local com formação do reservatório com a construção da usina. Há mais um setor para o qual os outros moradores foram reassentados, aqueles que não eram proprietários das casas nas quais residiam, foi o setor Santa Bárbara, periferia da capital, junto aos conjuntos habitacionais denominados Aurenys, que já não faz mais parte do plano piloto da cidade. Com isso, de certa forma, a comunidade já ficou desarticulada e fragilizada em todos os aspectos que compõem o sentido de ser de uma comunidade. Vínculos de amizade e familiares foram distanciados e quebrados, a convivência intensa e diária que havia no povoado foi substituída por encontros esporádicos e eventuais, quando não o rompimento definitivo de laços criados ao longo de vários anos, como no caso das pessoas que ao receberem a sua indenização decidiram aventurar para outras regiões mais distantes.

A moradora Bernadete Batista, atualmente com 63 anos, descreve o sentimento dela e, em especial, da sua mãe, a Dona Noca, personagem mais idosa na época da transferência da comunidade para a cidade e que veio a falecer em 2006,

Foi muito triste. Eu lembro até hoje quando minha mãe veio. Minha mãe veio dia... Parece que foi dia 30 de maio. Eu vim...Nós viemos em Maio, eu sei que ela veio num dia, eu vim no outro. Foi muito triste quando a minha mãe pegou o carro lá pra vim pra cá. Meu Deus, tristeza. Quando eles começaram a derrubar as casas lá, que derrubaram casa por casa, derrubaram a igreja, derrubaram o posto de saúde, aí de noite você escutava as casas caindo, os colégios, parecendo filme de terror, sabia? A gente tinha até medo. Muito triste. Mas a gente tem que acostumar com tudo, é o progresso, né?! (ENTREVISTA, 07.03.2015).

É importante compreendermos também, que o impacto da construção de Palmas com toda a novidade que a mesma apresenta e, em seguida, a construção da usina do Lajeado que formou o reservatório, na região do antigo Canela, trouxeram mudanças significativas e irreversíveis para a sua população em termos não meramente de um novo local e uma nova realidade física, mas, acima de tudo, no aspecto imaterial, de contatos com novos moradores e novos valores culturais e relações sociais e de trabalho, por se tratar de um ambiente completamente diferente do que eles estavam anteriormente acostumados.

É perceptível que no princípio do processo de deslocamento havia um desconhecimento das pessoas sobre a profundidade das mudanças que estavam por vir e o quão profundo seria todo este processo de mudança. Os próprios depoimentos dos ex moradores do povoado do Canela demonstram que havia uma espécie de encantamento com a ideia de morar na cidade, uma visão ingênua da situação e um olhar imediatista das pessoas naquele momento. Enquanto eles estavam no espaço ribeirinho eles eram peões, agricultores, pescadores, donas de casa, que, apesar de possuírem uma boa infraestrutura no local, de estarem próximo da cidade, eram considerados moradores da zona rural e tinham hábitos e costumes de uma comunidade rural, o que intensifica o impacto desse deslocamento. O modo de vida numa comunidade rural possui sua identidade própria, com as suas características e traços próprios. Esta comunidade de um momento para o outro passa a conviver dentro de uma cidade, dentro de uma quadra do plano piloto da capital do estado.

Por estarem numa área urbana, não possuem mais as mesmas condições naturais de uma comunidade rural, a que os moradores estavam acostumados lá no Canela. Esses moradores passaram a conviver com uma vizinhança diferenciada e os problemas típicos de qualquer cidade de porte médio. A necessidade de

transporte público, por conta das distâncias na cidade, a necessidade de irem em busca de emprego e o desafio de integração neste novo mundo parecem ser as maiores dificuldades que a comunidade enfrentou e continua enfrentando. Mas a maior queixa percebida nos depoimentos dos moradores é a que diz respeito à falta de asfalto na quadra, como pode ser visto na figura 20 e um local para atividades de lazer, como uma praça. O asfalto torna-se essencial devido à poeira que invade as residências no período do verão e a lama no período das chuvas.

Ah meu Deus. Assim, pra compensar nem tanto, mas eu digo assim, já em termos da gente morar numa quadra, por ser uma quadra, por ser uma quadra assim no centro, pra bem dizer no centro da cidade, nós aqui, como você vê, nós não tem um asfalto. É o nosso maior problema aqui é o asfalto, que é o que a gente sempre briga. Ta aí a pergunta ate hoje porque e até hoje só promessa. Nada de asfalto. Todo ano a mesma coisa, todo ano a mesma coisa, promessa por cima de promessa e asfalto nada, só poeira e lama (ENTREVISTA, 03.03.2015).

Figura 20: Uma das entradas da quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo próprio.

A foto a seguir (Figura 21) mostra a área central da quadra, onde deveria ter sido construída uma praça, como espaço de esporte, lazer e convivência para a comunidade. Esta também é uma das promessas não cumpridas até a presente data, permanecendo o local ocioso, cheio de mato e sujeito que oferece condições

para a proliferação da dengue e de outras endemias, em especial, na época das chuvas.

Figura 21: Área central da Quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo próprio

Entende-se que a comunidade deveria ter sido realocada para uma quadra às margens do lago e a margem de algum rio, pois assim, haveria mais condições de se manter, em parte, o ambiente ribeirinho ao qual a comunidade estava habituada. Há relatos bastante contundentes entre os moradores sobre a existência de um projeto que previa a construção de uma “Nova Canela”, projeto que representaria uma tentativa de reproduzir as condições de existência do lugar anterior, o que provavelmente reduziria alguns impactos e traria mais qualidade de vida para os moradores, em especial, os mais idosos. Como é o caso do senhor Joaquim Batista, atualmente com 90 anos, e que tem como prazer maior pescar, entretanto, com a sua idade avançada e já fragilizado, depende de algum familiar ou amigo para levá-lo até o reservatório para poder pescar, pois a quadra 508 Norte dista aproximadamente 10 km da água.

A “história” da suposta criação deste Novo Canela, parece ser mais um discurso para sensibilizar a comunidade, naquele momento, bem como para ser um espetáculo por parte da grande mídia nacional e para fins políticos e de perpetuação da imagem do governador Siqueira Campos como pai e fundador do estado. As intenções ou o discurso de criação da nova Canela defendia a ideia de construir uma Nova Vila Canela. Mas este discurso nunca saiu do papel ou, o que é mais provável, este projeto nem existia realmente. Entretanto, diante da realidade da construção da UHE, o mais apropriado para a situação seria realocar essa comunidade para uma realidade o quanto mais próxima da original, na zona rural, preservando as características do local anterior e oferecendo as melhorias que o antigo local possuía como deficiência. Assim alguns impactos seriam minimizados e outros até evitados.

No entanto, a realidade atual é a de uma comunidade que se encontra numa zona urbana e que foi obrigada a aprender e ainda continua aprendendo a conviver com as novas condições que a cidade oferece, tentando manter uma memória e através dela, preservar traços do antigo modo de vida e da identidade de comunidade ribeirinha. Este mecanismo funciona como estratégia de sobrevivência, justamente pelas condições adversas encontradas nesta nova realidade da cidade (SANTOS, 2015, p. 99).

Nos depoimentos que seguem, das professoras Terezinha e Maria de Lourdes, percebemos o quanto foi grande o impacto da mudança para as pessoas da comunidade, até mesmo pela noção de espaço que se tinha anteriormente, já que o Canela era uma região ampla que, embora tivesse uma rua na qual as pessoas circulavam para ir à escola ou à igreja, possuía a amplidão da vida do campo em contato direto com o rio e a mata e com outras expectativas e noções sobre o tempo, o mundo e o trabalho.

A chegada aqui foi assim, vamos dizer da história, péssima sabe, porque a gente mudou pra cá, quando nós mudamos pra cá nós fomos o segundo morador daqui, daqui da quadra. Quando nós mudamos pra cá tinha uma casa só ali, o pessoal morava. Era só capim sabe, aqui aquele matagal doido aí, e o povo já fazendo a construção das...A Investco já construindo as casas de trazer o pessoal de lá que ia ser removido pela Investco sabe, mas uma situação crítica sabe, muito sofrida, sem ter rendas pra sobreviver. Ficamos aqui muito tempo sem sobrevivência... A gente veio de lá e não recebeu da Investco e a gente ta passando dificuldade. Então eu preciso trabalhar, eu não dou conta de pagar aluguel (ENTREVISTA, 14.03.2015).

E,

Então essas são as pequenas coisas que marca a gente pra sempre, né... Assim, o quanto é bom a gente viver num lugar que as pessoas ainda tem vergonha na cara, porque eu considero isso, a pessoa passar e roubar o chinelo do outro, é uma sem-vergonhice porque hoje em dia a maioria das pessoas não querem trabalhar, eles querem viver bem, mas às custas dos outros. E eu já, a nossa característica é diferente. A gente prima viver bem, mas com o suor da gente, não com o suor dos outros. E outra coisa que eu custei demais me acostumar aqui foi esse muro. Gente, isso foi muito difícil pra mim. Quando eu saía aqui que eu olhava, a primeira noite que eu dormi aqui, quando eu levantei de manhã, que eu olhei pra ali cercado pra cá, ali fechado, meu Deus do céu, mas aquilo me deu assim um trem tão ruim. Falei, meu Deus, será que eu aguentar isso? Não sei se eu nasci pra ficar presa assim não, mas vai indo a gente acostuma, tem que acostumar, né... Porque ou acostuma ou não sei o quê que acontece (ENTREVISTA, 28.02.2015).

Morar numa quadra que obedece ao estilo e formato geral do Plano Urbanístico da cidade revela uma sensação de sentimento de estarem agora pertencendo a este novo lugar embora não se sintam completamente parte desta nova realidade. O desafio da mudança e da integração ao novo espaço produz sentimentos de euforia, mas também de temor. Agora fazem parte de um ritmo de vida diferenciado do que eles eram acostumados anteriormente. A proximidade com vizinhos com costumes diferentes, a participação e obtenção de novos hábitos, como o modo de se vestirem e os lugares que passam a frequentar, são alguns dos fatores que alteraram imensamente a vida dessas pessoas. É perceptível entre os mais jovens que há a sensação de estarem evoluindo ou progredindo com a suposta modernidade que a capital oferece, mas por outro lado, e, em especial, entre os mais idosos há o desejo de não perder o estilo de vida mais simples presente no espaço de origem da comunidade. O horizonte de expectativas e sonhos fica bastante alterado entre os mais jovens enquanto os mais velhos apegam-se à memória. Mas a maioria dos moradores não estava e não está preparada para esta realidade e não possui condições para se inserir plenamente nesta sociedade urbana e nem de manter um padrão de vida condizente com o que exige a vida em uma quadra central de uma capital. Como mostra a realidade da foto a seguir (Figura 22), demonstrando as condições em que mora uma das famílias reassentadas.

Figura 22: Residência da senhora Leonízia, na quadra 508 Norte, em 2015.

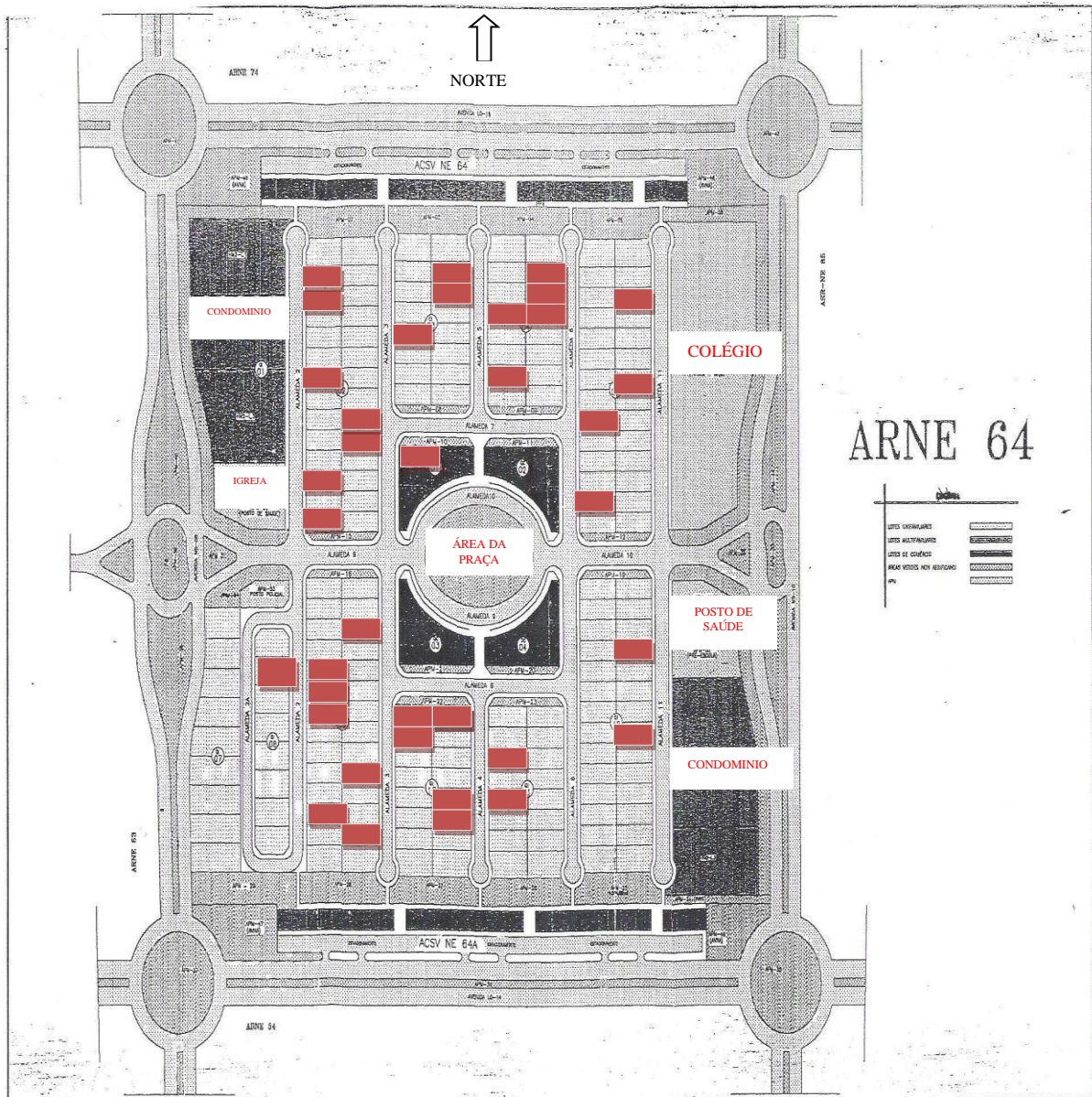


Fonte: Arquivo próprio.

O mapa, a seguir (Figura 23), mostra a estrutura física da quadra que foi escolhida pelos moradores do Canela. Segundo consta nos projetos de reassentamento da Investco, ao tratar das ações para relocação das populações urbanas, a empresa disponibilizou transporte para que representantes da comunidade visitassem alguns locais para o reassentamento da comunidade. O argumento utilizado pela empresa e que foi aceito pelos moradores para a escolha da quadra 508 Norte foi o fato de esta quadra se encontrar próximo ao palácio do governo e, conseqüentemente, ao centro da cidade e à facilidade de acesso à rodovia TO 050 que liga Palmas, Lajeado e Miracema.

Entretanto, alguns aspectos que constam nessa planta ainda não se tornaram realidade, fazendo parte das reivindicações da comunidade junto aos poderes públicos e à empresa construtora da usina. Essas reivindicações dizem respeito basicamente a uma área de lazer, a praça e ao asfalto.

Figura 23: Quadra do Plano Urbanístico de Palmas onde está reassentada a comunidade Canela.



Fonte: Investco.

A quadra é a forma pela qual os moradores do lugar e a população de Palmas identificam a antiga comunidade Canela, mesmo que uma pequena minoria da população da quadra seja composta pelos moradores do antigo povoado, como mostra o mapa acima indicando os terrenos da quadra nos quais há moradores da comunidade Canela e identificando os locais mais importantes da quadra. Entende-se que Canela é uma referência ainda viva, como forma de preservação de resquícios da antiga identidade e de identificação para a sua população. Para o

poder público e os órgãos oficiais, todavia, esta é apenas mais uma quadra da capital com suas demandas e reivindicações.

Diante das reivindicações apresentadas pelos moradores aparece de um lado a Prefeitura que atribui a responsabilidade à empresa e, de outro, a empresa que afirma não mais ser a responsável pelas questões reivindicadas pela comunidade Canela. Esse jogo de transferência de responsabilidade prejudica muito o andamento das reivindicações por melhorias para a comunidade, tais como: asfalto, rachaduras nas casas, construção de áreas de lazer (SANTOS, 2015, p.155).

3.2 – UM NOVO PADRÃO DE TRABALHO E CONSUMO

A vida dos moradores do Canela na cidade tem sido marcada por novos hábitos e costumes. Pode-se afirmar que essa não é uma simples mudança, pois interfere nas atitudes, nas expectativas e na própria condição de vida das pessoas. A própria vida não é mais a mesma, pois “ela nem mesmo se reencontra porque já é outra, procurando ser a mesma” (SANTOS, 2007, p. 33).

Com a instalação de Palmas como a mais nova capital planejada do país, o contato com a chamada “modernidade e modernização” fica evidente entre os moradores do Canela que passaram a fazer parte diretamente da cidade, tornando-se praticamente um bairro da mesma, com todas as novidades que uma cidade planejada oferece. Para muitos estudiosos, a modernização chega integralmente ao Brasil com a implantação de Brasília, cidade que se tornou símbolo deste processo no país, que data do início da década de 1960 (BRITO, 2009, p. 37).

O Tocantins, por ser um estado novo e que pertencia ao antigo norte goiano, região marcada pelo abandono, atraso e o isolamento, adota os seus próprios hábitos e costumes, que fazem parte da população que migra para compor a população do estado e cuja procedência é dos mais variados estados da união. Os hábitos deste momento de modernização e consumo também passam a fazer parte do cotidiano da população, a partir da década 1990. A construção de Palmas consolida o processo de modernização da região. É um processo ainda em curso depois de 26 anos de sua construção, tendo em vista que a cidade vai aos poucos incorporando na sua rotina os símbolos do desenvolvimento, como shopping,

hipermercados, grandes redes de lojas e indústrias entre outros serviços que dizem respeito à vida urbanizada nas grandes cidades.

Nesta nova realidade de relações de trabalho e consumo que os moradores do Canela foram desafiados a se inserir e adaptar. Não quiseram deixar os costumes do lugar anterior e até tentaram mantê-los, enfrentaram dificuldades com as distâncias, o transporte público e as relações interpessoais que a cidade revela no seu cotidiano. Entretanto, apesar de todas estas dificuldades foram obrigados pelas circunstâncias a se adequar e se enquadrar neste novo esquema de vida.

Tomando como parâmetro o fenômeno do consumismo em nossa sociedade contemporânea e capitalista, pode-se perceber que a população do Canela, diante das mudanças depois de se instalarem na cidade de Palmas, também adere ao mundo do consumo, muitas vezes sem o devido preparo e sem as devidas condições de se inserir no mercado de trabalho e, por consequência, de ter acesso ao consumo.

Encontramos entre os moradores do Canela, mesmo quinze anos após a transferência, muitas dificuldades na busca por trabalho na cidade, tendo em vista a falta de qualificação profissional que leva a problemas como o desemprego ou a um subemprego. A falta de instrução e qualificação profissional parece ser a maior dificuldade para a solução do problema. Em consequência outros problemas vão aparecendo como o alcoolismo, principalmente entre os homens.

A senhora Leonízia fala da sua realidade nesta transferência, mas esta pode ser aplicada a todos os seus filhos e a maioria dos moradores do antigo povoado que estão na faixa etária atual de 30 a 45 anos. A falta de preparo e qualificação excluiu estas pessoas do mercado de trabalho formal, levando-os a se submeterem a trabalhos que não exigem grande qualificação e a salários que dificultam uma inclusão neste mundo consumista em que estamos inseridos.

Ah moço, pra mim foi assim, porque a gente não pôde, não tinha quase nada mesmo, mas as besteirinhas que a gente tinha não pôde trazer tudo mesmo, que era cama, tinha uns pé de mandioca também. E aí a gente saiu de lá, eu saí de lá chorando porque eu não queria, pra mim eu não achava jeito de eu trabalhar, porque a gente que é da roça é da roça mesmo né, e eu não tenho leitura pra eu pegar nem um serviço num armazém, nem de trabalhador pra fazer nada, eu não tenho leitura de nada, eu não sei nem fazer meu nome, nadinha (ENTREVISTA, 10.03.2015).

As razões das dificuldades encontradas pelos moradores do Canela em relação à busca de trabalho e emprego na cidade é evidente. Pessoas que vivem em comunidades rurais e ribeirinhas, que buscam o seu sustento na relação com a terra e com o rio, até podem ser alfabetizados e instruídos, mas não possuem uma formação profissional ou um preparo para ser inserido no mercado de trabalho de urbano, que é cada vez mais exigente e competitivo. Tirar estas pessoas deste habitat natural e largá-las na cidade, esperando que elas por si só consigam se adaptar, sem nenhum preparo e acompanhamento é uma atitude irresponsável e agressiva.

Percebe-se que aqueles moradores que já possuíam um trabalho ligado ao poder público, ou seja, que trabalhavam no posto de saúde ou no colégio e que conseguiram manter este vínculo empregatício estão atualmente numa situação mais cômoda e tranquila, entretanto, os demais estão em empregos mal remunerados ou desempregados.

Também é gritante a dificuldade desta comunidade quando se analisa a formação escolar dos moradores. Apenas 3 moradoras, que são professoras, possuem o ensino superior, sendo que os demais moradores em idade adulta possuem apenas o ensino médio completo ou incompleto. Sendo que, a exemplo da senhora Leonízia e seu esposo, há vários analfabetos entre eles. Esta é a realidade de um total de mais de 200 moradores da quadra que fazem parte de famílias oriundas do antigo povoado ribeirinho.

Do que adianta estar morando numa capital, em uma quadra próxima ao centro da cidade, mas não poder usufruir do conforto e dos atrativos consumistas que aqui são oferecidos, por falta de condições financeiras? Do que adiante estar numa casa melhor, mas não ter condições de conservar esta casa e, além disso, estar longe daquilo que realmente se gosta, da terra e da relação com ela e do rio e tudo o que ele proporciona e significa para quem nasceu e viveu boa parte da vida ao seu lado?

3.3 – AS NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS

Henri Lefebvre (2001, p. 121) considera que possam ocorrer mudanças a serem empreendidas para a transformação da vida cotidiana, pois cada vez mais a

vida é influenciada pelos atrativos oferecidos pela mídia e pelas próprias imposições da vida moderna. É de certa forma a passagem da ruralidade para urbanidade. E neste processo, o indivíduo precisa considerar a vida cotidiana não como monotonia, como meros atos repetitivos, mas como momento propício para as realizações e transformações sociais, pois ela é parte da história.

A vida cotidiana dos moradores do antigo Canela teve grandes transformações e foi fortemente influenciada pela imposição da vida urbana moderna ao longo destes 15 anos. Talvez não seja possível afirmar que estas transformações tenham proporcionado muitas realizações e melhorias sociais para as pessoas envolvidas, mas impactaram forte e profundamente as pessoas que delas fizeram parte. A falta de preparo da população para serem atores neste processo de mudança e transformação foi determinante para que a realidade encontrada atualmente seja esta aqui apresentada.

Em estudo realizado por Santos (2015, p. 18), João da Cruz, presidente da Associação de Moradores do Canela na época, lembra que “ser do Canela é como você chegar a um local com uma roupa de trabalho, grosseiro, e todo mundo estar de terno”. Percebe-se assim o impacto social sofrido por estes moradores na chegada ao setor urbano da capital. É bem verdade que hoje já é bem diferente porque já se passaram 15 anos de convívio nesta nova realidade social. Entretanto, quando da transferência, em 2001, havia muitos moradores que não estavam preparados para enfrentar a vida na cidade porque eram pessoas que somente sabiam cultivar as vazantes e pescar.

Eram, na sua maioria, pessoas que viviam em extrema simplicidade e que eram acostumados a se relacionar praticamente diariamente com os moradores com os quais já conviviam por muitos anos. As casas eram sem muros e as muitas mangueiras que haviam no povoado favoreciam aquele convívio intenso, marcado pelo café da mãe compartilhado com o vizinho e pelas rodas de conversar no final da tarde. A distribuição das famílias na quadra, já causou um distanciamento entre as pessoas, além da característica da vida urbana, marcada atualmente por casas muradas e fechadas, onde os moradores ficam escondidos e saem apenas para realizar atribuições e afazeres necessários para a manutenção da vida. O relato de

Luciana expressa um pouco esta alteração profunda do cotidiano no contexto urbano e suas relações sociais.

Não, até que a convivência é boa, só que é diferente assim, no termo de você andar na casa dos vizinhos. Lá no Canela de manhã você amanhecia você ia na casa de um, tomava um café, daqui de casa mesmo você gritava o outro lá, tava varrendo o terreiro, “oi fulano, bom dia”, e aqui não, é tudo de trás dos muros, mora longe. Tem minha tia que mora aqui do lado, aqui eu já não conheço. A outra tia mora lá perto do colégio pra lá, é difícil até ir na casa dela. E lá não, era tudo assim junto sabe! Eu acho muito diferente, estranho assim. Lá não tinha esse negócio de muro, não tinha esse negócio de você ta toda hora com a chave trancando casa. Pra ir bem ali no mercado passa a chave na casa. Não, lá no Canela lá nós saía, largava a porta aberta aí, não tinha muro, não tinha nada,...Só saía, ninguém mexia em nada de ninguém né...A tranquilidade da gente acabou, o sossego (ENTREVISTA, 03.03.2015).

As formas de sociabilidade sofrem grandes mudanças com a presença e a difusão da televisão e do automóvel, com a presença do computador, do celular, das redes sociais, em contraposição à possibilidade de se viver momentos de convivência nos bairros, nas ruas, nas relações de vizinhança, ou seja, nos pontos de encontro. É preciso entender o espaço urbano, já que na cidade se imprimem os trajetos, os percursos e os itinerários dispersos, difusos ou concentrados, que se definem pela vida cotidiana e pelo vivido e expressam as diferenças sociais e as contradições, as normas e a grande tendência à homogeneização. A rua não foi e nem é a mesma em todos os lugares, diferencia-se nos usos que teve e que tem em cada lugar e em cada cidade (BRITO, 2009, p. 197 e 198).

Os relatos indicam que, à medida que as pessoas da comunidade vão procurando interagir com a população de Palmas e tentam manter as suas tradições, há ganhos e perdas. É uma luta que não pode ser considerada fácil, principalmente para os moradores mais idosos que estavam acostumados com o lugar de origem e que se mostram mais resistentes a mudança. Enquanto que os mais jovens são mais facilmente atraídos pelos apelos que a vida urbana realiza, levando-os a um processo de inclusão maior na convivência com pessoas de fora da comunidade, seja em festas, na escola, em feiras, shopping ou mesmo através de jogos de futebol, que atraem pessoas de várias outras regiões da cidade para a quadra da escola e em outros ambientes.

Concebe-se que o espaço-cidade, em toda sua amplitude, teoricamente é lugar que socializa: ocupado de casas e de edifícios para abrigar e interligado por portas, ruas, meios de comunicação e de transporte para aproximar as pessoas. Nesta perspectiva, pode-se definir a cidade como sendo o mais bem-sucedido esforço de convivência e aglomeração de alteridades e diversidades, o encontro de solidões que por instantes se cruzam, se avistam e até prometem permanecer juntas. Tudo isto nem sempre é tão harmônico e salutar como parece ser ou como deveria ser. Pois ao contrário do homem do campo que se julga pertencer à natureza, o homem da cidade se julga pertencer à liberdade (BUZZI, 2002, p. 175-177).

O papel que o bairro ou a quadra desempenham neste processo é o de darem ao sujeito a ideia de pertencimento, possibilitando o avanço da sociabilidade do indivíduo e da família com a comunidade e, por conseguinte com a cidade, reconhecendo as diversidades e, assim, os conflitos que se expressam na vida urbana. Portanto, é necessária a ação dos indivíduos no cotidiano, apropriando-se do espaço, relacionando-se com o outro, entendendo a estruturação que se estabelece, as diferenças que existem, para que seja possível unir forças em prol de um projeto que vise à integração social e adaptação ao meio, que pode começar na sua rua, no seu bairro em busca de melhorias, da transformação do seu cotidiano e que esse não seja meramente constituído de atos rotineiros e repetitivos, mas que tenha o sentido social, que favoreça o contato, a proximidade, a relação entre seus atores, que fortaleça a sua convivência e, assim, a sua apreensão e apropriação do espaço e do lugar (CERTEAU, 2003, p. 187).

Para a comunidade do Canela esta adaptação a este mundo novo e diferente e as novas formas de relacionamentos não foi nada fácil, foi uma luta, que para muitos custou um preço bastante alto.

Que é a grande luta. Porque ... aquela vida assim de mais união entre nós, que lá a gente era mais unido, tinha mais tempo parece, né, que aqui você não tem muito tempo não. Você não tem tempo de sair pra casa de um amigo conversar, aqui, como diz a vizinha ali, "eu não quero cerâmica, eu quero é minha casa pra mim varrer igual lá no Canela, varreu, que essa cerâmica tem que jogar água, tem que jogar sabão, tem que lavar". E lá não tinha isso, esse negócio de cerâmica, você chega de manhã, você varria a casa ali, pegava o lixo, aí ia conversar, ia pra casa do vizinho conversar, ia pra roça pegar fruta né, e ajudar o pai na roça, buscar peixe, pegar peixe,

essas coisas. Era muito bom. Em termo de união eu acho que perdeu, perdeu. Muita gente também não veio pra cá mais, foram para outros lugares, né, e os que moravam aqui, muitos já mudou daqui também, já venderam, já mudou. É aquela relação de vida de capital mesmo. Você hoje, você não sabe o nome de seu vizinho que mora do outro lado, né?! Aqui nós sabemos porquê, eu sei porque aqui mora meu irmão, aqui mora minha irmã. Aqui no fundo morava meu primo, né, faleceu. Mas aqui ó, eu conheço por que... Assim de “bom dia, como é que vai?”, mas assim, pra ter aquela, aquela coisa, aquela amizade de você sair, de ir sentar lá, conversar, bater papo, conversar sobre as coisas que ta passando não tem. Igual morar em outra capital que você não conhece o vizinho do lado (ENTREVISTA, 07.03.2015).

Fica evidente a dificuldade encontrada pelos moradores do antigo Canela em socializar-se e inteirar-se neste contexto urbano estranho e complexo. Apesar de termos algumas declarações que falam de não haver problemas no convívio social na quadra, percebe-se o isolamento dos moradores, o que aliás é uma característica da cidade de Palmas e de muitas outras cidades. Assim, podemos dizer que houve um esvaziamento do cotidiano destas pessoas, o que influencia diretamente na sua qualidade de vida.

O desafio diante da situação que foi estabelecida para estes moradores é fazer com que não prevaleça um cotidiano cada vez mais esvaziado, fragmentado, sendo muitas vezes preenchido pelo ato de assistir televisão em contraposição à possibilidade de sociabilidade entre amigos e vizinhos. Só assim será possível o fortalecimento da sociabilidade, que se encontra enfraquecida, para que não ocorra um rompimento ainda maior das relações interpessoais, tão importantes para a realização da vida humana. Para tal, seriam necessários locais públicos atraentes para a convivência das pessoas, sobretudo os mais idosos, programas que atendam as necessidades destas pessoas e façam com que a sua vida tenha mais sentido e prazer.

3.4 – A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DA TRADIÇÃO RELIGIOSA

A cultura e a tradição religiosa tiveram e continuam tendo um papel muito importante para os reassentados do antigo Canela neste processo de reconstrução do cotidiano e do modo de vida na zona urbana e da preservação de traços da identidade da antiga comunidade. A cultura e a religiosidade popular são compreendidas e identificadas ora como um lócus de resistência à cultura dominante, ora como terreno onde as transformações sociais ocorrem. Neste sentido

as lutas culturais são vistas como incorporação, distorção, resistência, negociação e recuperação de uma realidade em transformação. A cultura e a religiosidade assumem assim o papel de identificação, seja como cultura dos oprimidos, seja como cultura das classes excluídas. Com isso busca-se consolidar a transformação da vida cultural, diante de uma necessidade de adaptação e adequação, que rompa com as formas puras e assuma uma forma própria diversa da original. Como resultado disso concebe-se uma visão de cultura popular mercantilizada e estereotipada (HALL, 2008, p. 248).

A cultura popular não é, num sentido "puro", nem as tradições populares de resistência a esses processos, nem as formas que as sobrepõem, mas o terreno sobre o qual as transformações são operadas...que não existe uma "cultura" popular" íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de dominação culturais. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas. (HALL, 2008, p. 249 e 255)

A comunidade Canela, mesmo na diáspora, longe do seu lugar de origem, buscou ao longo desses 15 anos manter a sua identidade e ser reconhecida através dos seus traços culturais e da sua religiosidade. Através do "Arraial da Integração" que, conforme anteriormente descrito, busca-se de entrosar os moradores oriundos do Canela com os demais moradores da quadra e de Palmas. Embora seja uma festa junina que também homenageia santos católicos, aqui ela não assume este caráter e não possui ritos e cerimônias religiosas. Essa festa apenas aproveita o espírito do período festivo no mês de junho para buscar a integração entre as pessoas. A Festa ao Divino, por sua vez, é para um público um pouco diferenciado. Esta é uma festa religiosa, uma tradição, ou seja, está mais relacionada à manutenção das tradições da Igreja Católica e da própria comunidade do Canela, visto que ocorre numa data não muito comum dentro do próprio calendário da igreja, ou seja, no segundo final de semana de julho.

O Arraial da Integração visa aproximar pessoas para que haja diálogo e se conheçam e também conheçam a história do Canela. A intenção é que a comunidade da quadra conheça um pouco da vida de cada uma dessas pessoas oriundas da Vila Canela. Os organizadores buscam patrocinadores, arrecadam

brinquedos para as crianças e servem comidas típicas da época da festa; tem quadrilha, tem pipoca, canjica, quentão, caldo, pamonha. A festa dura apenas uma noite. Acontece no centro comunitário da quadra, em algum dia do mês de junho. As comidas não são vendidas, mas distribuídas gratuitamente, apenas com a finalidade de integração e perpetuação da história e das tradições do Canela.

A celebração ao Divino Espírito Santo é elemento importantíssimo neste processo de adaptação e reconstrução deste cotidiano e modo de vida urbano, bem como da preservação da identidade cultural. Como festa popular de cunho religioso, tem sua origem no catolicismo português. Relatos de Portugal contam que a rainha Isabel e seu marido D. Diniz teriam feito no século XIV uma promessa de alimentar os famintos e oferecer a sua coroa ao Divino Espírito Santo em troca de paz. Nessa época Portugal e Espanha travavam uma guerra de quase cem anos. O objetivo foi alcançado e a promessa cumprida. Dessa forma teve início a devoção ao Divino Espírito Santo que se difundiu em solo português, chegando ao Brasil no século XVI (SANTOS, 2015, p. 159).

Pela tradição da Igreja Católica, a festa ao Divino deveria coincidir com o Domingo de Pentecostes no calendário eclesiástico, que ocorre exatamente 50 dias após a Páscoa. Entretanto, a Páscoa é uma data móvel dentro do nosso calendário, logo o Pentecostes também o é, acontecendo normalmente no mês de maio. No Brasil, no entanto, estes festejos ou folias ocorrem em datas variadas. No Estado do Tocantins acontecem de janeiro a julho, de acordo com as características e peculiaridades de cada localidade. Várias cidades se destacam pela importância e grandiosidades desta festa, entre elas está Monte do Carmo e Natividade. Em Monte do Carmo a celebração ao Divino Espírito Santo foi conciliada com a festa da padroeira da cidade, passando a ter data fixa para a sua realização, dia 16 de julho, enquanto que Natividade mantém a tradição da data móvel.

No Tocantins, assim como no restante do Brasil, a religiosidade popular é praticada, de modo geral, pelas pessoas de grupos minoritários e de menor poder aquisitivo, basicamente indígenas, mestiços e negros. A religiosidade e devoção a partir das festas ao Divino e outras constituem eventos que movimentam de maneira significativa a vida social e o calendário festivo de muitos municípios. Essas festas representam, em muitos lugares, a maior referência religiosa e cultural, o que é

motivo de orgulho para significativa parte das comunidades locais. (MESSIAS, 2010, p.190).

Segundo Amaral, a comemoração da Festa ao Divino é certamente uma herança portuguesa no Brasil, tendo início nas áreas de mineração do ouro, entre Minas Gerais e Goiás. A crença no Espírito Santo é reconhecida como um dos principais focos das formas de religiosidade popular do Centro-Oeste, contrariamente ao que acontece no Nordeste e Sudeste do país, onde outros santos padroeiros, como os juninos, ocupam o lugar que no Brasil Central se destina ao Divino. Diz-se ainda que a festa está intimamente ligada ao período da mineração de ouro e se conservou especialmente nas velhas cidades goianas do século XVIII, sendo rara e pouco solene nas cidades que foram fundadas depois do ciclo do ouro. Muitas outras comunidades no Maranhão, Tocantins e em vários outros estados também a celebram (AMARAL, 1998, p. 200).

Por fazer fronteira com o estado do Maranhão, o Tocantins recebe influência direta de sua população e de sua cultura. Muitos moradores do Canela se referem ao Maranhão como o estado de onde partiram os primeiros moradores que deram origem à comunidade, trazendo, certamente, as tradições culturais dos seus antepassados. Ao analisar a temática das perseguições religiosas e festas populares, verifica-se que a sociedade brasileira, e maranhense, nos tempos da colônia e do império, era profundamente marcada pela presença de confrarias e irmandades religiosas católicas, o que explica a perpetuação desta festa também nesta comunidade (FERRETI, 2007, p. 4-6).

Diante do exposto acima, fica evidente que a festa ao Divino Espírito Santo não é exclusiva da comunidade Canela. No Tocantins além das cidades de Monte do Carmo e de Natividade, reconhecidas como as que realizam as principais festas ao Divino no Estado, pode-se incluir as cidades de Arraias e Palmas. Atualmente a festa faz parte do Plano Urbanístico e do calendário festivo cultural da capital, mais precisamente na quadra 508, do setor norte. Infelizmente, a divulgação deste evento e a participação da comunidade em geral não são intensas.

Ao abordar a simbologia presente na crença das pessoas no Divino Espírito Santo, Amaral (1998, p. 202), destaca que apesar de existir um culto pessoal ao Divino, ele não tem atributos específicos, ou seja, não tem um dom específico de

cura ou proteção, como é o caso de São Judas Tadeu que atende a causas perdidas, ou Santo Antônio, que protege os enamorados e é conhecido como o “santo casamenteiro”. Por esta razão, ao Divino tudo se pede, embora ele perca em quantidade de promessas e votos para outros santos. Finalmente, o Divino Espírito Santo não tem culto institucionalizado por parte de algum segmento social, seja classe, profissão ou etnia, possibilitando assim uma liberdade e variação nos ritos de uma comunidade para a outra.

O cantor e compositor Ivan Lins, em 1978, na letra da música “Bandeira do Divino”, consegue expressar de forma clara o sentido dessa devoção. Vejamos:

“Os devotos do Divino vão abrir sua morada

Pra bandeira do menino ser bem-vinda, ser louvada, ai, ai

Deus nos salve esse devoto pela esmola em vosso nome

Dando água a quem tem sede, dando pão a quem tem fome, ai, ai

A bandeira acredita que a semente seja tanta

Que essa mesa seja farta, que essa casa seja santa, ai, ai

Que o perdão seja sagrado, que a fé seja infinita;

Que o homem seja livre, que a justiça sobreviva, ai, ai

Assim como os três reis magos que seguiram a estrela guia

A bandeira segue em frente atrás de melhores dias

No estandarte vai escrito que ele voltará de novo

E o Rei será bendito, ele nascerá do povo, ai, ai” (SANTOS, 2015, p. 163).

Figura 24: Foliões saudando a bandeira do Divino, na quadra 508 Norte, em 2015.



Fonte: Arquivo próprio

Neste sentido, pode-se constatar o que Amaral diz,

A Festa do Divino coloca dentro de sistema de ações de trocas e serviços, pessoas socialmente diferenciadas em posições também diversas e muitas vezes interdependentes. E neste processo ocorrem a socialização e a construção de novos valores, bem como a preservação de uma identidade cultural e religiosa. Pode-se mesmo dizer que é sobre estas trocas simbólicas de modos de participação que se constitui, na prática, a Festa do Divino. Ela instaura uma transformação não apenas na vida da sociedade local como também na vida pessoal dos participantes, como de resto acontece com todas as festas, mas especialmente com as festas devocionais. Aqueles que se comprometem com os festejos do Divino redefinem-se, uns para com os outros, ao se integrarem a um sistema de posições e relações que apesar de algumas vezes derivarem de relações que acontecem em outras áreas da sociedade local, somente possuem valor dentro da situação da festa e de seus vários rituais. Isto significa que empregado e patrão, por exemplo, podem ter seus papéis invertidos, reforçados ou anulados no sistema religioso da festa (AMARAL, 1998, p. 203-204).

Figura 25: Devotos saudando a bandeira do Divino, na quadra 508 Norte, em 2015



Fonte: Arquivo próprio

Ainda no antigo Canela, no ano de 2000, foi realizado durante a festa ao Divino Espírito Santo, um ritual de agradecimento que marcava a despedida dos moradores do seu lugar de origem. A comunidade fez uma exposição relatando a história do lugar e o modo de vida de sua população. Os festejos no Canela significavam, além do momento de reencontro das famílias, a comunhão na fé que permitia a união da comunidade, a sua identidade enquanto grupo. Estas práticas de natureza ritual e simbólica, têm por objetivo perpassar para as próximas gerações certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado e a busca de perpetuar esta prática (HOBSBAUM, 1997, p. 9).

Com a transferência para a cidade de Palmas esta festa deixou de ser celebrada por alguns anos, devido ao tumultuado processo pelo qual a comunidade passou. Contudo, em 2004, a comunidade do Canela, incentivada pelo o Padre Lívio, um alagoano recém chegado à paróquia, retoma a festa de forma tímida e saudosista. O padre estimulou a comunidade a retomar a festa como uma forma de levantar a autoestima da população através do resgate das suas tradições. Durante

o período da realização da festa, foram realizadas algumas reportagens nos jornais e na televisão local que noticiaram o acontecimento e ao mesmo tempo lamentavam a preocupação com a insignificante participação da população palmense na festa, o que demonstrou a falta de conhecimento da maioria dos moradores sobre a existência da comunidade, mas por outro lado despertou a curiosidade.

Os moradores que vivenciaram “os festejos” no local de origem, destacam a importância desta tradição para suas vidas, mas também ressaltam que mesmo existindo a festa na quadra atualmente, conforme está demonstrado nas figuras 24 e 25, no antigo Canela tudo era melhor, a frequência e a animação eram maiores, regadas a licor de Genipapo e iluminadas com velas de cera de abelha e lampiões. É importante destacar que para os mais jovens, a festa atual é a que eles conhecem e, que neste caso, é a antiga tradição que está sendo reinventada. Bernardete analisa a festa e as mudanças ocorridas nesta transferência para o setor urbano da capital.

Bom, ficou muito... Ficou um pouco diferente porque lá era mais é... Lá era mais liberal, não precisava muito assim de financeiro, né?! Agora aqui não, a igreja precisa do financeiro né, pra ajudar, tem que colocar um secretário, tem que colocar uma pessoa pra fazer a limpeza da igreja, tem que pagar energia, tem que pagar água. Agora lá não, lá era liberal. Festa lá, cada um fazia sua barraca, a gente amanhecia o dia, aqui não pode. Tem só o Centro Comunitário, você tem que ficar só ate um certo tempo, né?! Teve muita gente que já brigou, já brigou com padre porque não pode, porque não pode ficar ate amanhecer o dia, né, e o povo não quer, o povo quer que seja igual no Canela, né?! Lá no Canela tinha mais espaço pra andar com o mastro, o mastro andava muito tempo, e o povo correndo com esse mastro e... E aqui não, aqui é só um espaçozinho ó, só pra não acabar mesmo a tradição, né?! Mas é assim mesmo, ta levando, a folia é muito bonita, a folia, os foliões vêm, o Imperador coloca a folia todo ano, né, a folia vem, gira na casa das pessoas, a gente dá... Eu gosto demais. Sempre eu dou pouso aqui em casa pra folia. Ah, mas é bom. Aí acaba de noite eles vão cantar roda, vai cantar. Lá era muito bom, era muito lugar que fazia festa. Aí amanhecia o dia essa festa, a gente só ia pra missa, voltava, e ia pra essa festa de novo e amanhecia o dia no outro dia. Era gostoso, muito bom (ENTREVISTA, 07.03.2015).

Assim como outros moradores, a senhora Teresinha também fala da festa comparando como era no povoado e como é agora na quadra 508 Norte.

Participava e hoje aqui eu participo também, que aqueles festejos eles continua a mesma coisa de lá, não é igual lá sabe? É muito diferente, não é igual lá, mas existe o festejo aqui e eu faço parte todo ano do festejo. Mudou a cultura, mudou demais, não é a mesma cultura de lá sabe, lá era diferente, o festejo de lá era tipo assim uma romaria, você vê, vinha gente,

ficava era semana fazia aquelas barraquinhas, ficava em casa de família, eles ficava era semana depois da festa, uma semana antes da festa. E a cultura era diferente também sabe? É que o povo daqui reclama quando tem a festa aqui, aquele povo antigo que vem de longe, que conhece o festejo, vem por tradição, vem por conhecimento. Porque o festejo daqui é feito famílias, parentes e amigos sabe, é quem faz essa festa. Muita gente vem de longe porque aí encontra os conhecidos sabe, é aonde encontra todo mundo. Porque a tradição ainda continua por isso, porque o povo vem por consideração, e dizer assim, “não, eu vou encontrar o pessoal antigo que eu via no Canela, eu vou vê lá”. Mas só que é muito diferente aqui sabe? Você não pode mais fazer uma festa dançante até o dia amanhecer igual lá, lá amanhecia o dia, só família, só casal brincando. Aqui não pode. Se você liga o som aqui quando é duas horas da manhã, duas e meia, três horas você tem que desligar porque o povo já tá reclamando e lá não existia isso sabe? (ENTREVISTA, 14.03.2015).

Entretanto, a festa na quadra dos moradores do Canela, em Palmas, acontece seguindo-se os mesmos moldes do ritual que antes era praticado no lugar de origem da comunidade, com as limitações e empecilhos. Obviamente que o clima rural favorecia a atmosfera de romantismo e oferecia mais liberdade aos participantes. Por outro lado, é provável que as inovações tecnológicas na qualidade do som e no próprio visual, ou seja, a modernização possa estar dando mais qualidade técnica a festa. Após celebrações na igreja, como é de praxe, um grande número de pessoas se dirigem ao pavilhão construído ao lado da igreja para dançarem e comerem ao som de músicas dos mais diferentes estilos, além das apresentações da catira, dança típica da região centro-oeste.

Os festejos ao Divino, atualmente, continuam acontecendo no mês de julho em frente à Igreja Católica da quadra na qual está reassentada a comunidade. A Paróquia da comunidade é denominada de Santa Terezinha, que já era a padroeira da comunidade no Canela e que já dava nome a paróquia. Ao lado dessa igreja existe um pátio no qual se realiza parte da festa. Depois desse pátio, foi construída uma Igreja Evangélica que, segundo os moradores, só duas famílias do Canela frequentam, sendo a maioria dos fiéis desta igreja de fora da comunidade.

Embora muitas sejam as queixas e saudosismos dos moradores do Canela em relação a festa ao Divino, depois da realocação da comunidade, existe a preocupação em seguir os mesmos rituais anteriormente praticados durante “o festejo”. Tal qual acontecia no antigo Canela, os preparativos da festa começam com as novenas, nove dias antes da festa, que se encerram com a abertura da festa na Igreja. O que mudou na área urbana foi a estrutura física, os mastros que ficavam

mais distantes, no antigo Canela, proporcionando uma caminhada mais longa até a igreja, agora ficam ao lado da igreja devido a um condomínio de casas que foi construído ao lado da igreja. Na foto a seguir (Figura 26) podemos constatar este fato.

Figura 26: Igreja Católica e condomínio residencial.



Fonte: Arquivo Próprio

A presença de uma igreja evangélica na quadra onde está assentado o pessoal do Canela, é uma novidade que está diretamente presente na vida dos moradores. Dona Lourdes comenta que esta igreja é frequentada em sua maioria por pessoas de fora da comunidade e que apenas duas famílias do Canela são evangélicas e participam dos cultos. Mas é preciso agora respeitar estes novos vizinhos, ter respeito pela crença e pelo espaço do outro. Em virtude disso, fogos de artifício e música alta tiveram que ser abolidos ou adequados as exigências da vida urbana.

A foto a seguir (Figura 27) mostra a realidade da rua onde se concentra a realização da festa ao Divino. No primeiro plano está o templo da Igreja Evangélica

Assembleia de Deus, Ministério Madureira. Uma denominação religiosa da linha pentecostal, com hábitos, crenças, regras e práticas que se diferenciam bastante das do catolicismo, o que não impede o convívio harmônico e respeitoso. Em segundo plano aparece o telhado do barracão construído para a associação, onde ocorre a parte social do festejo. Em terceiro aparece a Igreja Católica e mais ao fundo o condomínio residencial.

Figura 27: Rua principal do festejo na quadra 508 Norte.



Fonte: Arquivo Próprio

O festejo do Divino segue um ritual e um organograma muito interessante e bem definido. Nem sempre tudo ocorre conforme o cronograma estabelecido, mas existe a preocupação, por parte dos organizadores, para que nada esteja muito fora do estabelecido. Segue o roteiro da festa seguido anualmente.

O Roteiro da Festa

1- O primeiro dia da festa – Sexta-feira:

- Às 15h são levantados os mastros ao lado da igreja. (Mastro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - padroeira da comunidade).

Às 19h, o cortejo com o Rei, a Rainha e o Capitão do Mastro de Nossa Senhora segue para a igreja.

- Às 19h30min, acontece a missa de posse.

- Às 20h30min, é o momento da parte social da festa, a quermesse no Centro Comunitário com leilão, pescaria, comidas típicas, barracas, músicas e shows.

2- O Segundo dia da festa – Sábado:

- Às 8h30min, o cortejo com o rei, rainha e capitão do mastro sai em direção a igreja com a participação da banda de música da Polícia Militar.

- Às 9h, é celebrada a missa solene de Nossa Senhora.

- Às 10h30min, é o intervalo onde se toma o licor de jenipapo com bolo. Para algumas pessoas, que preferem levar para casa, o licor é colocado em garrafinhas de plástico.

- Às 12h, é servido o almoço e logo em seguida começa a festa profana com dança que segue até a tarde.

- Às 15h, é o momento do levantamento do mastro do Divino.

- Às 19h, segue o cortejo do Imperador e do Capitão do mastro do Divino até a igreja.

- Às 19h30min, é celebrada a missa de posse do Imperador e do Capitão do mastro do Divino. O padre espera a corte e seus súditos à frente da igreja. O padre começa o sermão ainda fora da igreja falando a todos que se encontram com velas acesas e muitos fogos. O padre passa a capa para o novo imperador e abençoa a todos. Depois ordena que a bandeira do Divino passe sobre as cabeças dos imperadores para começar a celebração. É chegada a hora de erguer o mastro como é tradição. A tradição é que o capitão deve se segurar em cima do mastro sem cair, enquanto os outros vão balançando o mastro para provocar a sua queda, ele deve se segurar até enquanto puder. Uma brincadeira que dura poucos minutos.

- Em seguida é iniciada a parte social no Centro Comunitário com baile.

3- O Terceiro dia da festa – Domingo:

- Às 8h30min, sai o cortejo do Imperador e do Capitão do mastro do Divino com a banda da Polícia Militar.
- Às 9h, tem a missa solene do Divino.
- Às 10h30min, confraternização, quando se toma o licor de jenipapo com bolo.
- Às 12h, é servido o almoço e logo em seguida começa a festa profana com dança que segue até a tarde e muitas vezes até algumas horas da noite.

A missa de encerramento do festejo é concluída com o canto final intitulado “*Meu Divino Espírito Santo*”.

Depois da missa tem a chamada “leitura da sorte” para definir quem será o festeiro do próximo ano, ou seja, a pessoa que organizará a festa. Alguns nomes são indicados e escolhidos antes da festa começar e estes são colocados na lista para rei, rainha e imperador e o sorteio é realizado por uma criança da comunidade, na igreja, no encerramento da celebração final.

Em julho de 2015 foi celebrada a festa de número 78 da comunidade Canela, o que torna este um evento consolidado e que possui história. Apesar disso e embora conste no calendário das festas populares da Prefeitura Municipal de Palmas, a festa ao Divino na quadra do Canela ainda não foi incorporada pela cidade de Palmas como uma festa na qual a população participe ativamente. É um acontecimento restrito aos moradores da quadra e a alguns de seus familiares que para lá se dirigem durante os dias de confraternização.

Observa-se, no entanto, que mesmo com as adversidades que essas manifestações culturais enfrentam diante da imposição de novos costumes trazidos pela vida urbana, as festas ainda são elementos fundamentais na preservação da identidade de um povo, servindo diretamente para fortalecer seus laços de comunhão através do resgate da memória e da tradição. É a tentativa de manter vivo aquilo que tanto valor possui para dar sentido e mais prazer à vida e procurar perpetuar estes valores através das gerações. Apenas não é possível prever até quando estes traços da identidade continuarão a ser preservados e vivenciados.

3.5 - O DUALISMO: DA NOSTALGIA AO OTIMISMO

Coexistem as visões sobre as novas possibilidades de crescimento da população e de preservação dos traços da identidade do modo de vida da

comunidade Canela, com as oportunidades que a cidade oferece e por outro lado, o sentimento nostálgico e de saudade do tempo passado no qual a vida transcorria de forma simples e com muita tranquilidade.

Fica evidente um discurso que oscila entre a nostalgia do antigo Canela e as lembranças das dificuldades enfrentadas no lugar, ao mesmo tempo em que são relatadas as perdas e ganhos obtidos com a mudança para a cidade. Dessa forma, podemos dizer que a afirmação de uma identidade Canela está na razão direta do significado dado às perspectivas de vida no novo espaço urbano de Palmas.

De um lado está um cotidiano e um modo de vida que deixou saudades e marcas profundas nas pessoas, sobretudo nos mais idosos e de outro, a realidade de que não há possibilidade de voltar e é preciso reconstruir a vida do dia a dia e adaptar-se ao novo cotidiano e inserir-se, o quanto mais possível, no modo de vida urbano.

CAPÍTULO IV

4- O COTIDIANO DA COMUNIDADE CANELA E SUAS PERSPECTIVAS

“O Canela se acabou, mas o nome está no coração de cada um de nós que morou lá. Acho que jamais a gente vai esquecer disso”.

A declaração acima, proferida pelo senhor Joaquim Batista, de 90 anos, o ex morador do Canela mais idoso ainda vivo, resume e representa o sentimento dos moradores mais antigo do povoado. A saudade, as marcas e o sentimento do lugar especial estão gravadas e vivas na memória de todos.

Apesar disso, é necessário afirmar que aquele cotidiano e modo de vida pacato de uma comunidade ribeirinha não existe mais e não poderá mais ser restaurado, reconstruído ou recuperado.

Esta comunidade sofreu dois impactos grandes na sua cotidianidade. O primeiro foi com a construção da cidade de Palmas. Este foi parcial, pois mudou parcialmente a vida desta comunidade com o contato com os vizinhos da mais nova capital, do mais novo estado da federação. O segundo impacto, com a construção da UHE do Lajeado e o surgimento do reservatório, foi decisivo e definitivo, pois acabou com aquele cotidiano e modo de vida e forçou a comunidade a construção de uma nova vida no setor urbano da capital. Além disso, este segundo evento, desmembrou a comunidade em núcleos dispersos, pois nem todos foram reassentados no mesmo local.

O Canela, neste caso, figura no cenário das comunidades locais como um povoado que, ao sofrer fortes impactos devido à construção da cidade de Palmas, e, posteriormente, com a inauguração da UHE, tem sua história e seu cotidiano alterado pela inevitável realocação para outro espaço. Esse fato se configurou como uma espécie de entrada na modernidade, ao mesmo tempo em que criou condições que forçaram a invenção de uma nova identidade e obrigatoriamente um novo modo de vida.

As consequências de uma ruptura social da comunidade removida e a entrada de moradores de diferentes locais da cidade para a quadra 508 Norte podem revelar decorrências inevitáveis e inesperadas. O que se observa é que não

há participação das camadas populares na elaboração e construção dos projetos de construção de hidrelétricas e o estudo sobre os deslocamentos de populações. A maioria destes programas acabam por não considerar as práticas usuais, os vínculos comunitários e a história local, já que a população removida não é ouvida na elaboração do projeto. Neste processo, apontamos como as mudanças decorrentes da remoção para estes novos territórios podem afetar o sentimento de pertencimento e o espírito comunitário existentes anteriormente. A coexistência forçada da comunidade com grupos heterogêneos nas suas origens sociais e culturais, deslocados para um espaço social comum causa impactos e alterações profundas no modo de vida. Neste sentido, é essencial dar continuidade a estudos sobre este tema, buscando entender os processos de mudanças e continuidade das identidades culturais dos moradores removidos e da reconstrução de seu cotidiano e modo de vida, partindo da experiência de moradores que vivenciaram processos de realocação. Somente assim pode-se compreender cada vez melhor a amplitude deste processo e alertar aos empreendedores e a sociedade em geral quanto aos cuidados e providências que necessitam ser tomadas para dirimir estes impactos. (ARRUDA, 2013, p. 71-84).

Caso fossem feitos estudos mais coerentes e profundos de cada comunidade nesta situação, por parte dos empreendedores, e houvesse orientação aos moradores a serem reassentados, os impactos poderiam ser minimizados. No caso desta comunidade do Canela, caso ela fosse reassentada numa zona rural, com proximidade a um rio, não haveria uma ruptura total no cotidiano e modo de vida e a readaptação e reconstrução da cotidianidade teria ocorrido de forma muito mais tranquila e menos traumática para os moradores, em especial aos mais antigos e tradicionais.

Por ser demasiadamente complexa a realização de tais estudos e análises e, obviamente, menos oneroso, a escolha do empreendedor foi de tentar anular as especificidades e peculiaridades da comunidade, operando com fortes mecanismos homogeneizadores ao longo de todo o processo. Descrever o sentimento e a dor destas pessoas, passado tanto tempo da experiência vivida, torna-se ainda mais difícil, mas é fundamental fazer esse esforço reflexivo de resgate desta experiência vivenciada por esta comunidade para que sirva de lição e advertência para futuros

empreendimentos. Pois a desinformação é uma mecanismo de injustiça e para combater isso nada melhor do que o estudo e a divulgação destas realidades vivenciadas por esta comunidade.

A busca pela preservação de traços da identidade e a perpetuação do Canela, como comunidade, pode ser compreendida como parte de uma estratégia de sobrevivência frente às novas demandas geradas a partir da convivência com os valores, costumes e problemas advindos da dinâmica no cotidiano na cidade de Palmas, como podemos ver no depoimento a seguir de Maria de Lourdes,

A comunidade agora, nesse momento, assim no decorrer do tempo, muita gente que era revoltada parece que começou a acostumar um pouco, que até mesmo é uma coisa que tem que acostumar porque daqui agora a gente não tem mais jeito nenhum de sair pra outro lugar, a não ser que venda a casa que tem, não é? Mas ainda continua aquela parte de reclamação, até mesmo de rejeição. Eu sinto que a nossa comunidade hoje, é assim um pouco excluída porque nem nos programas sociais aqui não é mais incluída, inclusive quando a gente morava no Canela na época de distribuição de cestas básicas, sempre era tirada uma quantia para lá. A gente fazia o cadastro daquelas famílias mais carentes e as famílias de lá também eram beneficiadas com esse programa, só que agora, eu estive uma vez na Secretaria de Ação Social e reclamei e o que me falaram é que tiveram aqui olhando, e pelas casas aqui não pode ser incluído nesse programa, e eu até questioneei, falei: Eu acho assim que vocês não podem ver só o problema da casa, até mesmo porque aqui a gente não podia construir uma casa de palha e de adobe igual a que tinha lá. Vocês sabem que essas casas que tem aqui hoje, foram construídas pela empresa que tirou a gente do Canela e tinha um padrão para serem construídas que até mesmo que eles não podiam construir qualquer barraquinho, não é? E antes de tudo o que vocês deveriam fazer para depois excluírem aquelas pessoas que tanto precisam, era fazer um levantamento de casa em casa para ver do que eles vivem hoje, porque não adianta nada olhar que é uma casinha mais bonita, mas ele está passando fome, a luz dele cortada e para religar precisa a comunidade fazer campanha, arrecadar alguma quantidade em dinheiro para religar. Então eu acho assim muito constrangedor (ENTREVISTA, 28.02.2015).

A noção do Canela como uma “comunidade”, conforme seus moradores, demonstra a necessidade de manutenção dos laços de coesão entre os membros do grupo para buscar melhorias na qualidade de vida de sua população e para fortalecer as suas reivindicações frente a Investco e a Prefeitura de Palmas. Esta unidade e mobilização propicia mais visibilidade e, por conseguinte, evidenciam as dificuldades e necessidades deste grupo social.

Neste sentido as comunidades tradicionais que, por serem consideradas como em situação de vulnerabilidade ou “carentes” e que, muitas vezes, são

beneficiadas por programas governamentais, tendem a adotar uma narrativa de vitimização a fim de legitimar suas demandas frente aos governos. Tudo indica que esta é uma “estratégia” que é conduzida primeiramente pelas lideranças que persuadem os demais membros do grupo, como é possível constatar em alguns dos depoimentos citados anteriormente. Trata-se, portanto, do uso da situação de grupo minoritário e fragilizado que privilegia uma postura de sensibilização e consternação na mobilização frente a órgãos públicos, a mídia e a sociedade em geral. Esta postura e estratégia pode não parecer a mais correta e ética, mas é a forma que a comunidade encontra para tentar alcançar benefícios que foram prometidos por ocasião da transferência (ULBRA, 2009, p.149).

Diferente das comunidades quilombolas e indígenas cujas demandas se legitimam por razões “históricas”, esta postura e narrativa de vitimização usada pelos moradores do Canela, tem sua motivação a partir das consequências advindas dos impactos causados pelo remanejamento da comunidade devido a formação do reservatório da UHE. Neste sentido, a valorização da memória e dos legados imateriais destes grupos específicos, passam a ser um instrumento a partir da qual os indivíduos e grupos consolidam um sentido de vida e negociam suas relações sociais e reivindicações. É uma estratégia na qual a justiça em virtude de alguma culpa por atos passados é apresentada como meta final, o que leva a constituir uma conotação de vitimização (SORJ, 2007, p. 273).

O discurso dos membros da comunidade Canela, em várias circunstâncias, pode ser considerado uma narrativa de vitimização. Portanto, no momento em que essa comunidade – na condição de vítima - busca um responsável pela culpa e suas motivações, busca, simultaneamente, alternativas e condições para reconstruir sua história e assim, modificar a realidade na qual se encontra.

Não há como negar que esta comunidade foi vítima de todo um processo de desenvolvimento e modernização do mundo em que vivemos. Esta comunidade, de certa forma, estava no meio do caminho do que se denomina progresso no mundo capitalista e consumista no qual estamos inseridos. E, por isso, sofreu os impactos reiteradamente mencionados.

O Canela existia na região antes da criação do estado do Tocantins, sendo reconhecida pelo estilo de vida de uma população ribeirinha. Esta comunidade vai

se transformando juntamente com as mudanças que ocorrem depois da fundação do estado e que impõem para os moradores a convivência com outras culturas, com a urbanização e transformação que ocorre com a construção de Palmas, a capital do estado, e chega ao seu grau maior com a formação do reservatório e inauguração da Usina Hidrelétrica.

Cada etapa histórica dessas, trouxe diferentes impactos, novas expectativas e perspectivas, marcadas sempre pelo discurso ilusório do desenvolvimento e do progresso para a população do Canela. A nova situação fez com que os moradores se mobilizassem para defender os seus direitos recorrendo à memória de suas tradições e à história do lugar. É neste sentido que se dá a construção de um novo modo de vida, sempre buscando preservar traços da identidade de representação do grupo frente ao restante da população da quadra e da capital.

Apesar desta busca é preciso reconhecer que mudanças impostas com a construção de Palmas e o posterior deslocamento para a zona urbana, causaram transformações e alterações irreversíveis, mas trouxeram também para a comunidade a conscientização da necessidade de reafirmarem os seus traços culturais e assim, preservar a sua identidade comunitária, suas tradições e traços do seu modo de vida ribeirinho. A partir dessas mudanças, foram elaborados mecanismos que levaram a comunidade Canela a ser reconhecida como pertencente a um lugar diferenciado dos demais habitantes de Palmas. Nesse sentido, a retomada da Festa do Divino Espírito Santo, da celebração da padroeira da comunidade e das folias serviu como marcador simbólico dessa reafirmação. À medida que a comunidade vai se deparando com problemas e ameaças, trazidas com o reassentamento, e com os novos empreendimentos que interferem diretamente na vida dos seus moradores, vai reafirmando também a sua luta, como sujeitos da história, buscando o reconhecimento e as melhorias para a qualidade de vida.

Esta luta é percebida e fica evidente através de declarações dos moradores do antigo Canela bem como da percepção obtida nas vivências e mobilizações da comunidade. Confirmando a informação acima, João da Cruz, 49 anos, ex morador do Canela e líder comunitário, acrescenta

Foi lá no Canela onde baixou o primeiro avião para atender a comitiva para a fundação de Palmas, então esse povo foi hospitaleiro, a gente cedeu a localidade para que formasse o lago. As pessoas do Canela receberam essa comitiva para que eles fundassem Palmas aqui, deu total suporte de hospitalidade. Eu acredito que essas pessoas deveriam ter mais respeito com a comunidade de Vila Canela, ter dado mais apoio. O que aconteceu? Na época do remanejamento o governo não deu nenhum suporte que ele poderia. O Ministério Público é para isso e não fez o seu trabalho completo, foi incompleto, ele era para estar orientando cada morador dizendo: Os seus direitos são esses, os seus direitos são aqueles. Ninguém era obrigado a aceitar uma casa, ninguém era obrigado a vender, mas a empresa trabalhou, foi trabalhando, foi enfraquecendo o grupo e aquela tem pessoas que venderam sua moradia que não dava nem para comprar um terreno aqui. Mesmo que comprasse um terreno ia construir o quê? Pessoas humildes, simples, sem conhecimento (ENTREVISTA, 10.03.15).

Na realidade urbana atual, outros conflitos, problemas e desafios passaram a fazer parte da rotina dos moradores e são vivenciados e elaborados a partir da nova realidade que as circunstâncias do momento atual exigem.

Passados 15 anos, desde a transferência da comunidade para o setor urbano de Palmas, várias das reivindicações da comunidade Canela continuam presentes e sem solução até agora. Muitas são as queixas pela falta de infraestrutura na quadra e pelo abandono por parte do poder público e do grupo construtor da UHE do Lajeado. Estes por sua vez se eximem da responsabilidade e a atribuem sempre ao outro a culpa pela situação vivenciada.

A empresa Investco realizou campanhas anuais até o ano de 2006, para detectar problemas e atender as reivindicações dos moradores, mas atualmente não mais se responsabiliza pela quadra, pois afirma ter cumprido a sua parcela no acordo. O poder público alega não ter verbas para realizar as obras e faz promessas vagas para o futuro.

Neste contexto a comunidade é forçada a inventar-se e adaptar-se a um novo cotidiano e modo de vida frente às demandas que a nova realidade lhe impõe. Nesse processo, são levados a se adequarem a novos códigos de conduta, novos costumes e a uma espécie de normalização no novo ambiente que, mesmo confrontados pelo estranhamento dessas novidades, acabam assimilando-as lentamente como forma de aceitação e interação com a população da capital.

É importante lembrar que, ao se transferir para Palmas, a população do Canela não foi alocada no mesmo espaço. A maioria está na parte do Plano Urbanístico da cidade, enquanto algumas famílias permaneceram na zona rural e

outras foram realocadas na extremidade sul da capital. A festa ao Divino, foi a forma encontrada pela comunidade para reunir a grande maioria das famílias, dos diferentes lugares em que foram reassentados, para dar a eles um sentido de pertencimento, mesmo não ocupando fisicamente a mesma quadra. O desmembramento em lugares geográficos distintos, por si só, já foi um fator que enfraqueceu a comunidade e dificultou ainda mais a preservação da comunidade e sua identidade. Alguns líderes continuam lutando e trabalhando para que traços da comunidade sobrevivam, mas há incertezas de que até quando isto será possível.

O certo é que quando alguém vai para a quadra 508 Norte, onde está a maioria das famílias que moravam no Canela, não encontra o Canela. Encontra uma quadra em estado de abandono e que não possui a infraestrutura básica que já havia no Canela. Pois, apesar da proximidade com o centro da capital ainda não possui uma infraestrutura de macrodrenagem, esgoto e pavimentação asfáltica. E a parte central da quadra, onde deveria estar uma praça, para esporte e lazer, o abandono se torna mais visível ainda. O que ainda preserva resquícios de lembranças do antigo Canela é a escola (Figura 28), que manteve o seu nome preservado – Daniel Batista, o posto de saúde, e principalmente, por algumas pessoas, como a professora Maria de Lourdes que tentam manter unida essa comunidade, principalmente em torno da igreja. Aliás, a igreja e a escola ocupam o papel de pontos de convergência e de convivência das famílias na comunidade. Entretanto, é nítido e notório que não é a mesma coisa, a participação e o convívio não é o mesmo, principalmente pelo desmembramento da comunidade por ocasião do reassentamento e pelo fato de que a maior parte da população da quadra não possui vínculos com o Canela.

Figura 28: Colégio Daniel Batista, lembrança do Canela.



Fonte: Acervo próprio

É interessante mencionar e destacar o papel da igreja e da escola para a comunidade. Estas instituições têm sido o espaço mais apropriado e disponível para os encontros, seja em reuniões da associação, seja para os festejos religiosos que aproximam a população fortalecendo os laços de coesão do grupo. A professora Lourdes é uma liderança presente em praticamente todas as ações comunitárias. Sua preocupação e esforço em manter a comunidade unida é visível, sempre visando fazer valer as tradições do povo do Canela diante do poder influenciador das novidades trazidas pela dinâmica modernizante da cidade de Palmas.

A realidade que precisa ser admitida e realçada é a de que a comunidade do Canela foi “engolida” pela quadra 508 Norte e por Palmas. Como já mencionado anteriormente, com a construção de Palmas a comunidade do Canela, ainda na situação de comunidade ribeirinha, já teve fortes alterações no seu cotidiano e modo de vida. Com o deslocamento compulsório para dentro do setor urbano a

desintegração do modo de vida desta comunidade foi praticamente completo, restando apenas resquícios.

Figura 29: Vista aérea da Quadra 508 Norte em fevereiro de 2016.



Fonte: Googlemaps

Em 2001, quando do reassentamento, as 51 famílias trazidas para a quadra 508 Norte, eram praticamente os primeiros e únicos moradores desta quadra. Atualmente as 37 famílias que ainda residem nesta quadra possuem uma representatividade ínfima diante do restante da população. A quadra 508 Norte está praticamente habitada em sua totalidade dos lotes e possui dois condomínios

residenciais compostos de apartamentos. A ampla maioria dos 223 terrenos da quadra possui edificações residenciais habitadas, conforme mostra o mapa da figura 29, há um condomínio popular com 58 apartamentos (Figura 30) e outro condomínio de classe média com 430 apartamentos (Figura 31). Neste universo, desta quadra, a representatividade das 37 famílias do antigo povoado Canela é uma minoria esmagadora e de significância muito pequena. Os moradores mais recentes da quadra NE possuem conhecimento de que esta antiga comunidade foi reassentada ali. O que dizer então da cidade de Palmas como um todo?

Figura 30: Residencial San Pietro na Quadra 508 Norte.



Fonte: Acervo próprio

Figura 31: Residencial Trianon da Quadra 508 Norte



Arquivo: Acervo próprio

Neste sentido é possível afirmar que o desmembramento do povoado em vários núcleos de reassentamentos e o reassentamento de uma comunidade ribeirinha no setor urbano da capital foram fatores preponderantes para a destruição de um cotidiano e modo de vida e a necessidade desta população se adequar, adaptar e enquadrar em uma nova realidade sociocultural e ambiental. Restando apenas a memória do antigo Canela e a lembrança e a saudade daquele lugar que era tão caro para seus habitantes. Resta o empenho das pessoas da comunidade em fazer valer a sua identidade apropriando-se da memória e das tradições do Canela, frente aos desafios do novo espaço que ocupam e das relações sociais que marcam a nova fase da história dessas pessoas.

A respeito da separação das famílias, João da Cruz acrescenta que, no seu entendimento, “a Investco causou de propósito a dispersão da comunidade, embora no PBA da empresa estivesse previsto que a barragem não iria separar as famílias, não sendo isso o que aconteceu na prática”. No Projeto Básico Ambiental (1998, p.01), que trata do monitoramento dos remanejamentos populacionais, estão previstas as seguintes alternativas de tratamento:

- populações urbanas – autorreassentamento, reassentamento coletivo e indenização;
- populações rurais – autorreassentamentos em lote rural, reassentamento em projeto agropecuário e reassentamento em bairros ou periurbanos e indenização.

O outro PBA (1998, p 04), que se refere à realocação e remanejamento da população urbana, diz que é pressuposto deste programa que a população a ser compulsoriamente deslocada pelas diferentes etapas de implantação do empreendimento deva usufruir destes benefícios. Isso implica que essa população seja não apenas compensada por suas perdas materiais e tenha garantidas as bases para a reconstrução de suas realidades de vida, como também consiga uma ampliação de oportunidades de acesso às redes de infraestrutura e aos equipamentos e serviços de consumo coletivos que passem a ser disponibilizados na região.

Em seguida, no mesmo documento, encontra-se já uma declaração prevendo que poderia ocorrer uma divisão da população como solução para a sua realocação, localizando-se, de um lado, os moradores mais tradicionais, que optariam por uma “Nova Canela” e, de outro, os moradores mais novos, cuja vida e trabalho vinculam-se mais diretamente à cidade de Palmas. As famílias deslocadas deveriam receber o apoio de assistente social em sua adaptação às novas condições de moradia e aos problemas que se apresentarem (PBA, 1998, p.20-35).

Embora muitos moradores tenham se deslumbrado, num primeiro momento, com a mudança para Palmas, outros até os dias atuais não se conformam com essa realidade, queixando-se que a empresa não teria cumprido o prometido e se mostram decepcionados. Algumas pessoas achavam que tinham ganhado na loteria, pois nunca haviam recebido um montante tão alto de dinheiro e imaginavam que este dinheiro nunca iria acabar. Entretanto, principalmente as pessoas mais tradicionais do Canela viam isso como se estivessem arrancando uma parte do seu corpo, como se tivessem matando um pouco da vida deles. Por que foi lá que constituíram suas famílias, foi lá que criaram os filhos, lá que foram criando seus netos, criaram as suas raízes.

A construção de Palmas significou um primeiro impacto para a comunidade Canela, quando ainda ocupava as margens do rio Tocantins. Nesse momento, a

comunidade começa a ser visitada pelos moradores da capital, para fins de lazer, em bares e jogos de futebol, tendo em vista a proximidade do local onde vivia a comunidade das áreas residenciais de Palmas. Veio então o processo final de impactos e transformações para a comunidade que foi a construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado que formou um lago artificial de grandes proporções e expulsou a sua população para a área urbana propriamente dita. É bem verdade que a maioria de sua população ficou numa quadra que pertence ao plano urbanístico da capital, enquanto outra parte tenha ido para uma região mais afastada do centro da cidade gerando conflitos e opiniões divergentes sobre as razões dessa divisão. O fato de fixarem residência em uma quadra nos mesmos moldes das demais na cidade trouxe um contato maior com a população ao passo que os confundem com a população geral de Palmas, não se percebendo com facilidade, à primeira vista, nada que os tornem facilmente identificados como diferentes dos demais moradores da capital (SANTOS, 2015, p. 148).

A tradição da festa ao Divino e as folias que ainda são realizadas são o fator primordial que marca a diferença frente ao restante da população de Palmas. Estas festas realizadas anualmente, envolvem os moradores da quadra dando visibilidade aos mesmos na mídia local, tornando-se um meio eficaz de representação da comunidade para os de fora e de nostalgia para os que ali residem.

Dada a condição de primeiros ocupantes do espaço no qual foi criada a capital Palmas, podemos afirmar que a população do antigo Canela se considera como sendo *“mais do lugar”*, ou seja, merecedora de uma atenção especial em detrimento da maioria das pessoas que mora na capital vindas de outras cidades e estados da federação. Dessa forma, em momentos de reivindicações se identificar como membro da comunidade Canela, torna-se importante, pois, como vimos na maioria dos depoimentos de moradores e em especial na fala de João da Cruz: *“Foi lá onde tudo começou”*.

Se pensarmos na velocidade das mudanças que ocorreram num período aproximado de 26 anos (considerando o início da cidade de Palmas), teremos a noção do quão impactante foi para a população sair de seu lugar de origem. São transformações na cultura material e imaterial que afetam diretamente a vida dessas pessoas. Transformações sem retorno. O desenho que a nova realidade da

comunidade Canela pode produzir é uma incógnita que gera apreensão e incertezas (SANTOS, 2015, p. 199).

A preocupação em compreender o processo pelo qual se dá a invenção do novo cotidiano e modo de vida do Canela, partiu do pressuposto de que o cotidiano é uma construção diária a partir de um contexto de relações que precisa levar em consideração a dinâmica constante de negociações. Portanto, acredita-se ter atingido o objetivo ao perceber que o modo de vida do Canela desapareceu no momento em que o antigo povoado é deslocado para um novo território, ou seja, à medida que os moradores se deparam com uma nova situação na cidade de Palmas, cuja realidade vem impondo outro comportamento aos moradores da comunidade, diferente do que acontecia no espaço de origem, às margens do rio. Um novo cotidiano, no qual há uma luta por parte dos moradores em preservar traços que ainda mantenham vivos, em alguns aspectos, a identidade de comunidade Canela.

Infelizmente é preciso admitir que a comunidade do Canela “está com os seus dias contados”. Não há perspectivas de recuperar o que se perdeu, o que foi devastado pelo reservatório. Os traços mantidos até o momento dificilmente serão perpetuados e muito menos restaurado o que já se perdeu, pois a geração que já nasceu no contexto urbano não se identifica mais com estas tradições, por não ter vividos elas no seu contexto original. A frase inicial deste capítulo, dita pelo senhor Joaquim Batista, é real e tem uma conotação trágica. O Canela está no coração dos que moraram lá, mas não dos que não moraram. O legado que o Canela nos deixará, serão as lembranças e os registros históricos e, concretamente, pelo visto, será apenas a minúscula ilha que jaz no meio do reservatório, a qual pode ser visitada para um breve passeio e um banho nas águas do que era o antigo rio Tocantins. Entretanto, este é um local elitizado, ao qual, a comunidade nem possui acesso por suas condições financeiras.

Cabe também a reflexão de que esta é apenas uma pequena comunidade impactada pela corrida desenvolvimentista, mal planejada e equivocada do nosso país. Com certeza, centenas e talvez milhares de comunidades semelhantes a esta já foram e ainda estão sendo impactadas por empreendimentos similares. Tudo isso sem um estudo apropriado destes impactos e sem uma consideração das

especificidades de cada comunidade com sua história, suas tradições, sua cultura e seus saberes e fazeres. Cabe aos governantes e empreendedores a tarefa de realizarem com mais seriedade e responsabilidade seus projetos de “desenvolvimento” para que causem menos impactos e prejuízos irreversíveis. Para tal, o essencial seria o cumprimento da legislação ambiental que o país possui, e, que por sinal, é muito boa.

O que se perde com tudo isto? Muitas culturas de riqueza inimaginável; muitas tradições centenárias; muitos saberes e fazeres que enriquecem o nosso país e fazem dele este país maravilhoso e cheio de diversidades. Estamos permitindo que em nome de um suposto desenvolvimento e alegando uma necessidade energética, comunidades e culturas sejam dizimadas e sejamos reduzidos cada vez mais a homogeneidade deste mundo globalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos numa sociedade fortemente marcada pela ideologia do consumismo do capitalismo ocidental. Este ideal já está entranhado em cada um de nós. O espírito de que o poder de consumo é o ápice da sociedade e onde a arte de consumir é o padrão, e de que quanto mais se consome, maior se torna o desenvolvimento econômico do país. A regra máxima é consumir para que se possa produzir mais e produzir para que haja mais consumo.

Este sistema de produção e consumo demanda cada vez mais fontes de energia, que por sua vez causam cada vez mais degradação ambiental, usam de forma cada vez mais intensa os recursos naturais que são finitos e afetam social e culturalmente o ser humano. Esta demanda fez com que a maioria dos países do mundo, em especial, após a Segunda Guerra Mundial, buscassem alternativas para aumentar a sua produção de energia a fim de que este desenvolvimento econômico e tecnológico pudesse ser mantido “a todo vapor”.

O Brasil também não ficou de fora desta corrida pela produção energética e se concentrou basicamente na energia hidráulica. A partir de 1900 a energia hidrelétrica superou aquela produzida por termoelétricas. E, segundo Bermann (2008), entre 1950 e 2005 mais de 200 mil famílias foram desapropriadas e realocadas por causa da construção de barragens, para por em funcionamento aproximadamente 150 usinas hidrelétricas. E toda extração de energia da natureza traz impactos ambientais, sociais e culturais.

Com a criação do estado do Tocantins, em 1988 e a construção de sua capital, Palmas, logo foi colocado em ação o projeto da construção da usina hidrelétrica na cidade de Lajeado, a 50 km de Palmas, cujo reservatório banha o lado oeste da cidade. Com a conclusão da barragem, em 2001, formou-se o reservatório, que provocou vários impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos para a região, em especial, para a comunidade abordada neste estudo.

Uma comunidade, cujo modo de vida foi formado ao longo de muitos anos, na sua relação com a terra e com o rio Tocantins. Uma comunidade pacata, onde a vida passava tranquilamente, sem grandes conflitos e em harmonia com a natureza e as pessoas. Todos eram conhecidos e todos conviviam num clima amistoso.

O deslocamento compulsório para esta comunidade foi uma ilusão de uma vida melhor, com mais acesso aos serviços públicos, com mais qualidade de vida, na cidade, na capital. Mas na realidade o ajuntamento de pessoas estranhas umas as outras, que não tiveram nenhuma afinidade prévia e provavelmente nunca terão, foi algo nefasto para a maior parte das pessoas desta comunidade. As expectativas de uma vida maravilhosa, com mais oportunidades e mais acesso ao consumo rapidamente foram frustradas e a realidade da vida na cidade se mostrou mais difícil e cruel que a maioria imaginava.

Realizando uma análise dos depoimentos tomados para este estudo, percebe-se o que acontece com a cultura ribeirinha a partir do momento em que entra em contato com os costumes urbanos: a tradição continua existindo, porém em meio a uma transformação sofrida nas bases dos costumes dos ribeirinhos, que os levam a misturar modos de vida e a se adaptarem culturalmente à vida moderna da cidade. Isto iniciou com o surgimento da cidade de Palmas e se concretizou plenamente com a transferência para o setor urbano da capital.

A intensificação da implantação de novos projetos, especialmente na região norte do país, vem sendo a causa de um constante êxodo das populações residentes na região, as quais acabam reassentadas em novas terras ou migram para as cidades, juntando-se ao exército marginalizado de mão-de-obra ociosa ou desqualificada, o que tende a aumentar os problemas nas cidades, como a violência e o desemprego. A comunidade do Canela é apenas um caso de dezenas ou centenas de comunidades afetadas em função da construção de hidrelétricas e/ou outros empreendimentos.

Estas comunidades têm drasticamente interrompido o seu cotidiano e modo de vida, para serem realocadas em lugares diversos do que estavam habituadas. Quando as comunidades rurais são reassentadas em áreas rurais e as comunidades urbanas para outros setores urbanos o impacto é menor e a readaptação mais rápida e, normalmente, menos traumática. Entretanto, quando o reassentamento de uma comunidade rural é realizado em uma área urbana, mesmo que seja com a aparente anuência desta comunidade, os impactos são mais profundos, pois o cotidiano e o modo de vida, ao qual precisam se adaptar, é totalmente diverso do qual estavam habituados.

O cotidiano exerce na vida do indivíduo a qualidade de dar forma, direção e rumo para essa vivência diária. Permite ao sujeito que neste caminho, exponha o seu estilo de vida, o ser, que ao mesmo tempo é compartilhado e reconhecido pelo outro, constituindo-se a história social. As atividades assumem diferentes papéis, dependendo do contexto em que são realizadas, em especial, as expressões da cultura social. E é neste aspecto que surge a grande dificuldade que uma comunidade ribeirinha encontra de vivenciar o seu cotidiano num ambiente estranho e muitas vezes até hostil.

O processo de adaptação do povoado Canela até hoje não foi concluído. A simplicidade do povo do distrito e a importância que ele teve para a instalação de Palmas foi devastada pelas águas do Tocantins, transformadas em reservatório. O presente estudo deixa evidente a disposição de muitos moradores em manter viva a memória religiosa, suas tradições, as relações com a população da quadra e o conhecimento das suas origens. O cultivo do festejo do Divino, a festa da padroeira da comunidade, as folias e os festejos juninos tem sido o principal foco de esforço coletivo em prol da manutenção dos laços religiosos e comunitários da vida da antiga comunidade do Canela.

A mobilização da comunidade através de lideranças que conheçam a história do povoado e que realmente são comprometidas com as tradições locais e com a preservação das mesmas permite a elaboração de mais material sobre o Canela, na divulgação das suas tradições e, conseqüentemente, na união dos seus moradores a fim de cobrar dos gestores públicos melhorias na qualidade de vida das pessoas, que hoje recorrem a supermercados para fazer suas compras, pois não tem mais a terra para cultivar seus alimentos; que estão em busca de empregos no meio urbano, mesmo sem uma qualificação adequada; que, entre outros problemas, precisam conservar e melhorar as estruturas das casas e da quadra para onde foram transferidos, especialmente a pavimentação asfáltica das ruas e a construção da praça no centro da quadra. A partir desta mobilização surgem as relações sociais capazes de manter tradições e de construir o cotidiano urbano.

Entretanto, precisamos ser realistas e considerar que todo este esforço não consegue trazer boas perspectivas quanto ao futuro desta comunidade. Os mais jovens da comunidade não têm um envolvimento direto e contundente nesta luta por

manter a identidade desta comunidade e preservar traços do modo de vida da antiga comunidade ribeirinha. Aqueles que não viveram estas características e tradições lá no povoado Canela não conseguem se identificar plenamente com toda esta busca. Entende-se que esta luta por preservar viva a comunidade Canela “tem os seus dias contados”.

E assim caminha a humanidade. Em nome do progresso e do desenvolvimento destrói-se o meio ambiente, causando impactos profundos e irreversíveis; destrói-se comunidades e culturas riquíssimas, diminuindo assim a nossa maravilhosa diversidade cultural, religiosa e étnica; trata-se o ser humano, como um empecilho aos projetos e que precisa ser comprado e removido a qualquer custo. Enfim, fala-se muito em preservação e sustentabilidade e continua-se exterminando aos poucos o nosso próprio direito a viver neste planeta, que é a única morada que possuímos.

REFERÊNCIAS

ACAMPORA, Alexandre. **Escritos de Jornal**. Palmas: Pró Design Comunicação, Palmas, 2004.

ALMANAQUE CULTURAL DO TOCANTINS: Memórias do Canela; v 8. Palmas: Secult, 2000.

AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira**: significados do Festejar no país que “não é sério”. USP, 1998. Tese de doutorado.

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva da expansão do sistema na bacia do rio Tocantins**: estudo de caso na região do Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003. Disponível em <<http://libdgi.unicamp.br/>>. Acesso em 13. 06.2015.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Reconstrução identitária em processos de reassentamento**: a experiência de moradores em programas de habitação social. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 71 a 84, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/viewFile/>>. Acesso: 10.10.2015

BATISTA, Sônia Socorro Miranda. **Cultura Ribeirinha**: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará. São Luís, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/>. Acesso em: 11.05.2015

BAUER, M. A. L.; MESQUITA, Z. **Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais**. Revista de Administração de Empresas, v. 48, n. 3, p. 23-34, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAZOLLI, João Aparecido. **Os Efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da Cidade de Palmas –TO**. / Dissertação de Mestrado, CIAMB/UFT, 2007. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=d302cac7-1c6c-4d11-8135-5de061e83434>: Disserta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso: 03/08/2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. Dissertação de Mestrado – Dourados, MS : UFGD, 2009. 260f. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/dissertacao-eliseu-pereira-de-brito.pdf>>. Acesso: 08/09/2014

BUZZI, Arcângelo R. **A identidade humana** – modos de realização. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do lugar**. São Paulo, FFLCH, 2007.

CARVALHO, M.C.B. e NETTO, J.P. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. 9. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

COSTA, Zélia. A usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e os Avá-Guarani do Tekoha Añetete. In: SANTOS, Sílvio C.; NACKE, Aneliese. **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis-SC: Letras Contemporaneas, 2003.

CUNHA, Manuela C. da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Adão de Jesus. **Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica do Lajeado**: um estudo sob a ótica da sociologia do direito. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2001. Disponível em:
<<http://alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/168456f.pdf>>. Acesso: 15/06/2015

FERRETI, Sergio F. **Dimensões da cultura: popular, erudita**. 2007. Disponível em:
<www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Dimensoes%20da%20Cultura.pdf>. Acesso em: 15.11.2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1991.

Globalização, Cultura e Identidade. Org. Universidade Luterana do Brasil. Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HELM, Cecília M. V. A consulta aos índios da bacia do rio Tibagi, PR: a usina hidrelétrica São Jerônimo e a questão ética. In: SANTOS, Sílvio C.; NACKE, Aneliese. **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo, Ática, 4ª Ed., 1996.

HOBSBAWM, Eric; RANGER Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Editora Ática, São Paulo, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

- LIMA, Deborah de Magalhães. Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Varzeas dos Rios Amazonas e Solimões. *In: Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e Perspectivas Socioambientais*. Ano 3, n. 1, 2004.
- MAZZINI, E. de J. T. **Compensação social ou desenvolvimento regional: contribuição dos assentamentos rurais no pontal do Paranapanema – SP**. Universidade Estadual Paulista/Pres. Prudente / Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savérico (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.
- MENESES, Verônica Dantas. **Memória e Comunicação na Preservação Cultural do Distrito Canela – Palmas-TO**. INTERCOM/UNB, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1591-1.pdf>>. Acesso: 23 Jul. 2014.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. **Patrimônio cultural: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional-TO**. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004. Dissertação de Mestrado.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PAIS, Jose Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.
- PARRIÃO, Dimas Marques Silva. **Impactos Sociais Provocados pela Construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães ao Povoado Canela no Município de Palmas-TO**. Monografia/Administração, UNB, 2011. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/bitstream/Dimas%20Marques%20Silva%20Parriao.pdf>>. Acesso em: 17 Jul. 2014.
- PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Hidrelétricas e terras indígenas na Amazônia: desenvolvimento sustentável?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.
- PENA, Rosinai Amanajás. **O Fenômeno Católico em Foco: Uma Etnografia da Festa de Nossa Senhora da Conceição Vila do Buritizal/Bailique-Ap / Rosinai Amanajás Pena; orientador Dr. José Maria da Silva – Macapá, 2014**. Disponível em:

<<http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2011/07/ROSINAI-DISSERTA%20C3%87%20C3%83OO.pdf>>. Acessado em: 17/06/2015.

PINHEIRO, M. F. B. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas**: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. Dissertação de mestrado. Planejamento de Sistemas Energéticos – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000416791>>. Acesso: 28 Ago. 2014.

PÓVOA, Liberato. **História didática do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 1999

Programa para a comunidade indígena Xerente. <www.investco.com.br>. Acesso: em 15.06.2015.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA – Realocação e Remanejamento da População Urbana. Investco - S.A. Usina Hidrelétrica Lajeado, Palmas, Abril de 1998.

SANTOS, José Vandilo dos. **Memória e Identidade**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

SILVA, Kênia Lara. **Promoção da saúde em espaços sociais da vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, 182 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/kenia_lara_silva.pdf>. Acesso: 11 Set.2014.

SORJ, Bernardo. Memória, vitimização e o futuro do Brasil. In: FRY, Peter (Org.). **Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, Eliane Castro de. **Registro do Povoado Canela - Distrito de Palmas – Tocantins**. Secretaria da Cultura – Coordenação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Palmas, 2001.

THEMAG, Engenharia. **Análise do EIA-RIMA**, Esclarecimentos e Respostas, Palmas, 1997

THEMAG - ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA. **Usina hidrelétrica Lajeado**: Estudo de Impacto Ambiental - EIA/diagnostico ambiental - socioeconomia. [s. l.], v.2, tomo c, 1996.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ULBRA. **Globalização, cultura e identidade**. Org. Universidade Luterana do Brasil. – Curitiba, Editora Ibpex, 2009.

ZITZKE, Valdir. **A Rede Sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os Reassentamentos Rurais das Famílias Atingidas**. Tese de Doutorado. UFSC. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/thesis/view/>>. Acesso em: 18.02.20015

AUDIOVISUAIS:

CÉU DE CANELA. Coordenação: Professora Ângela Issa Haonat. Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Faculdade Católica do Tocantins (FACTO). Palmas-TO, 2014.

ARQUIVOS, ACERVOS E COLEÇÕES:

DIAGNOSTICO SÓCIO-ECONÔMICO, VOLUME II, TOMO C. Investco, Palmas, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO TOCANTINS – Palmas.

INVESTCO. U.H.E. Luis Eduardo Magalhães/Lajeado - **Relatório das Ações do Meio Ambiente** – Palmas, 2004.

JORNAL DO TOCANTINS. Diário, Palmas-To.

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA. Semanal Palmas-To.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UFT (2005-2010). Palmas, agosto de 2005.

PROJETO DE REASSENTAMENTO “VILA CANELA”. Investco – Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, Palmas, julho de 2000.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA – Realocação e Remanejamento da População Urbana. Investco - S.A. Usina Hidrelétrica Lajeado, Palmas, Abril de 1998.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA – Monitoramento dos Remanejamentos Populacionais. Investco – S.A. Usina Hidrelétrica Lajeado, Palmas, Abril de 1998.

FONTES ORAIS:

A escolha dos entrevistados se deu utilizando critérios de importância do sujeito para esta pesquisa. Para isso, buscou-se as lideranças da comunidade, moradores mais idosos e também alguns jovens, bem como representante da AMOC - Associação de Moradores do Canela. Os depoimentos dessas pessoas possibilitaram fazer o contraponto entre as diferentes visões presentes do contexto da pesquisa. São eles:

1- BATISTA, Joaquim - nascido no Canela no dia 18.04.125, atualmente com 90 anos. É neto dos fundadores do povoado e personagem mais antigo do Canela que ainda está vivo. Entrevista realizada em 10.12.2014.

2- LIMA, Maria de Lourdes Abreu e – 54 anos – “Dona Lourdes” - Uma das lideranças na comunidade, professora no Colégio Daniel Batista desde a sua fundação no antigo Canela, atualmente mora na quadra 508 norte, na qual foi reassentada a maioria dos moradores impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado. Entrevista realizada em 28.02.2015.

3- VITORASSI, Ademar - 60 anos. O senhor Ademar foi desapropriado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná e veio a trabalho aqui para o Tocantins, vindo a morar no povoado do Canela por alguns anos e passou novamente pelo processo da desapropriação. Ainda luta por indenização com a empresa que construiu a UHE. Entrevista realizada em 19.02.2015.

4- DAMASCENO, Terezinha Ribeiro - 62 anos. Passou boa parte de sua vida no Canela e casou-se com um morador nativo do povoado. Sua vida estava muito ligada ao comércio. Ainda luta por indenização com a empresa que construiu a UHE. Entrevista realizada em 25.02.2015.

5- ARAÚJO, Maria do Socorro Rodrigues de - 54 anos. Foi a segunda professora a atuar no povoado e ainda exerce a profissão atualmente. Única entrevistada que disse não ter mais desejo de voltar ao Canela, caso isso fosse possível. Entrevista realizada em 06.03.2015.

6- ARAÚJO, Luciana Ribeiro de - 35 anos. Viveu toda sua infância e juventude no Canela, tempo do qual tem muitas lembranças. Não foi incluída nas indenizações por morar com os pais, apesar de já ter constituído família. Entrevista realizadas em 08.03.2015.

7- ARAÚJO, Bernadete Batista de - 63 anos. Bernadete é técnica em enfermagem, filha de dona Noca, personagem quase lendária do Canela e bisneta dos fundadores do povoado. Entrevista realizada em 08.03.2015.

8- SOUSA, Maria Fátima de - 51 anos. Fátima é técnica em enfermagem. Trabalhou por muitos anos no posto de saúde do povoado e atualmente trabalha na unidade de saúde da 508 Norte e continua atendendo os ex-moradores do Canela. Acompanhou todo o processo da desapropriação e do deslocamento da comunidade. Entrevista realizada em 25.02.2015.

9- RODRIGUES, Leoniza Marques - 64 anos. Morou aproximadamente 30 anos na comunidade Canela. É analfabeta, assim como seu marido também. Vive numa situação bastante deplorável e de pobreza extrema. Entrevista realizada em 27.02.2015.

10- CRUZ, João da – 50 anos - Ex presidente da AMOC – Associação dos Moradores do Canela, foi morador no antigo Canela, atualmente mora na quadra 508 Norte, na qual foi reassentada a maioria dos moradores impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado e atua como pedreiro.